



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Alexandre Martins Ferreira

2º Ciclo de Estudos em Sociologia

“Processos de (re)construção identitária em contexto prisional”

2013

Orientador: Profª. Doutora Maria Isabel Correia Dias

Classificação:

Ciclo de estudos:

Dissertação:

Resumo

O estudo sobre a influência que o cumprimento de uma pena de prisão pode provocar no processo de (re)construção identitária dos reclusos, constituiu o objeto de pesquisa da presente dissertação de mestrado. O trabalho de investigação desenvolvido assentou, assim, na análise da missão e dos objetivos da prisão na sociedade contemporânea, interpelando de forma intensa os processos de reconstrução identitária da população reclusa, na medida em que consideramos que a vivência num espaço totalitário tem impactos indeléveis na constituição do *eu* e das suas dimensões estruturantes no quotidiano.

Considerando que esta experiência é marcante da sociedade de capitalismo avançado e um reflexo da necessidade de poder e controlo derivada da Revolução Industrial, recorreremos aos contributos teóricos de autores como Goffman (2003) e Foucault (1987). A partir do património teórico existente e de uma pesquisa exploratória inicial quisemos encontrar resposta(s) para as seguintes interrogações: Quais são as alterações que o indivíduo sente na sua relação com a família e com a sua situação profissional, decorrentes da sua reclusão? Quais são os significados atribuídos à reclusão e as estratégias de defesa e adaptação à nova realidade? Entre outras perguntas.

Metodologicamente, a abordagem do espaço vivencial da prisão foi realizada através de uma análise intensiva dos percursos e condições desta população, designadamente das suas características identitárias arreigadas à conceção familiar e laboral, dimensões estas altamente perturbadas e transformadas com a entrada no universo da reclusão. Trata-se de um olhar que se centra nas autorrepresentações dos atores sociais acerca da sua condição de recluso, numa perspetiva diacrónica e sincrónica. Complementarmente, este olhar foi ainda alicerçado numa hétérorepresentação do corpo técnico que enquadra e orienta os modos de vida dos reclusos. Para o efeito foram realizadas entrevistas com fim de histórias de vida aos reclusos e uma entrevista de grupo às terapeutas.

Através destes procedimentos de recolha de informação e de uma análise de conteúdo categorial, concluímos que a execução de uma pena de prisão tem implicações profundas no processo de autoidentificação dos indivíduos, designadamente ao nível da dimensão familiar e profissional. Em relação ao trabalho em meio prisional constatamos que este assume contornos bem diferentes do que no exterior da vida intramuros, pois passa a estar sujeito a uma permanente vigilância dos comportamentos e da ação do recluso, originando uma privação da liberdade e da autonomia.

Palavras-chave: Prisão, Identidade, Família, Trabalho, Estigma, Rotulagem e Histórias de Vida

Summary

The study about the influence that the execution of a prison sentence may result in the process of (re)construction of identity of the recluses, was the object of this dissertation. The research work has thus developed in the analysis of the mission and objectives of prison in a contemporary society, interviewing so intense identity reconstruction processes of recluses population, in so far as we consider that the experience in a totalitarian space has indelible impact on the constitution of the "ego" and of its structural dimensions on a daily basis.

Whereas this is striking experience of advanced capitalism and reflection of the need for power and control derived from the Industrial Revolution, we resort the theoretical contributions from authors such as Goffman (2003) and Foucault (1987). From the existing theoretical and heritage of an initial exploratory research we wanted to find an answer for the following questions: What are the changes that the individual feels in his relationship with his family and with his professional situation, arising from their reclusion? What are the meanings attributed to the reclusion and defence strategies and adapt to the new reality? Among other questions.

Methodologically, the approach or experiential space of the prison was conducted through intensive analysis of pathways and conditions of this population, in particular of their identity characteristics ingrained the familiar and labour concept, these highly disturbed dimensions and transformed with the entry in the universe of the reclusion. This is a look that focuses on the self representation of the social actors about their condition in a diachronic and synchronic recluses perspective. In addition, this look was still based on a hetero representation of technical staff that fall and guides the ways of life of the recluses. Interviews were held for this objective with the purpose of life stories to recluses and an interview to a therapist group.

Through these information gathering procedures and a categorical content analysis, we found that the execution of a prison sentence has profound implications in the process of self-identification of individuals, in particular at the level of family and professional dimension. In relation to work in prison we note that this assumes very different contours than outside, as shall be subject to a permanent monitoring of conduct and action of the recluses, resulting in a deprivation of freedom and autonomy.

Keywords: Prison, Identity, Family, Job, Stigma, labelling and life stories

Résumé

L'étude sur l'influence de l'exécution qu'une peine d'emprisonnement peut conduire au (re)construction identitaire des détenus est l'objet de recherche de cette thèse. Le travail de recherche développé a eu comme objectifs l'analyse de la mission et des objectifs de la prison dans la société contemporaine, interpellant ainsi, de forme intense, les processus de reconstruction identitaire de la population carcéral, car nous considérons que l'expérience dans un espace totalitaire a un impact indélébile sur la constitution du soi et de ses dimensions structurelles dans la vie quotidienne.

Considérant que cette expérience est marquante de la société capitaliste avancée et un reflet sur la nécessité de pouvoir et contrôle dérive de la révolution industrielle, nous avons utilisé les apports théorique d'auteurs tel que Goffman (2003) et Foucault (1987). A partir du patrimoine théorique existant et d'une première exploration nous avons voulu trouver des réponses aux questions suivantes: Quels sont les changements que l'individu sent dans la relation avec la famille et avec sa situation professionnelle découlant d'un séjour carcéral ? Quelles sont les significations attribuées à la réclusion et aux stratégies de défense et d'adaptation à la nouvelle réalité? Parmi d'autres questions.

Méthodologiquement l'abordage de l'espace de vie en prison a été réalisé grâce à une analyse intensif des parcours et des conditions de cette population, à savoir, de ces caractéristiques identitaire enracinée dans la conception familiale et professionnelle, ces dimensions très perturbés et transformées due à l'entrée dans le monde de l'emprisonnement. C'est un regard qui se centre sur l'autoreprésentation des acteurs sociaux en tant que reclus, dans une perspective synchronique et diachronique. En outre, ce regard a été fixé sur une hétéro représentation du corps technique qui guide et adapte les modes de vie des détenus. Pour ça, ont été mené des entrevues, comme objectif les histoires de vie, aux détenus et une entrevue de groupe avec des thérapeutes.

Grâce à ces procédures de collecte d'informations et d'une analyse de contenu catégorique, nous avons conclu que l'exécution d'une peine de prison a des profondes implications dans le processus d'auto-identification des individus, notamment en matière familiale et professionnelle. En relation au travail dans les prisons nous avons constaté que celui-ci assume des contours bien différents par rapport à la vie en dehors des murs, car il fait l'objet d'une vigilance permanente des comportements et de l'action du prisonnier, entraînant une privation de liberté et d'autonomie.

Mots-clés: Prison, Identité, Famille, Travail, Stigmatisation, L'étiquetage et Histoires de Vie

Agradecimentos

Os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para a concretização deste trabalho, em especial:

À Prof^a. Doutora Isabel Dias, minha Orientadora, pelo apoio, disponibilidade, profissionalismo, exigência e sobretudo pelas palavras de encorajamento e de força nos momentos mais difíceis.

À Direção-Geral dos Serviços Prisionais e à Direção e Corpo da Guarda Prisional do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo, por terem autorizado e contribuído para a realização deste trabalho.

O meu especial agradecimento às terapeutas e reclusos entrevistados, pelo contributo, disponibilidade, empenho e devoção que se tornaram indispensáveis para a concretização deste trabalho.

Aos meus amigos que me acompanharam nestes cinco anos letivos, Albina, Karla, David e José, pelos momentos de companheirismo e de apoio em momentos mais difíceis.

A todos os meus “Escolas” do Batalhão de Sapadores Bombeiros do Porto que acumularam serviço colmatando as minhas ausências por motivos académicos.

Aos meus manos do coração, Berto, Viana, Júlio, Serge, Hugo e Cila, pela distinta amizade que contribui diariamente para o meu bem-estar.

O meu especial agradecimento a ti, Patrícia, pelo teu apoio incondicional, pelo companheirismo, dedicação, carinho e amor, imprescindíveis para a minha felicidade.

Agradeço e dedico este trabalho à minha família, pais e irmãos, em especial a minha mãe, pela forma corajosa, distinta, dedicada e repleta de amor com que se debateu para a realização deste sonho. Obrigado!

Índice

Resumo	II
Summary	III
Résumé	IV
Agradecimentos	V
Abreviaturas	IX
Introdução.....	1
 PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	 3
Capítulo I – Perspectivas teóricas enformadoras do nosso objeto de estudo	4
1. Prisões e instituições totais.....	4
2. A prisão como instituição disciplinadora: leitura de Foucault.....	11
3. Identidades e representações dos papéis sociais	14
Capítulo II - Família, trabalho, conjugalidade e reclusão	20
4. As dimensões centrais da constituição identitária: família e trabalho	20
4.1. A importância da conjugalidade no processo de construção identitário	21
4.2. Impactos da prisão na estruturação e dinâmica familiar	24
4.3. O trabalho em meio prisional	28
 PARTE II – MODELO DE ANÁLISE E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA.....	 34
Capítulo III. Modelo de análise, hipóteses de pesquisa e metodologia de investigação.....	35
1. Pergunta de partida e objetivos	35
2. Hipóteses	35
3. Modelo de Análise	36
Capítulo IV. Metodologia e técnicas de investigação.....	38
1. Uma abordagem qualitativa: em busca dos significados da reclusão	38
2. Instrumentos e estratégia de investigação empírica	39
2.1. O campo empírico: a amostra qualitativa.....	40
2.2. A recolha de informação: histórias de vida e entrevista de grupo	41

2.3. O trabalho de campo: a entrada no estabelecimento prisional e o papel do investigador	43
2.4. Análise e tratamento da informação recolhida: análise de conteúdo	44
2.5. Caracterização sociodemográfica dos entrevistados	45
PARTE III – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS.....	47
Capítulo V. Olhares dos reclusos: vivências e significados	48
1. Trilhos da vida: marcos e trajetórias do <i>eu</i>	48
2. Reclusão: impactos ao nível da família e do trabalho	58
2.1. Trajetória familiar: família de origem e de constituição	58
2.2. Trajetória escolar e profissional	63
2.3. Reclusão: significados e estratégias adotadas - reconfigurações e mudanças sofridas	67
2.4. Trajetória criminal: apreciação da reclusão e tipo de pena	74
2.5. Trabalho em meio prisional.....	77
2.6. Reclusão: impactos na organização e dinâmica familiar.	82
Capítulo VI – Olhares dos profissionais: práticas e representações	92
1. A “voz” dos terapeutas.....	92
Conclusão	98
Bibliografia	102
Anexos	109

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo de Análise.....	37
Figura 2 - Perfil sociodemográfico dos reclusos entrevistados	46
Figura 3 - Perfil criminal dos reclusos	74

Abreviaturas

DGSP – Direção Geral dos Serviços Prisionais

EP – Estabelecimento Prisional

EPSCB – Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo

PS – Psicomotricista

TO – Terapeuta Ocupacional

ULD – Unidade Livre de Drogas

Liberdade

A liberdade é um privilégio da vida

Um direito

Que não deve ser esquecido

Que não deve ser ignorado

É algo que deve ser vivido.

A liberdade permite um pássaro voar bem alto

Um gato correr para bem longe

E uma flor nascer e crescer para ser admirada.

Liberdade é sinónimo de felicidade

Sofro porque estou privado dela

Sofro porque sonho com ela

Sofro porque nada me faz esquece-la

Ela chama bem alto por mim

Por detrás destes muros

Por detrás destas grades

Diz-me que este sofrimento terá fim.

E lá anda ela

Vaidosa e sorridente

Por todos admirada

Por quase todos respeitada,

Quem não lhe deu valor

Quem não a respeitou

Vê agora que sem ela não é nada.

Reclusos da ULD, Maio de 2013.

Introdução

O presente trabalho de investigação pretende dar conta dos possíveis impactos e da diversidade de influências que o cumprimento de uma pena de prisão acarreta em indivíduos a cumprir pena de prisão efetiva, podendo assim conduzir a um processo de reconstrução identitária.

A questão da reclusão e das condições de reabilitação dentro das prisões é, a nosso ver, uma temática central que deveria dominar as agendas políticas e os debates em torno das políticas sociais por serem considerados um segmento populacional dos “excluídos” da sociedade. Sendo a prisão uma instituição totalitária¹, assume como principal missão, garantir a execução das medidas privativas de liberdade e orientar-se de forma a reintegrar o recluso na sociedade, preparando-o para no futuro conduzir a sua vida de modo socialmente responsável e sem que haja reincidência na prática de crimes. A execução das medidas privativas de liberdade serve também a defesa da sociedade, prevenindo a prática de outros factos criminosos, daí que a reclusão assuma uma importância suprema na prossecução dos objetivos de ressocialização. Visando a reintegração dos reclusos na sociedade, após o cumprimento da pena, a reclusão e a forma como esta é elaborada assume um papel determinante em várias dimensões.

Para os condenados, a pena de prisão tem-se revelado, quase sempre, como uma experiência marcante. A segregação social que ela impõe, a relativa desumanização associada à vida intramuros e a própria desorganização e fragilização das condições de existência, decorrentes, como vários estudos apontam, da retirada de contextos de integração familiar e laboral, constituem os traços essenciais dessa experiência, a qual tende a ser representada e vivida de forma negativa pelos condenados.

Contudo, e nessa linha de análise, também importa ter presente que a prisão constitui um quadro de vida específico e a população reclusa é exteriormente percebida como uma unidade distinta e reduzida a uma identidade comum desviante e, por isso, negativa. Esta identidade, por sua vez, poderá influenciar o modo como o próprio recluso *se vê e se faz ver* ao exterior. Neste sentido, segundo Dubar (2005), a identidade de alguém é aquilo que ele tem de mais precioso. A perda de identidade é sinónimo de alienação, de sofrimento, de angústia e de morte. A identidade humana não é dada, de

¹“Um lugar de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos, separados do mundo exterior por um período relativamente longo, leva em conjunto uma vida reclusa cujas modalidades são explícitas e minuciosamente regulamentadas” (Goffman, 2003).

uma vez por todas, no ato do nascimento, constrói-se na infância e deve reconstruir-se sempre ao longo da vida. O indivíduo nunca a constrói sozinho, a sua identidade depende tanto dos julgamentos dos outros como das suas próprias orientações e autodefinições. Para Dubar (2005), a identidade é um produto de sucessivas socializações.

Relativamente à população alvo deste trabalho, os reclusos são caracteristicamente indivíduos que acumulam um conjunto de *handicaps*, marcados por comportamentos de rebeldia; instáveis profissionalmente e tendencialmente são mão de obra desqualificada; sem projetos de futuro construídos; com níveis educacionais e económicos consideravelmente baixos; e regularmente acompanhados por trajetórias familiares complexas.

Resumidamente enunciadas algumas características, que serão posteriormente desenvolvidas e fundamentadas, parece-nos evidente a necessidade de reeducação e acompanhamento profissional para que estes indivíduos superem, ou pelo menos diminuam, o impacto deste conjunto de *handicaps* com vista a uma reintegração mais eficaz na vida social após o cumprimento da pena de prisão.

Neste sentido, e tendo em conta que as diversas fases de vida destes indivíduos são pontuadas por uma série de acontecimentos marcantes que os encaminharam para a situação de encarceramento, e partindo do pressuposto que essa situação influenciará o seu processo de construção identitária devido ao afastamento de contextos de relacionamento familiar e a alterações no significado que o trabalho poderá continuar ou passar a ter dentro da vida intramuros, parece-nos relevante o estudo das suas trajetórias pessoais. Por isso, pretendemos com esta pesquisa, através da realização de entrevistas com fim de histórias de vida, aceder às vivências e experiências em contexto prisional de um conjunto de reclusos selecionados a partir de uma amostra intencional.

A nossa população alvo é apenas do sexo masculino. Opção tomada por diversas razões, designadamente pelo facto de o número de reclusos do sexo masculino ser mais elevado do que o número de reclusas e o Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo (masculino) ser bem mais acessível do que o Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo (feminino) por questões de segurança. Após autorização da Direção Geral dos Serviços Prisionais, foram realizadas a duas terapêuticas com vista a contarem as suas perspectivas a cerca da problemática em questão.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo I – Perspectivas teóricas enformadoras do nosso objeto de estudo

1. Prisões e instituições totais

O interacionismo simbólico, herdeiro da Escola de Chicago, foi a abordagem sociológica de eleição para a elaboração desta investigação. Ao abordar a prisão como objeto de análise sociológica deu-se, como não poderia deixar de ser, relevância ao contributo de Goffman (2003), e em particular à sua perspectiva na caracterização da prisão como instituição totalitária. Como ponto de partida, podemos considerar que a prisão é uma instituição que tem como principal missão garantir a execução das medidas de privação de liberdade determinadas pelos tribunais, contribuindo, deste modo, para a defesa da sociedade e para a reintegração social dos reclusos, proporcionando-lhes condições que permitam conduzir a vida futura de modo socialmente aceite e responsável, com o objetivo de não reincidir na prática de crimes².

Esta definição pode ser considerada amplamente aceite a respeito da finalidade formal da atividade manifesta neste tipo de instituição. No entanto, Goffman (2003), em 1961, ao estudar as situações extremas vividas nos asilos, sublinha que esta definição não é a única possível. Este autor considera que se são as estruturas que queremos pôr em evidência, não nos devemos preocupar, desde logo, com a finalidade oficial ou com a atividade mais manifesta da instituição, mas sim, com o sistema de relações estabelecidas no interior das instituições. Do seu ponto de vista, os estabelecimentos prisionais podem ser considerados como um tipo particular de instituição a que chamou instituição totalitária e que definiu como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, 2003, p.11). Como resultado da aglomeração das diferentes facetas da vida (profissional, lúdica, habitacional), sem que existam distinções de espaço físico ou social, o universo do recluso torna-se “total”, pois passa a estar submetido a uma única instituição e a uma mesma autoridade. Neste estudo, Goffman (2003) destaca ainda que a sua análise assumiu como interesse fundamental, o alcance de uma definição sociológica da estrutura do *eu (self)*.

² Baseado na missão atribuída à Direção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP), integrada no Ministério da Justiça, sendo a sua orgânica estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 125/2007, pelas Portarias n.ºs 516/2007 e 559/2007 e pelo Despacho n.º 22 058/2008.

As instituições totais, e em particular as prisões, não permitem qualquer contacto entre o internado e o mundo exterior, até porque o objetivo é excluir completamente o indivíduo do mundo exterior, para que este possa absorver totalmente as regras e normas internas, evitando-se, assim, comparações prejudiciais ao seu processo de aprendizagem. Neste tipo de instituições, a vida organiza-se e estrutura-se em função da distinção delimitada entre o interior e o exterior, cujo acesso se torna impossível ou estritamente regulamentado e selecionado, entre as atividades legítimas e as atividades clandestinas, ou ainda, entre os reclusos e aqueles que os enquadram (direção/guardas prisionais/técnicos, etc) (Goffman, 2003).

Todo este caráter de fechamento, que caracteriza as instituições totais, e que se acentua no caso das prisões, pressupõe que todos os diferentes aspetos da vida quotidiana são avaliados e justificados unicamente pela dívida a pagar pelo crime cometido. Esta barreira com o mundo externo e toda a proibição subjacente ao conceito de encarceramento é também caracterizada pelo próprio esquema físico ou arquitetónico das prisões – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. Este tipo de instituição total é a terceira de cinco agrupamentos que Goffman (2003) enumera, sendo a prisão organizada para proteger a comunidade contra perigos intencionais e assim o bem-estar das pessoas isoladas não constituir o problema imediato.

Ao estudar as instituições totais, Goffman (2003) distingue-as pelo facto de cada uma delas apresentar, em grau intenso, uma variedade de atributos bem como uma característica comum que se assume como aspeto central na caracterização das mesmas e que pode ser descrito como a rutura das barreiras que comumente separam as três esferas da vida. Refere-se, nomeadamente à disposição básica da sociedade moderna que é o indivíduo dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes agentes sociais e sob diferentes autoridades, sem que esta diversidade de pertenças se revele num plano de conjunto.

A rutura com o mundo exterior na vida intramuros leva a que, em primeiro lugar, todos os aspetos da vida sejam realizados no mesmo local e sob uma única autoridade, em segundo, com que cada fase da atividade diária seja realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas obrigadas a fazer em conjunto as mesmas coisas e a serem tratadas da mesma forma e em terceiro lugar, todos estes períodos de atividade estão regulados segundo um programa restrito, de modo a que cada tarefa se encadeie com a seguinte num momento determinado antecipadamente, em

conformidade com um plano superiormente imposto por um sistema explícito de regulamentos cuja aplicação é assegurada por uma equipa administrativa. As diferentes atividades assim impostas são finalmente reagrupadas de acordo com um plano único e racional, controlado por um sistema de regras formais explícitas para atender aos objetivos oficiais da instituição (Goffman, 2003, p.16-18).

Dois aspetos relevantes e que iremos abordar com mais profundidade neste trabalho têm a ver com a especificidade do trabalho desenvolvido no meio prisional, no sentido de que “qualquer que seja o incentivo dado ao trabalho, esse incentivo não terá a significação estrutural que tem no mundo externo, pois haverá diferentes motivos para o trabalho e diferentes atitudes com relação a ele” (Goffman, 2003, p.21). Outro aspeto que será referenciado neste estudo é que as instituições totais são também incompatíveis com outro elemento central da nossa sociedade, designadamente a família. Neste sentido, podemos reforçar a ideia de que a instituição total se assume como um híbrido social, em parte como comunidade residencial, por outro lado, como organização formal, residindo aí o seu especial interesse sociológico (Benelli, 2002).

Nas prisões, quando os indivíduos são manipulados em grupo, são geralmente colocados sob a responsabilidade de um corpo prisional cuja principal tarefa não é a de dirigir ou de controlar periodicamente o trabalho (caso frequente nas relações empregador-empregado), mas antes de a vigiar, isto é, a de velar por que cada um cumpra a tarefa que lhe foi atribuída em condições tais que qualquer infração cometida por um indivíduo surja sempre evidenciada, podendo ser observada pelo contraste com o comportamento dos outros. O importante não é a desproporção evidente à primeira vista, entre o número de vigiados e o número de vigilantes, mas o facto de estes dois grupos constituírem um par indissociável.

As instituições totais estabelecem um fosso intransponível entre o grupo restrito dos dirigentes e a massa das pessoas dirigidas, a que chamaremos, “reclusos”. Estes vivem ordinariamente no interior do estabelecimento e mantêm com o mundo exterior relações bastante limitadas; pelo contrário, pelo facto de não efetuar, a maior parte das vezes, senão um serviço diário de oito horas, o pessoal de enquadramento permanece socialmente integrado no mundo exterior. Segundo Goffman (2003) cada grupo tende a fazer do outro uma imagem redutora, estereotipada e hostil, apresentando o pessoal, a maior parte das vezes, os reclusos como seres virados para si próprios, reivindicativos e desleais, enquanto o pessoal aparece aos reclusos como condescendentes, autoritários ou mesquinhos. Enquanto o pessoal tem tendência a considerar-se superior e a nunca duvidar

dos seus direitos, os reclusos por seu turno, têm tendência a sentir-se inferiores, fracos, desvalorizados e culpados. As trocas entre estes dois grupos são o mais restritas possível. A distância que os separa é imensa e a maior parte das vezes imposta pela instituição (Goffman, 2003, pp. 47-49).

As técnicas de mortificação e de despersonalização postas em prática nas instituições totalitárias começam com uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do *eu*. Este processo sobre o *eu* do preso é, o que muitas vezes não acontece intencionalmente, sistematicamente mortificado, com a finalidade de despojar o indivíduo da sua personalidade anterior, modificar a imagem que possuía de si próprio e dos outros, atribuir-lhe um novo estatuto e conformá-lo ao seu novo papel. Ao chegar à prisão, o recluso perde provisoriamente o seu estatuto e os papéis que até então assumia no mundo civil (como por exemplo o papel de pai, de marido, de profissional etc.) para assumir o papel de recluso. Esta “barreira que as instituições totais colocam entre o internado e o mundo externo assinala a primeira mutilação do *eu*” (Goffman, 2003, p.24).

O conjunto e a sequência de horários dos papéis do indivíduo na vida civil asseguram, tanto no ciclo vital como nas repetidas rotinas diárias, que o desempenho de um papel não impeça a sua realização e as suas ligações com outro. Nas instituições totais acontece o oposto, a participação de cada papel perturba automaticamente a sequência de papéis, pois a separação entre o recluso e o mundo exterior dura todo o tempo e pode-se prolongar por vários anos. É neste sentido que Goffman (2003) fala em “despojamento do papel”, exemplificando com a proibição inicial, em muitas instituições totais, das visitas vindas de fora e as saídas do estabelecimento, assegurando assim “uma rutura inicial profunda com os papéis anteriores e uma avaliação da perda do papel” (p.24).

O papel corresponde ao conjunto de direitos e de obrigações ligados ao estatuto. Nas instituições totalitárias, as obrigações são forçosamente numerosas e muito constrangedoras, uma vez que os reclusos não beneficiam já de um conjunto de direitos normalmente adquiridos no exterior (como o de se deslocarem em função das suas conveniências, de decidirem por si próprios as suas atividades de lazer ou, mais precisamente, de poderem fazer valer os seus direitos perante uma instância independente da instituição totalitária, como a justiça) (Benelli, 2002).

O recluso, ao chegar à prisão, traz consigo uma conceção que tem sobre ele próprio, formada ao longo da sua vivência no exterior. Nesta fase inicial, ele é totalmente despedido da sua origem de referência, pois ao entrar na prisão o recluso é desvinculado de

todos os objetos pessoais, desde a roupa até os documentos. Aqueles sinais clássicos de pertença à sociedade são abatidos, como o despir a sua roupa e vestir o uniforme da instituição, o indivíduo começa assim a perder as suas identificações anteriores para se sujeitar aos parâmetros ditados pelas regras institucionais (Goffman, 2003).

Como afirma Goffman (2003), o processo de admissão pode ser caracterizado como uma despedida e um começo, ou mesmo denominados de “arrumação” ou “programação”, pois ao ser enquadrado (registo dos atributos como o peso ou as impressões digitais), o novato é codificado em algo que pode ser colocado na máquina administrativa do estabelecimento (p.27). Neste sentido, o facto de sair do seu mundo doméstico para se integrar na prisão exige uma perda de propriedade, factor relevante pois as pessoas atribuem sentimentos do *eu* àquilo que possuem. Os reclusos podem ser obrigados a mudar de cela anualmente para que não fiquem ligados a elas.

Contudo, a mais significativa dessas posses talvez não seja física, mas o nome, pois qualquer que seja a maneira como é chamado ou numerado, a perda do nome constitui uma grande mutilação do *eu*, ignorando, por isso, o principal atributo de autoidentificação. Estes momentos iniciais de socialização aquando da chegada à prisão, pressupõem assim, processos de admissão e testes de obediência que podem ser desenvolvidos numa forma de iniciação sendo denominados como “as boas vindas”, através dos quais a equipa dirigente ou os internados, ou ambos os grupos, procuram dar ao novato uma noção clara da sua situação. Através deste rito de passagem o recluso recebe as “regras da casa”, um conjunto relativamente explícito e formal de prescrições e proibições que expõem as principais exigências quanto à conduta do internado. Podendo existir, caso haja desobediência ou insolência, a aplicação de um castigo imediato e visível até que explicitamente peça perdão ou se humilhe (Benelli, 2002).

Ao mesmo tempo em que o processo de mortificação se desenvolve, a adoção de comportamentos nas instituições totalitárias é encorajada por um eficaz “sistema de privilégios” com o objetivo de transmitir um esquema para a reorganização pessoal e que em grande parte, fornece aos reclusos “a ossatura da sua nova personalidade” e consagra a sua rutura com o mundo anterior. Paralelamente às múltiplas regulamentações e interdições que limitam a liberdade do recluso, a instituição concede-lhe um conjunto de favores e de recompensas em troca da sua submissão e da sua colaboração. A natureza concreta destes favores varia segundo o tipo de instituição totalitária. Goffman (2003) dá como exemplo o caso do marinheiro que terá o direito de beber de vez em quando um

copo de vinho ou outro tipo de álcool, o prisioneiro o de receber visitas e o aluno interno com uma certa idade será autorizado a fumar uma vez ou outra um cigarro (pp.49-50).

Goffman (2003) menciona três elementos básicos do sistema de privilégios. Em primeiro lugar, existem “as regras da casa”, um conjunto relativamente explícito e formal de prescrições e proibições que expõem as principais exigências quanto à conduta do recluso. Em segundo, em contraste com este ambiente rígido, apresenta-se um pequeno número de prêmios ou privilégios claramente definidos, obtidos em troca de obediência, e ação e espírito, à equipa dirigente (p.50). Importante será realçar que muitas dessas potenciais satisfações fazem parte de um conjunto de prazeres que, no mundo exterior, o recluso aceitava como indiscutível e sem pensar muito a seu respeito. São exemplos disso: como desejava tomar o seu café, se acenderia ou não um cigarro, quando falaria ou não; tais direitos podem-se tornar incertos numa prisão. Essas poucas reconquistas vão sendo apresentadas ao recluso como possibilidades, assumindo um papel reintegrador com o objetivo de restabelecer as relações com todo o mundo perdido e atenuar os sintomas de afastamento com relação a ele e com relação ao *eu* perdido pelo indivíduo. O terceiro elemento do sistema de privilégios tem a ver com os castigos, sendo estes definidos e aplicados como consequência de desobediência às regras. Neste sentido, o conjunto de castigos é “formado pela recusa temporária ou permanente de privilégios ou pela eliminação do direito de tentar consegui-los” (Goffman, 2003, p.51).

Ao sistema de privilégios estão também associados alguns métodos importantes na vida das instituições totais. Cria-se uma “gíria institucional”, através da qual os internados descrevem os acontecimentos decisivos de um mundo específico. O próprio pessoal dirigente, administradores e guardas prisionais, normalmente dos níveis inferiores, conhecem também essa linguagem, podendo até usá-la para falar com os reclusos. Juntamente com essa “gíria”, os reclusos adquirem conhecimento dos vários postos e funcionários, um conjunto de “lendas” sobre o estabelecimento, bem como alguma informação comparativa sobre a vida de outras instituições totais semelhantes (Goffman, 2003, p.53). Contudo, os reclusos não permanecem inteiramente passivos e desarmados perante os constrangimentos impostos pela instituição, dominados e despidos da sua personalidade anterior, os reclusos passam a elaborar um sistema de defesa destinado a salvaguardar uma parte de autonomia. Este processo de adaptação consiste na procura de uma espécie de equilíbrio ou de compromisso entre, por um lado, manter uma ligação mínima com a instituição e, por outro, um desinteresse a seu respeito.

Por um lado, o recluso tem interesse em jogar o jogo da instituição, em colaborar, mesmo que pouco, e em não se marginalizar em demasia. “Manter o seu papel”, aparecer como um recluso “normal”, relativamente bem integrado, mesmo numa instituição em que se sente constantemente diminuído, pode ser gratificante. Simbolicamente, esta atitude conciliante pode valorizar o recluso. Materialmente, pode permitir-lhe obter diversos favores e recompensas, sendo a mais importante, em particular nas prisões, uma libertação antecipada. Em contrapartida, o custo da intransigência e da revolta radical é muito elevado. Paga-se imediatamente, em isolamento, em punições, em tratamentos mais musculados e em privilégios recusados. É, por isso, que a maior parte dos reclusos se compromete minimamente, muitas vezes com o pé atrás, na vida da instituição.

Por outro lado, o recluso tenta salvaguardar uma parte de autonomia gerindo o que Goffman chama uma distância ao papel desempenhado, isto é, um estado de espírito que consiste em mostrar, a si mesmo e eventualmente aos outros, que a sua personalidade não se reduz aos papéis prescritos. A distância ao papel desempenhado corresponde, de grosso modo, ao que na linguagem corrente se designa por reserva. Este distanciamento exprime-se de várias formas, como as alcunhas dadas aos guardas ou às casernas celulares, chamados ironicamente “salões de chá”, os “sarcasmos proferidos a meia-voz à passagem de oficiais ou de guardas” ou, ainda, os risos ruidosos e tão longos quanto possível que seguem a invocação das expressões do capelão durante os ofícios religiosos (Goffman 1968, pp.368-369). Meios lícitos, e portanto suscetíveis de dar aos guardas uma boa imagem deles, como frequentar assiduamente uma biblioteca ou oferecer os seus serviços para a cozinha, servirão frequentemente fins ilícitos, ou pelo menos inconfessáveis, como influenciar favoravelmente a comissão de libertação (liberdade condicional), reencontrar outros reclusos ou beneficiar de um regime alimentar mais diversificado.

Diversos encontros e atividades interditas desenvolvem-se constantemente nos “bastidores” das prisões, refúgios onde, ao abrigo dos olhares, os reclusos podem fazer circular mensagens, trocar jornais, alimentação ou bebidas, organizar tráficos e entregar-se a diversas ocupações não autorizadas. Estes ajustamentos secundários assentam num sistema de trocas que não se confinam apenas aos bens materiais: apoio mútuo, comunicação de informações úteis, pequenos gestos de humanidade suportados por algum objeto material, como a ponta de um cigarro que se passa, coisas pequenas e insignificantes em si mesmo, mas que contêm um forte suporte de solidariedade. Até um certo ponto, os membros do pessoal podem estar eles próprios implicados nesta vida clandestina utilizando os reclusos para diversos trabalhos, como a lavagem de uma

viatura, oferecendo àqueles possibilidades suplementares de adaptação à vida da instituição. À semelhança destes ritos acima mencionados, estes ajustamentos secundários podem até ser funcionais para a instituição quando contribuem para tornar aí a vida menos insuportável e atenuar as tensões entre aqueles que convivem lado a lado. Goffman (2003) qualifica-as de ajustamentos secundários “integrados”. Noutros casos, os ajustamentos secundários podem, pelo contrário, acentuar as tensões e perturbar essa estabilidade. Por exemplo, os protestos coletivos, que o pessoal poderá interpretar como uma contestação da sua autoridade, ou ainda certos tráficos que se tornam fontes de conflito entre reclusos, assumindo estas um papel “desintegrador”.

Os jogos a dinheiro e o tráfico de cigarros, de álcool ou de drogas são frequentes nas instituições totalitárias. O preso vê nisso a prova importante de que ele é ainda um ser autónomo, com certo controlo sobre o seu meio. Assumindo ainda, a possibilidade de poderem constituir quase uma forma de “*abrigo do eu*”, ou seja, um refúgio para a personalidade em “que a alma parece estar alojada”, desempenhando, neste sentido, uma função chave nos processos de estruturação do *eu* (Goffman, 2003, p.54). A maior parte dos reclusos tenta sobreviver na instituição total acumulando e misturando estes diferentes modos de adaptação. As atitudes dominantes permanecem todavia marcadas pelo egocentrismo do recluso e pelo “autocompadecimento”, que são indissociáveis do sentimento destruidor de perda de tempo no decurso de um longo parenteses de vida. De acordo com a expressão corrente dos detidos, o tempo passado atrás das grades é, na maior parte das vezes, considerado uma perda de tempo.

2. A prisão como instituição disciplinadora: leitura de Foucault

De forma complementar, Foucault (1987) considera que as prisões possuem mecanismos internos de repressão e punição que ultrapassam o castigo da “alma”, investindo na regulação do corpo do recluso pela coação estimulada por uma educação total, reguladora de todos os movimentos do corpo. Nesse sentido, além da privação da liberdade, elas executam uma transformação técnica dos indivíduos. A tecnologia política do corpo não é percebida nas instituições devido às diversas formas em que ela se cristaliza. Não sendo violenta ou explícita, é introduzida, segundo Foucault (1987), como uma “microfísica do poder”, que se posiciona entre as instituições e os próprios corpos. Visando atingir o ideal de “ortopedia social”, em que a permanente vigilância representa tática de eficácia, o autor localiza na prisão um dos espaços sociais apropriados para produzir o “corpo dócil”, economicamente produtivo, socialmente civilizado,

politicamente disciplinado e culturalmente devotado à prática e às razões do Estado (p.30).

Na sua obra, Foucault (1987) defende que a “disciplina” se tornou, nos séculos XVII e XVIII, a fórmula geral da dominação, substituindo a escravidão e a vassalagem por esta “mecânica do poder” que leva os indivíduos a agirem de acordo com o que se quer e a atuarem como se quer. Este modelo prisional abarcou um estilo penal onde a vida do recluso, sujeita a uma vigilância constante, assente na observação e no controlo de todos os seus comportamentos, origina uma privação de liberdade que ultrapassa a detenção física e entra no domínio da punição inconsciente, através de sistemas de autopunição das mentes (p.164).

O autor encara esta passagem como um falso progressismo do sistema prisional, do uso das torturas para o uso refinado de uma violência simbólica, escondida na subtilidade de uma obediência submissa, de um poder mental que controla e normaliza o comportamento e que constitui o êxito destas instituições (cit.in Leite, 1989, p.21). Afirmando ainda que nas prisões, tal como nos hospitais, quartéis e escolas, “os corpos humanos” aprendem a submeter-se interiorizando a obediência e cumprindo inconscientemente regras que provêm da burocracia e outras formas camufladas de poder (Foucault, 1987, p.32).

As instituições fechadas, nomeadamente prisões, asilos e reformatórios, exercem um “poder disciplinador” que afeta a conduta dos indivíduos para além da esfera limite da instituição. A arquitetura, o discurso e as práticas pertencentes a estas instituições revelam uma característica comum de disciplina traduzida por uma vigilância contínua que provoca uma “individualização normalizante” e “normalizadora”. Esta característica das instituições fechadas encontra-se, segundo Foucault (1987), igualmente, nas fábricas e escolas onde os seus utentes são livres de regressarem à noite a casa. A disciplina a que são sujeitos modifica os indivíduos, exercendo influência nas suas relações familiares, económicas, etc (cit. in Leite, 1989, p.22).

Esta disciplinação, exercida em instituições como prisões, escolas, quartéis, entre outras, envolve uma forma definida de individualização, irradiando influência fora do seu espaço fechado e condicionando o campo de possibilidades de outras ações. Especialmente à prisão compete-lhe, nesta função disciplinadora, a vigilância contínua dos indivíduos, a sua observação e exame constantes, despojando-os e transformando-os de acordo com o modelo de homem ideal-tipo estabelecido pela sociedade. Nestes grandes “espaços disciplinadores”, cada indivíduo tem o seu lugar e, em cada lugar, há

um indivíduo, o que facilita uma vigilância constante e tem como efeito uma “individualização normalizante” (Foucault, 1987, p.169).

Esta forma de disciplina foi-se desenvolvendo progressivamente através de uma multiplicidade de processos-regulamentos detalhados, observações constantes de olhares controladores, conhecimento dos diferentes aspetos da vida de cada um e envolvendo o Homem num dispositivo de poder que o torna escravo e sem consciência da escravidão. Enquanto Foucault (1987) se interessa pelas relações da instituição com o exterior e refere a sua função de “individualização normalizante”, Goffman (2003), como já vimos, debruça-se sobre o que se passa no seu interior e analisa as estratégias de resistência utilizadas pelos reclusos para preservarem a sua autonomia pessoal. Por isso, a tónica da sua argumentação coloca-se nas regras da interação, referindo que esta compromete os indivíduos não como pessoas singulares, mas sim na sua representação de um papel que depende da ação dos outros. Para Foucault (1987), as condições estruturais são necessárias, mas não suficientes, para explicar a ação humana (cit.in Benelli, 2002).

A analogia entre estes dois autores é portanto complementar, enquanto Goffman (2003) agrupa num mesmo conjunto de instituições, por ele designadas de “Instituições Totais” (asilos, prisões, internatos, mosteiros, sanatórios, etc), assumindo em todas elas a junção das esferas da vida e organizações hierárquicas geradoras de interações que afetam o papel que cada indivíduo desempenha, Foucault (1987), por sua vez, agrupa estas instituições, que denomina de “instituições disciplinadoras”, no facto de terem discursos, práticas e formas arquitetónicas que conduzem a uma vigilância contínua e transmitem uma disciplinação pela “individualização normalizante”. Relativamente ao poder e partindo da conceção teórica tradicional, Foucault (1987), assume a rutura entre saber e poder, em que o saber é impotente e, por isso, não pode aspirar à dominação enquanto o poder é ignorante e aspira à autoridade, justificando e criticando a sociedade por ter criado instituições destinadas ao exercício do poder (prisões, quartéis, etc) e instituições destinadas ao exercício do saber (escolas, hospitais, etc). Para Foucault (1987), “não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder” (cit. in Santos, 1984, p.25).

A análise de Foucault (1987) como é apresentada aqui, conjuntamente com a de Goffman (2003), permite uma visão crítica da institucionalização prisional identificada por estes dois autores e compreender como é que a prisão, como instituição disciplinadora e reintegradora, pode modificar a representação que o indivíduo tem de si próprio enquanto sujeito, tornando-o profundamente maleável. Nesta perspetiva, o *eu*, é

simultaneamente condicionado pelo controlo social exercido sobre o recluso por aqueles que o enquadram e pela maneira como integra a nova identidade que a instituição lhe impõe. Neste sentido, e para que seja analisada a relação entre a identidade do indivíduo preso e as formas de ajustamento em relação às normas instituídas será necessário, antes de mais, explicar o próprio conceito de identidade, assim como evidenciar os processos que constituem a identidade e as suas dinâmicas.

3. Identidades e representações dos papéis sociais

Nas ciências sociais, o conceito de identidade pode ser expresso como a “imagem de si”. Algumas definições referem-se à identidade como tendo a ver com um conjunto de sentimentos reconhecidos pelo próprio indivíduo. Podemos encontrar várias definições em torno deste conceito, sendo que na literatura europeia desenvolve-se o conceito de “representação de si” e na norte-americana aplica-se o termo “self”. Porém, há uma diversidade teórico-metodológica nesses estudos, que nos conduz a uma subdivisão da categoria em diferentes sistemas, tais como: a identidade pessoal, constituída pelos atributos do indivíduo; e a identidade social constituída pelos atributos de grupos sendo que esta última se pode subdividir em identidade de género, identidade étnica, religiosa, profissional, etc. Um termo utilizado na atualidade é o de identidade psicossocial, que se baseia na ideia de inter-relação entre as instâncias individual e social (Souza, 2009, p.24).

A identidade pode ser entendida como a síntese dos sentimentos e concepções que o indivíduo tem em relação a si mesmo a partir das suas representações sociais. É formada, confirmada e transformada num processo dinâmico, e é atualizada a cada interação social. Sendo o homem, um ser social, a compreensão individual de identidade não pode ser destacada do seu contexto histórico, a identidade é uma construção social à medida que o meio não só influencia a identidade, mas a constitui (Braga, 2008, p.28). Aliás, a identidade foi altamente abordada pelo interacionismo simbólico e por Goffman (2003), mostrando a importância da interação no seu processo de construção.

Brandão (1986) circunscreve a identidade a um sentimento pessoal e a consciência de um *eu* como uma realidade individual que torna o sujeito único diante de outros *eus*: “É na relação com estes outros *eus*, diferentes de si, que o sujeito único se reconhece. Assim, temos a noção de encontro, necessário à construção da identidade. Por um lado, este é um processo dinâmico, de constantes movimentos e articulações entre o *eu* e *outro*. Por outro, a permanência e manutenção de certos pontos de referência, que não mudam nunca na identidade do sujeito (como o seu nome, as relações de parentesco, a

nacionalidade, etc.) e que lhe permitem uma distinção e unidade no reconhecimento de si” (cit. in Souza, 2009).

Segundo Ciampa (2004, p.61), a identidade é “uma totalidade contraditória múltipla e mutável, mas una”. Neste sentido, podemos afirmar que o indivíduo caracteriza-se como um *ser* eternamente inacabado. Enquanto processo a identidade consiste no que Santos (1999) denomina de “identificação em curso” ou o que Ciampa (1987, 2002, 2004) chama de “metamorfose, morte-e-vida” como um processo de constantes mudanças, mas que também se apresenta de forma estática em cada momento da existência humana. É um processo contínuo de construção e transformação que se dá na relação entre *igualdades* e *diferenças* entre os indivíduos e grupos sociais. Esta dinâmica imprime a pluralidade e a mutabilidade à história pessoal de cada indivíduo. Nesta perspectiva, *igualdades* e *diferenças* surgem como a base deste conceito, compreendidas pelo movimento do *igualar-se* e do *diferenciar-se*, dependendo dos diversos grupos que, ao longo da vida, vamos fazendo parte e, assim, cada sujeito contém “uma infinitude de humanidade” (Ciampa, 2004, p. 68). Esse processo identitário desenvolve-se no dia-a-dia, a partir das circunstâncias da interação entre o próprio ator e o público e das suas expectativas recíprocas. A identidade forma-se a partir de uma variedade de *eus*, que representam diversos papéis perante diferentes públicos.

A identidade assume-se, assim, não como uma coisa, mas como um processo onde o reconhecimento, a valorização, a confirmação ou desconfirmação dos outros nos arrasta para uma negociação interna (subjativa) ou externa (objetiva) nas configurações identitárias que assumimos. A perda de uma determinada identidade social como, por exemplo, a identidade profissional (ser bombeiro, polícia, professor, etc...), terá repercussões irreparáveis em termos da concepção que se tem de si próprio e dos outros, impelindo construir uma nova história de vida, novas relações sociais e influenciando a base ou matriz da individualidade. Inevitavelmente, certas características permanecerão, mas outras surgirão e outras desaparecerão para sempre. O *eu* que se assumiu até então desapareceria e daria lugar a um outro *eu*. E desaparecia, igualmente, uma parte importante das relações sociais, nomeadamente de alguns grupos de referência e de pertença. Se o percurso biográfico implicasse uma mudança profissional extrema, teria que integrar novos grupos, desempenhar novos papéis, incorporar novas histórias e reformulá-las à luz de novos contextos que implicariam uma reconstrução de identidade.

Segundo Dubar (2005), a identidade de alguém é aquilo que ele tem de mais precioso: a identidade humana não é dada no ato do nascimento. Constrói-se na infância e

deve reconstruir-se sempre ao longo da vida” (Dubar 2005, p.13). Para Abrantes (2011, p.131), Dubar apresenta uma proposta coerente ao associar a socialização à construção de identidades sociais e profissionais. Sendo a identidade o produto de sucessivas socializações deve ser entendida na sua dupla vertente: a trajetória objetiva ou para o outro, definida como sequência das posições sociais ocupadas durante a vida (resultado das interações); e trajetória subjetiva ou para si mesmo, expressa em diversos relatos biográficos, por meio de categorias inerentes remetendo a “mundos sociais” e condensável em formas identitárias heterogêneas. Segundo Abrantes (2011), estas duas dimensões não são necessariamente coerentes, o que permite diferenciar uma existência mais prática e relacional (tradição materialista) e outra mais reflexiva e consciente (tradição idealista).

“Focar a relação entre socialização e identidade é pertinente: em grande medida, cada indivíduo interioriza disposições, competências e valores, na medida em que as associa a uma identidade específica, resultante de uma negociação entre papéis atribuídos e intenções próprias. Acrescenta-se, assim, uma dimensão de intencionalidade e de reflexividade a um processo que decorre ao longo de toda a vida e que, noutras abordagens, surge como demasiado “mecânico”. A construção de uma narrativa autobiográfica surge como processo de interpretação e unificação das experiências de socialização, assim como guião para a ação” (Abrantes, 2011, p.131-132).

O interacionismo simbólico coloca a prioridade nos processos de interação, a ação tem como intuito a realização de objetivos delineados previamente, como também resulta da interação entre dois sujeitos. De acordo com Goffman (2003), a interação entre as pessoas é concebida como representação teatral. O *self* constrói-se, igualmente, pelo controlo que temos das impressões que causamos. O mesmo autor diferencia dois tipos de identidades sociais: a identidade social virtual, que é construída a partir do somatório de informações do *eu* recolhidas na interação – aspetos físicos, reputação, modos de falar, modos de vestir, etc., e a identidade social real, composta pelos atributos próprios, ou seja, reais, dos indivíduos. Alguns destes atributos implicam o “descrédito” imediato dos indivíduos que os possuem. Se os atributos que conferem descrédito não se apresentarem, de imediato, no decurso da interação social, o indivíduo tende a ocultá-los, por intermédio de táticas, fazendo corresponder a sua identidade social virtual à sua identidade social real (Goffman, 1982, 1999). Dentro desta perspectiva, os processos de construção identitária alimentam-se das referências providas pela representação. A analogia com a comunicação linguística é esclarecedora: Goffman (2003) definiu “fachada”, como sendo “o

equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante a sua representação” (p.34), chamando a atenção para o facto de que certas fachadas se tornam uma “representação coletiva” (cit. in Guerra, 2010, pp.659-660).

Sendo o interacionismo simbólico a abordagem de eleição para enquadrar teoricamente a nossa investigação, não poderíamos deixar de mencionar o contributo de Peter Berger e Thomas Luckmann (2004). Para estes dois autores as categorias fundamentais de análise são o “conhecimento” e a “realidade” motivados pela relatividade social. É sabido que o conceito de identidade é fundamental para os interacionistas, assim como os de representação e interação. Para estes dois autores a identidade é um ponto-chave para a compreensão da realidade subjetiva, numa relação constante de dialética com a sociedade, ela é constituída e remodelada por processos sociais numa ordem social múltipla e conjuntural. Uma vez cristalizada, a identidade “é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Por outro lado, as identidades produzidas pela interação da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a” (Berger & Luckmann, 2004, p.179). As sociedades possuem uma história e, como tal, formam identidades particulares criadas por pessoas com identidades específicas. No entanto, “os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social” (Berger & Luckmann, 2004, p.228) e, ao mesmo tempo, produzidos pela interação.

Neste âmbito, é preciso ter em conta a intensa moldagem identitária que um recluso sofre em contexto prisional, cuja intensidade depende de fatores como o tempo de reclusão e as condições por que passa nesse período. A maior parte dos reclusos vê a sua permanência na prisão como um tempo muitas vezes vivido de forma martirizante onde se tomam decisões sobre o que podem e o que não podem fazer ao mais ínfimo pormenor (Ramos, 2011, p.10).

Clemmer (1958, p.102) aplica o termo *swallowing up* para se referir ao sentimento de perda de identidade na primeira entrada do indivíduo na prisão. Esse sentimento é mais evidente nas pessoas não acentuadamente “criminalizadas” ou naquelas vindas de pequenas comunidades, onde o anonimato não existe. Para este autor, alguns reclusos nunca conseguem superar os efeitos do processo de absorção imposto pela instituição e parecem perder o sentido da sua própria individualidade. Ao entrar na prisão, o indivíduo

é obrigado a reconfigurar as suas relações anteriores enquanto pai, filho, profissional, marido, vizinho etc. e passa a viver numa sociedade na qual ele se relaciona com um número limitado de pessoas do mesmo sexo, quase da mesma faixa etária e, o mais grave é que isso acontece mesmo contra a sua vontade. Como vimos anteriormente, para Goffman (2003), as mudanças nas crenças do indivíduo sobre si mesmo e dos outros em relação a ele dentro da prisão levam ao *processo de mortificação do eu*. Neste sentido a institucionalização compromete o referencial identitário do recluso, privando-o das disposições sociais estabelecidas nas suas relações anteriores.

O conceito de “*prisionização*” foi introduzido em 1940 por Clemmer (1958, p.299), que o definiu como um termo para indicar a adoção, em maior ou menor grau, dos modos de pensar, dos costumes, dos hábitos, das tradições e regras da cultura geral do presídio. O impacto da prisão produz mudanças nos reclusos, mudanças que obedecem aos mesmos trâmites dos aculturativos em geral. Nesta linha de pensamento, Thompson (1993), na sua clássica “*Questão Penitenciária*”, afirma que um recluso *prisionizado* é aquele que “desliza para dentro dos padrões existentes; aprende a jogar ou aprende novas maneiras de fazê-lo; adquire um comportamento sexual anormal; desconfia de todos, olha com rancor os guardas e até os companheiros. Em suma, vem aceitando os dogmas da comunidade” (p.24).

De acordo com Shecaira (2008, p.349), todos os estudos demonstram que o condenado a uma instituição total interioriza os valores da prisão, com efeitos devastadores sobre a sua personalidade. “Sem dúvida que a principal consequência para o indivíduo vítima de assimilação prisional está relacionado com a sua incapacidade de reintegrar-se à sociedade extramuros, pois, a *prisionização* é um processo criminológico que leva a uma meta absolutamente oposta a que pretende alcançar o objetivo ressocializador” (Bittencourt, 1993, p.171). Este antagonismo é exposto na visão crítica de Lyra (et.al, 1990) quando afirma que “para restituir ao meio o preso, será necessário restituí-lo adaptado a esse meio. Mas para essa adaptação atuamos de maneira completamente contraindicada: sequestramos do meio o indivíduo e queremos-lo adaptado a esse meio”. Este procedimento contraditório acarreta uma verdadeira desorganização psicológica, ingrediente central do efeito de *prisionização*.

O comportamento do indivíduo em qualquer sociedade é determinado pelos padrões culturais, ou seja, por formas de aceitação social da conduta individual (Clemmer, 1958, p.109). A diferença, para indivíduos presos, está na influência da cultura prisional na constituição desses papéis e na própria interação social. Para Miotto (1992), o

indivíduo dentro da prisão deve ser ajudado a ajudar-se, de modo que assuma as responsabilidades dos seus delitos e da sua conduta, que não venha a reincidir e que se apresente reabilitado para o convívio social. Segundo a autora, o recluso não deve ser passivo no seu processo de mudança, mas sim ativo na solução dos seus problemas, dono da sua conduta, escolhendo consciente e voluntariamente as alternativas que considerar melhor para ele. Ainda segundo Miotto (1992), a aglomeração de pessoas em ambiente limitado leva facilmente a inquietação, agressividade, com reações de violência. Quanto maior o número de pessoas num ambiente determinado, maior é portanto a probabilidade de inquietação, agressividade e violência. A probabilidade de violência aumenta de forma incalculável em função da interação dinâmica entre as pessoas.

Capítulo II - Família, trabalho, conjugalidade e reclusão

4. As dimensões centrais da constituição identitária: família e trabalho

Goffman (2003) ao definir as “instituições totais”, onde se incluem as prisões, apontou-lhes como principal característica o facto de nessas instituições fechadas não existirem as barreiras que habitualmente separam as várias esferas da vida do indivíduo, (exemplo: residência, trabalho, lazer), estando estas submetidas a uma gestão e a uma autoridade comum e onde os co-participantes são os mesmos, daí o adjetivo “total” (p.47). A acentuada faceta totalizante contrastaria assim estas instituições com a fragmentação socio-espacial das sociedades ditas “complexas”, ou “urbanas”, cujas várias áreas de atividade recortam, grosso modo, domínios relativamente dissociados de relações, diferentes pertenças e definem, também, diversas identidades. É neste sentido, que Cunha (1994), afirma que “a prisão constitui um campo micro-social invulgarmente abrangente e daí a tomá-la por uma “microsociedade” (lembrando o tema “uma sociedade dentro da sociedade”), tem sido um pequeno passo, demasiadas vezes transposto” (p.2).

Na perspectiva dos condenados, a pena de prisão tem-se revelado, quase sempre, uma experiência marcante. A segregação social que impõe, a relativa desumanização associada à vida intramuros e a própria desorganização e fragilização das condições de existência, decorrentes da retirada de contextos de integração familiar e laboral, constituem os traços essenciais dessa experiência, a qual tende a ser representada e vivida de forma negativa pelos condenados (Carmo, 2009, p.6). A entrada na prisão poderá ser acompanhada pela perda do trabalho e da desestruturação familiar, bem como da anulação parcial ou total das ajudas e benefícios sociais. Esse empobrecimento material súbito não deixa de afetar a família do condenado e, reciprocamente, de debilitar os vínculos e fragilizar as relações afetivas com os próximos (separação da companheira ou esposa, institucionalização das crianças, distanciamento dos amigos, etc.). Seguindo-se uma série de transferências no seio do arquipélago penitenciário que traduzem em outros tantos tempos mortos, confiscações ou perda de objetos e de pertences pessoais, e de dificuldades de acesso aos raros recursos do estabelecimento, que são o trabalho, a formação e os lares coletivos (Wacquant, 2001, p.95).

Essa reconfiguração identitária imposta pela reclusão é a base do nosso estudo, perspectivada por dois eixos analíticos, um numa dimensão familiar e um outro numa dimensão profissional. O cumprimento de uma pena de prisão, para além de implicações psicológicas negativas para o recluso, tende igualmente a gerar efeitos colaterais de

alcance social mais vasto. Daí a importância da adoção de uma perspectiva holista desse impacto, considerando os efeitos da reclusão ao nível dos contextos familiares dos condenados.

4.1. A importância da conjugalidade no processo de construção identitário

Sendo a família um dos principais agentes socializadores da sociedade contemporânea, consideramos ser pertinente dar relevância ao contributo de Torres (2002), em particular à sua perspetiva sobre a relação conjugal como processo e relação social. No seu estudo, a autora descreve quatro dimensões de problematização para a compreensão da estruturação e das configurações da conjugalidade nas atuais sociedades ocidentais.

A primeira dimensão refere-se ao *amor como factor de encontro e continuidade*, ou seja, diz respeito à afetividade, num sentido mais amplo, ocupando lugar de destaque a vertente amorosa da relação e a concretização da sexualidade. Nesta dimensão, onde o seu destaque assumiu recentemente mais atenção no domínio da sociologia da família, a conjugalidade é perspetivada na sua dimensão afetiva e amorosa enquanto forma de concretização do desejo de encontro com o outro e de cumprimento da continuidade da filiação. Assume-se nesta ótica as emoções e os sentimentos como motor impulsionador da união conjugal nas sociedades modernas, onde os indivíduos são direcionados socialmente para se “apaixonarem” e deixarem guiar por esse sentimento na escolha do cônjuge. Aqui o papel da afetividade toma significado e relevo, onde o amor e a sexualidade são a base da relação conjugal (Singly, 1993, p.59-67; Torres, 1987, p.21- 33; Torres, 2001, p.111-121). A conjugalidade contemporânea assume como factor distintivo a crescente importância que se tem dado aos interesses individuais de cada um dos cônjuges, efeito do interesse ao papel que a sexualidade assume na constituição e manutenção da relação conjugal. Deriva daí a alteração, historicamente recente, da relação de dependência da sexualidade em relação ao casamento, tornando-se uma experiência interpessoal imprescindível para a existência do casal e constituindo “le language base de la relation” (Bozon, 2002, p.35).

A importância e a forma como a parentalidade se posiciona na economia conjugal, ao longo do ciclo da vida familiar é outro aspeto a considerar nesta dimensão. Neste sentido, assumem-se como relevantes, as questões relacionadas com as tensões decorrentes da concorrência entre a conjugalidade e a maternidade e paternidade (Torres,

2002, p.26), assim como as dinâmicas, moduladas pelo gênero, em termos de empenhos e desempenhos diferenciados face ao que se espera de ambos os progenitores.

Uma segunda dimensão, em que a sua análise se torna indispensável, refere-se à construção da *identidade pessoal e social na conjugalidade*. Nesta dimensão, a conjugalidade é perspectivada como produtora de sentido existencial e de identidade pessoal e social nas sociedades modernas (Leandro, 2001; Torres, 2001), fenómeno decorrente do processo histórico de individualização social, no sentido da responsabilização dos indivíduos no que concerne à definição de si e dos seus projetos de vida. Segundo Giddens (1997), um dos eixos desta mudança relaciona-se com a afirmação da ideia de indivíduo como ser único na sua subjetividade. No domínio familiar, este processo de individualização social traduziu-se na erosão dos quadros normativos tradicionais, definidores de padrões de comportamento ajustados a papéis fixos, permitindo aos indivíduos escapar a esses condicionalismos, eles próprios cada vez mais ajustáveis e negociáveis. Por outro lado, a trajetória e a identidade deixam de estar definidas de forma imutável no momento do nascimento e, por via da quebra da dependência em relação ao parentesco, passa-se a valorizar as inclinações subjetivas, a descoberta de si e a procura da realização pessoal. Neste sentido, os indivíduos na modernidade detêm maior capacidade de intervenção na construção da sua identidade pessoal, nomeadamente através da autoreflexividade (cit. in Carmo, 2009, p.2).

A conjugalidade promove sentido existencial através da relação validante estabelecida com um outro significativo (Berger & Kellner, 1993, cit. in Torres 2001) e no plano das expectativas da parentalidade, dado ser através da relação com o outro que se pode aspirar a uma realização nesse plano, sendo essa mesma parentalidade produtora de sentido existencial. Por outro lado, a conjugalidade também pode ser considerada produtora de identidade pessoal e social, ao se ter em conta que o *eu* se constrói com e através da relação com o *outro*. Nesta linha de pensamento, Giddens (2001) inclui a negociação da identidade pessoal no conjunto de características da “relação pura”, entendida como ideal-tipo da conjugalidade na modernidade tardia, feita através de processos interligados de autoexploração e de desenvolvimento da intimidade com o outro, os quais contribuem para a criação de “histórias partilhadas” e integração das opções de estilo de vida dos parceiros. É também através da relação conjugal que o indivíduo promove a sua pertença a outros grupos sociais e a um outro estatuto. Isto significa que a definição identitária não pode ser dissociada dos outros significativos com

quem se estabelece relação duradoura e dos contributos que se adquirem em função dessa relação.

No entanto, importa ter em conta a existência de diferenças identitárias no casal associadas à pertença de género, assim como as tensões existentes entre os elementos masculino e feminino, no tocante ao modo como perspetivam e articulam a esfera familiar e a esfera profissional (Kaufman, 1993, p.88) ou à fidelidade ao *eu*, ao *nós- casal* e ao *nós-família*, potenciais alimentadoras de dissonâncias e assimetrias de poder (Kellerhals et al, 1989, p.76). “Acentuadas, é preciso admiti-lo, por dificuldades e mesmo conflitos introduzidos pela associação entre identidade e género. De novo se reconhece a necessidade de articular as diferentes dimensões – classe, género, identidade pessoal e social - para explicar práticas e representações” (Torres, 2000).

Outra dimensão a considerar na abordagem sociológica da relação conjugal são *as condições e os processos de reprodução familiar*, já não tanto aqui no sentido simbólico mas mais especificamente no sentido das condições materiais. Neste eixo analítico podemos distinguir duas visões sociológicas.

Numa abordagem microssociológica, a conjugalidade é perspetivada como uma instância social criadora de realidades e constrangimentos específicos, relacionáveis com condições de existência materiais e novas relações afetivas. Nesta perspetiva, Torres (2002) refere a existência de “tempos” diferentes na conjugalidade a que correspondem contextos (número e idade dos descendentes, anos da relação conjugal, fase do ciclo conjugal, situação profissional, etc) e formas diferenciadas de atuação do casal na gestão das oportunidades e limitações decorrentes dos investimentos conjugais e parentais. Já numa perspectiva macrossociológica, uma outra problemática passível de se enquadrar nesta dimensão de análise respeita às funções da família nas sociedades modernas e ao quadro de limitações e de oportunidades estruturais em que estas são asseguradas. Na ótica estrutural-funcionalista, Parsons (1971) encara a família, sobretudo, como um espaço de socialização e trocas afetivas, assegurando a socialização primária dos elementos mais novos do sistema familiar e a estabilização da personalidade dos elementos adultos. Assim sendo, a complementaridade dos papéis conjugais, o “instrumental” masculino de provimento de recursos económicos e o “expressivo” feminino de cuidado do agregado familiar, surge como funcional quer para o funcionamento do sistema social global, quer para o próprio indivíduo (cit. in Carmo, 2008, p.3).

Por último, e não menos importante, a conjugalidade inscreve-se em *relações e trajetórias sociais e de género*. Por outras palavras, ela ocorre num dado momento do percurso pessoal de um significado conjunto de indivíduos, percurso esse social, cultural e ideologicamente marcado de forma diferenciada, de acordo com a pertença de classe. Mas também com o género, já que as codificações sobre o que se considera ser o comportamento adequado para os dois sexos os condicionam de forma diferencial. Condicionamentos de resto, particularmente acentuados nos contextos de antecipação e de vivência da conjugalidade” (Torres, 2000).

4.2. Impactos da prisão na estruturação e dinâmica familiar

Na investigação social tem-se verificado que o facto de a reclusão ter um impacto expressivo nos reclusos e nas suas famílias, denota-se também em particular uma certa decadência nas relações conjugais, ao mesmo que se observa o papel importante de apoio dos parentes, amigos e vizinhos na educação dos filhos durante a prisão. Literatura sobre esta matéria (Lafortune et al, 2004; Tulkens, 1977; Hairston, 2002; Travis, Cincotta e Salomon, 2001; Western, 2004) realça o tipo de consequências mais recorrentes. Para além de implicações psicológicas no próprio condenado, o cumprimento de uma pena de prisão também acarreta danos colaterais mais vastos que poderão, por sua vez, agravar o estado psicológico e emocional do próprio recluso, censurando-se pelo seu reprovável comportamento que o levou a tal situação. “Este impacto consubstancia-se, num primeiro momento, na vivência da reclusão como uma “crise familiar”, gerando uma sensação de perda e podendo dar azo a eventuais implicações psicológicas e psicossomáticas em familiares próximos, confrontados com dificuldades em se adaptarem a tal situação” (Carmo, 2008, p.15).

Ortiz (1995) aponta algumas das alterações e problemas enfrentados por uma família diante da reclusão de um dos seus elementos, nomeadamente: ausência notória e prolongada de um dos seus membros; desestabilização de cada um dos membros da família; desestruturação social, psicológica, emocional e económica (cit. in Kosminsky et al, 2005).

Mas outras consequências sucedem, afetando de forma mais ou menos intensa a dinâmica familiar. A sobrecarga do cônjuge, no tocante ao desempenho de papéis parentais relacionados com a manutenção e educação dos filhos, com a gestão do impacto emocional da situação e a sustentação material do agregado familiar, entre outras, é uma das consequências mais frequentes (Carmo, 2008, p.15). O cônjuge é das primeiras

peessoas a confrontar-se com tais problemas e a ter que suportar estes custos, na medida em que há uma quebra no rendimento familiar, assim como novas despesas que ficam também impostos ao cônjuge, nomeadamente despesas relacionadas com o encargo judiciário, visitas à prisão e outro tipo de apoio material prestado ao recluso. Neste sentido, “a cessação do contributo económico do familiar preso, nos casos em que este era contribuinte líquido para a economia doméstica antes da reclusão, tende a provocar uma regressão económica e, no limite, a problematizar a capacidade de autossustentação financeira do agregado familiar. Esta situação compreende-se na medida em que o agregado continua a ter necessidade de suportar os custos do alojamento e da manutenção dos seus elementos, acrescidos das despesas relacionadas com a manutenção dos contactos com o familiar recluso e, eventualmente, com a sua defesa legal” (Carmo, 2008, p.15). Este agravamento económico vem levantar uma outra questão, a manutenção ou a entrada das parceiras no mercado de trabalho assalariado, constituindo-se numa experiência nova nos seus percursos de vida, alargando as suas perspectivas de autonomia e realização pessoal.

Para além do apoio da rede de suporte familiar e de outras, a existência de rendimentos frutos do trabalho torna-se imprescindível para a manutenção e equilíbrio doméstico. Como refere Segalen (1999), perante o quadro de agravamento financeiro e de reorganização das rotinas ocupacionais pós-prisão do parceiro, são poucos os casos em que a parceira consegue, por si só, manter equilibrada a situação financeira do agregado, mesmo exercendo uma atividade assalariada. Alguns estudos apontam para o facto da maior parte da população reclusa pertencer a extratos sociais mais carenciados. Ortiz (1995, p.30) afirma na sua pesquisa realizada no Chile, que o primeiro e mais evidente problema causado pela reclusão de chefes de família parece ser o de carácter económico. Analisando também essa questão, Buoro (1998) afirma que “assim como a população reclusa, os familiares fazem parte da população de rendas baixas, vivendo numa situação socioeconómica pouco favorável e que a ocorrência da prisão ajuda a piorar” (Buoro, 1998, p.51). Esta tendência poderá fazer com que os laços familiares e os laços vicinais se diluam entre si, recorrendo-se à família, mas também aos vizinhos para todo o apoio após e durante a reclusão do cônjuge. A vicinalidade e o parentesco contêm uma dimensão de classe, onde as solidariedades se formam das mais diversas formas, envolvendo amigos, parentes e vizinhos, pelo que “por vezes pode ser útil encarar ambas as categorias antes de mais como dois aspetos da noção de laços de proximidade” (Cunha, 2004, p. 94). Neste sentido, importante será realçar a importância do factor de solidariedade familiar, que se

revela essencial para permitir às parceiras conciliar o exercício da atividade laboral com as responsabilidades familiares, doravante acrescidas.

Vários estudos se tem desenvolvido numa outra linha de investigação, nomeadamente no impacto da reclusão nos filhos dos reclusos e na capacidade destes executarem os seus papéis parentais a partir da prisão, revisões da literatura sobre esta matéria (Lafortune et al, 2004; Hairston, 2002; Travis and Waul, 2001; Travis, Cincotta; Salomon, 2003) permitem sistematizar alguns destes impactos. Por isso, ao levantar a questão dos familiares dos reclusos, não podemos deixar de realçar o grupo das crianças, filhos desses reclusos que acabam por ser as mais vulneráveis em diversas situações, por dependerem emocional e economicamente dos pais.

Seymour (1998) observou no seu estudo que a reclusão dos progenitores, precedido dos crimes que cometeram, acarreta separações traumáticas para a criança e o seu deslocamento de um provedor para outro. A maioria das crianças, cujos pais encontram-se presos, vive na pobreza antes, durante e depois do encarceramento dos seus pais. Segundo a autora, as crianças, cujos pais estão em reclusão, experienciam uma variedade de consequências negativas, principalmente em termos de saúde emocional e de seu bem-estar. A maioria das crianças, filhos de reclusos, pode apresentar uma variedade de emoções, que incluem desde medo, ansiedade, raiva, tristeza, solidão e culpa. Podem também começar a agir de modo impróprio, tornando-se descontroladas na sala de aula ou apresentando comportamentos antissociais. Frequentemente o seu desempenho escolar se deteriora. Estas dificuldades emocionais e comportamentais têm sido ligadas a vários fatores, incluindo o *stress* da separação pais-filhos, a identificação com o progenitor detido e o estigma social (1998, p.472). Ser familiar de um recluso implica partilhar do mesmo estigma social que eles sofrem. A maioria das famílias não assume perante a sociedade local essa condição para não se tornarem passíveis de críticas, que os colocariam na mesma condição social do recluso (Kosminsky et al, 2005).

O afastamento físico do casal é outra consequência negativa imposta pela reclusão de um dos elementos da díade conjugal, o qual tende a deteriorar, progressivamente, o suporte afetivo do relacionamento conjugal, podendo mesmo, a reclusão, ser vista como uma oportunidade para pôr termo a relações percebidas como danosas. Tal como refere Lafortune (et al, 2004), “le nombre limite de contacts autorisés (visites, téléphones et lettres), le stress quotidien et l’absence d’intimité sexuelle font en sorte qu’il est évidemment difficile de maintenir une relation amoureuse en de telles circonstances” (p.4).

Por outro lado, poderá acontecer que relações enfraquecidas passarão a ser encaradas como uma nova oportunidade, não só porque a distância oferece às companheiras um novo ponto de vista, mais favorável aos homens presos, mas também porque a prisão em si mesma promove um ambiente controlado e protegido onde se torna possível para as mulheres lidarem, mesmo se apenas temporária e artificialmente, com o comportamento caótico, irresponsável e violento dos respectivos parceiros. Para Comfort (2003) e Matos e Machado (2007) é necessário repensar a noção de reintegração naquilo que ela pressupõe acerca da renovação de relações prévias.

Ao nível da esfera relacional, a reclusão pode ser vista como um processo que provoca alterações relacionais com familiares e amigos. A esfera familiar pode ser muito referida, uma vez que o sentimento de culpabilização pode surgir no recluso, fazendo uma associação com base material, visto que o rendimento familiar se viu obrigatoriamente diminuído. Além de que, em relação aos filhos, pode aumentar a intensidade dos laços de parentesco, por sentirem falta dos filhos e sentirem que estão a perder uma parte importante da sua vida, não os podendo acompanhar. Neste sentido evidencia-se que as crianças e jovens, cujos pais/mães tenham sido sujeitos a pena de prisão, tendem a manifestar um leque diversificado de consequências psicológicas e comportamentais. A análise dos discursos sobre a reclusão conduz-nos a destacar das suas experiências a importância da recontextualização e renovação dos seus laços sociais, destacando-se a preocupação com a família, em particular a culpabilidade que sentem em relação aos filhos, quando estes existem (Ramos, 2011).

No seu estudo, Matos e Machado (2007), fazem uma reflexão sobre as mudanças relacionais com familiares e amigos, focando particularmente o apoio que estes dão ao recluso após a detenção. A ideia dominante é a de que há grandes “desilusões” com amigos do exterior, que deixam de as apoiar a partir do momento em que entram no estabelecimento prisional. “As reclusas vincam bem a diferença entre amigos e familiares, referindo, de uma forma geral, que a família dá apoio, apesar de em momentos iniciais da reclusão terem receado que isso não se verificasse, enquanto os amigos deixam com frequência de constituir figuras de suporte” (cit. in Ramos, 2011).

Um outro impacto, e não menos desprezível, é o *estigma social* que se abate sobre a família, decorrente da reclusão de um dos seus elementos, pois “os familiares dos reclusos compõem um grupo de pessoas que vivem a situação de ser um dos depositários dos estigmas existentes na sociedade contra os presidiários” (Buoro, 1998, p.44). Esta desonra ou mancha na reputação do condenado tende a afetar as redes de sociabilidade

familiar e comunitária do agregado, fragilizando eventuais suportes materiais e efetivos delas decorrentes e problematizando as condições de integração social devido a atitudes e práticas de humilhação, evitamento e segregação tendo como alvo elementos da família do condenado. No entanto, importa ter presente que a intensidade deste impacto é variável, dependendo, entre outros fatores, do tipo de crime associado à condenação, do grau de mediatização do crime e da condenação, das características socioculturais da comunidade de origem do condenado e da incidência das taxas de reclusão nessa mesma comunidade. Por outro lado, também é de ponderar o recurso a estratégias para lidar com a desacreditação decorrente da condenação penal tendo em vista evitar danos identitários dela decorrente (Goffman, 1982, cit in Ramos, 2001, p.16).

O termo estigma colocado por Goffman (1982) possui uma dupla *perspectiva*. É a condição do “desacreditado” e a condição daquele que lhe é próximo e que, por essa razão, é contaminado. Por outras palavras, ao relacionar-se com “um indivíduo estigmatizado através da estrutura social cria-se uma relação que leva a sociedade mais ampla a considerar ambos como uma só pessoa. Assim, a mulher fiel do paciente mental, a filha do ex-presidiário, o pai do aleijado (...) todos estão obrigados a compartilhar um pouco do descrédito do estigmatizado com o qual eles se relacionam” (Goffman, 1982, p. 39).

Goffman (1982) sugere que, mesmo que a pessoa reconheça o facto de o pai estar preso, os amigos, os vizinhos não farão distinção entre a pessoa estigmatizada e as que estão próximas. O recluso é então desacreditado pelo seu comportamento considerado desviante e o filho por manter um vínculo estreito com o pai é contaminado pelo seu estigma, pela sua condição estigmatizada (cit. in Kosminsky et al, 2005, p.56).

4.3. O trabalho em meio prisional

O trabalho faz parte das nossas vidas e sempre esteve inserido na vida em sociedade, constituindo neste sentido um alicerce de coesão social fundamental e imprescindível para a sua manutenção. O trabalho intelectual ou manual, proporciona ao indivíduo dignidade dentro do seu seio familiar e no seu meio social. Neste sentido, e como não poderia deixar de ser, o trabalho na prisão encontra-se inserido dentro da perspetiva que vincula o trabalho à existência digna do ser humano.

O trabalho é uma categoria que possibilita a compreensão da atividade humana, processo pelo qual o homem torna-se um ser social. “O trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação das suas necessidades diante da

natureza e perante os outros. Pelo trabalho o homem afirma-se como um ser social e portanto, distinto da natureza. O trabalho é a atividade própria do ser humano, seja ela material, intelectual ou artística. É por meio do trabalho que o indivíduo se afirma como um ser que dá respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, às suas necessidades. É pelo trabalho que as necessidades humanas são satisfeitas, ao mesmo tempo em que o trabalho cria outras necessidades” (cit. in Santos 2003, p.22).

Dado a complexidade existente dentro das sociedades capitalistas, o trabalho assume, cada vez mais, um sentido controverso, oferecendo poucas oportunidades a quem não estiver preparado (profissionalmente ou socialmente) a encontrar a satisfação das suas necessidades materiais e sociais, como também espirituais e particulares. “Vive-se hoje uma terceira revolução industrial acompanhada de profundas transformações mundiais. Assim como em etapas anteriores do desenvolvimento industrial, radicais mudanças tecnológicas envolvem uma ampla expulsão da população trabalhadora dos seus postos de trabalho” (Iamamoto, 1998, p.33).

Diante das mudanças verificadas no mundo do trabalho, partindo da reestruturação económica que se tem verificado na última década, o trabalho prisional, onde o poder se manifesta justificado em torno de um poder moralizante, suscita inúmeras questões a serem estudadas. Giannetti (2002), realça que um dos grandes desafios para quem propõe analisar as determinantes de qualquer dimensão subjetiva do homem (neste caso o trabalho em meio prisional) é obter informações e dados empíricos sobre o assunto. Afirma que pode não ser possível observar e medir de fora alguns aspetos do trabalho em meio prisional, por isso, a obtenção e levantamento de dados no terreno torna-se imprescindível para a obtenção de respostas. Qual é a importância do trabalho numa prisão? Qual o significado que o recluso lhe atribui? Ou quais são os benefícios que lhe estão subjacentes? Estas constituem interrogações que nos interessa aprofundar e analisar empiricamente.

O conceito de identidade profissional relaciona-se ao mundo ocupacional do profissional, integrando os estudos que dizem respeito à socialização profissional, aos quais se concentram nos processos de adaptação do profissional ao seu meio laboral. “No processo de construção da identidade profissional, que integra o quadro das identidades possíveis, as categorias que dizem respeito à formação, às esferas do trabalho e do emprego constituem os domínios de referência dos indivíduos para si mesmos. O emprego é considerado, cada vez mais, o centro do processo identitário, e a formação profissional está cada vez mais diretamente ligada a ele” (Aguilar, 2006).

Para Sainsaulieu (1985, cit in Aguiar, 2006), a identidade, mais do que um processo biográfico de construção do *eu*, é um processo relacional de investimento do *eu*. Funda-se, dessa forma, a articulação entre os dois processos identitários: o biográfico e o relacional. O primeiro processo é uma construção no tempo, pelos indivíduos, de identidades sociais e profissionais, a partir de categorias dadas pelas sucessivas instituições (e.g. família, escola, mercado de trabalho, empresa), que configura a transação subjetiva. O segundo processo relacional refere-se ao reconhecimento dado, em determinado momento, no interior de um espaço determinado de legitimação, às identidades associadas aos saberes, às competências e à autoimagem, propostas e expressas pelos indivíduos que compartilham um sistema de ação. Neste sentido, podemos encarar o trabalho como uma atividade pela qual os presos podem diferenciarse, pois trabalhar dá-lhes uma certa estabilidade, indicando estarem a participar num processo de recuperação. Como afirma Iamamoto (1998), o trabalho conduz a mudanças não só no objeto (natureza), mas também no sujeito (homem). Numa perspetiva materialista o trabalho é visto como produção de objetos aptos a serem utilizados pelo homem, numa perspetiva subjetiva o trabalho transporta capacidades e qualidades humanas e de necessidades” (Iamamoto, 1998, p.227).

O trabalho prisional possui a tarefa de devolver ao recluso, visto pela sociedade como vagabundo, vadio e preguiçoso, alguma dignidade e estabilidade interior. O trabalho dentro da cadeia permite manter comunicação com o mundo exterior, acompanhar o que acontece, assim como também pode aliviar tensões geradas pela prisão, deixando desvanecer a ideia da prisão como ela é idealizada na vida extramuros (Santos, 2003).

Teoricamente, o sistema prisional deveria propor uma vertente profissionalizante, capaz de reintegrar o preso à sociedade após o cumprimento da sua pena. Mas este, por sua vez, precisaria ter consciência da sua utilidade e valor, e nunca como uma mera forma de passar o tempo (Zackseski, 1991, p.31). Numa associação do trabalho com o trabalho penal, Pinto (2000, p.15) afirma que este último surge como elemento cujo valor tem um realce maior, na medida em que estimula a possibilidade de redução da pena³, favorecendo o exercício de uma atividade sistemática e, simultaneamente, ao facto de contribuir também para restabelecer o seu amor-próprio, possibilitando uma melhor preparação para a inserção no mercado de trabalho após a sua libertação. Neste sentido,

³ No sistema penitenciário brasileiro, segundo dados da Fundação Internacional Penal e Penitenciária - FIPP (2004), o trabalho dos presos proporciona, aos mesmos, pressa na obtenção da liberdade, pois a cada três dias trabalhados, há uma redução de um dia na pena a ser cumprida.

poderemos afirmar que há a hipótese da conceção básica do trabalho prisional se fundamentar, para além da aprendizagem profissional e da sua vertente remuneratória, na pressa em alcançar a sua liberdade. Com isto, poderão estar a contribuir para a diminuição das tensões existentes no meio prisional, repercutidas no que se considera num dos elementos cruciais da “escola do crime”, que é a ociosidade do preso. Nas suas palavras, Souza (2002) sintetiza esta questão da seguinte forma:

“O trabalho prisional deve atender ao princípio do interesse social, acima dos resultados económicos. Isto porque, a maior contribuição da atividade laboral sistemática reflete no comportamento do recluso, seja porque provoca redução dos níveis de *stress* da população reclusa, melhorando o ambiente do presídio, seja porque evita a ociosidade e, sobretudo, por se constituir em promissora perspectiva de absorção pelo mercado de trabalho, quando do retorno desse segmento, ao convívio familiar e social” (2002, p.2).

Segundo Dorez (2010), enquanto os operários não qualificados em liberdade inventam jogos mentais para acompanharem, suportarem e tornarem mais eficazes as suas rotinas laborais, os trabalhadores presos, ao contrário, confrontam-se com a prioridade absoluta, legal e existencial, de voltarem à liberdade. Essa é a sua exclusiva preocupação e até obsessão. O quadro de vida extralaboral está sempre presente no trabalho. Ao contrário do trabalhador comum, cuja preocupação maior será manter o posto de trabalho, o preso está desejoso de trocar o posto de trabalho pela liberdade. O trabalho é uma forma de um preso se manifestar interessado em acelerar o cumprimento da pena e evitar “atrasar”. Como já frisamos anteriormente, nalguns regimes penitenciários, nomeadamente no Brasil, o tempo de trabalho tem impacto calculável no tempo de pena definido, reduzindo-o. Em Portugal não é o caso (Dorez, 2010).

Não obstante, o aspeto económico do trabalho prisional não pode ser esquecido, pois a remuneração permite ao recluso pagar parte das suas despesas pessoais, diminuindo assim, a sobrecarga que a sociedade tem nas despesas atribuídas para o funcionamento do sistema prisional. Cotes (2005) cita alguns casos, nomeadamente o trabalho em hortas nos estabelecimentos prisionais, onde as verduras e legumes podem ser consumidos no mesmo local, bem como no caso das fábricas de sabão, detergentes e de outros produtos de limpeza, cuja parcela da produção pode ser direcionada para uso no interior do estabelecimento prisional. O recluso/trabalhador cria também a possibilidade de auxiliar a sua família na formação de uma pequena poupança para a ocasião da sua saída da prisão (Cotes, 2005, pp. 34-41). São questões como as salientadas que leva Wauters (2003) a

citar que o trabalho “é uma das formas mais eficazes de reinserção social (...). O hábito ao trabalho traz novas perspectivas e expectativas para o preso, que pode vislumbrar uma nova forma de relacionamento com a sociedade” (Wauters, 2003, p.32).

Nesta linha de pensamento, Borilli (2005) afirma no seu estudo⁴ que, de modo geral, estar a trabalhar e ocupado é uma das explicações para a não entrada no mundo criminal, bem como uma solução para a saída do mesmo, via ampliação da capacidade produtiva do recluso e consequente preparação para o mercado de trabalho externo à prisão.

Noutra evidência empírica, Neto (2006) estudou as atividades de trabalho desenvolvidas na Penitenciária Estadual de Maringá, e conclui que o “o trabalho para o preso não representa o cumprimento da pena ou castigo, mas um factor estruturador que lhe permite crescimento pessoal, por meio do desenvolvimento profissional e intelectual, o que significa a esperança de conseguir reconstruir a vida na ocasião da sua volta ao convívio social, o resgate da confiança em si mesmo, o melhoramento da sua imagem diante dos familiares, de si mesmo e, consequentemente, o resgate da autoestima. Com a remuneração percebida, o recluso adquire materiais de primeira necessidade, o que faz com que ele se sinta bem consigo mesmo e, por vezes, consegue ajudar a sua família em pequenas despesas” (Neto, 2006, p.123).

Noutra perspetiva, Costa (1999) considera que a prioridade no desenvolvimento do preso é confiar-lhe, em certa medida, algumas responsabilidades. Para este autor, o preso tende a desenvolver um senso de responsabilidade relativamente aos serviços que lhe são incumbidos, pois o mesmo aprende a fazer, fazendo, mas para isto é preciso que lhe seja dado oportunidades e ocupação. Neste sentido, poderíamos arriscar em afirmar que o maior motivo do trabalho em meio prisional não seja o factor remuneratório.

Abordando o trabalho obrigatório dos presos, Dorés (2010) afirma que este aumenta os riscos de insegurança, o que, por sua vez, aumenta a necessidade de guardas e diminui a funcionalidade das medidas de reintegração social. Moralmente aproxima-se demasiado do trabalho escravo (a redução da dignidade pessoal ao mínimo) e, talvez por isso, levanta problemas de consciência, para lá dos problemas práticos. “O trabalho livre na prisão, por outro lado, tem sobretudo um carácter ocupacional. É uma forma de escapar ao ócio forçado. Embora em 2003 o provedor de Justiça, Henrique Nascimento

⁴ No seu estudo, Borilli (2005) entrevistou 262 réus já julgados e condenados, oriundos da Penitenciária Estadual de Piraquara (PEP), da Penitenciária Central de Piraquara (PCP) e da Penitenciária Feminina de Piraquara (PFP).

Rodrigues, desejasse que fosse de outro modo: “Recuso-me a aceitar uma perspectiva até agora vigente, que vê na remuneração do trabalho prisional uma simples gratificação do trabalho, aliás prestado por quem, em outros tempos, nem à mesma teria direito. (...) A remuneração que os reclusos recebem (...) tem sido relativamente baixa e distante do salário mínimo nacional” (cit. in Dores, 2010).

O trabalho dos presos é, então, um misto instável entre uma forma de merecer o respeito (de si próprio e de terceiros) através de uma referência objetiva a valores socialmente partilhados, os do trabalho e os do dinheiro, e a colaboração com a instituição prisional. Nenhum trabalho de prisão, porém, assegura verdadeiramente nada do que o trabalho livre promete assegurar. Em particular, ao sair da prisão o ex-condenado enfrenta as proibições de emprego público e a probabilidade aumentada de integrar as taxas de reincidência, voltando à prisão (Dores, 2010).

PARTE II – MODELO DE ANÁLISE E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Capítulo III. Modelo de análise, hipóteses de pesquisa e metodologia de investigação

1. Pergunta de partida e objetivos

No presente capítulo procuramos dar a conhecer os objetivos e as hipóteses orientadoras do nosso estudo, assim como o modelo analítico e a estratégia metodológica acionada. Na fase inicial da nossa investigação partimos da seguinte questão: *“de que forma a segregação e a vivência imposta pela pena de prisão afeta o indivíduo no seu processo de reconstrução identitária?”*. Sendo uma questão chave da nossa pesquisa, propusemo-nos alcançar os seguintes objetivos:

- Compreender o significado que os reclusos atribuem à reclusão, enquanto ato de estigmatização social e processo de rotulagem ao nível dos padrões familiares e profissionais da sociedade;
- Identificar as estratégias que os reclusos adotam como forma de defesa e adaptação à nova realidade, ou seja, os códigos e/ou os símbolos que adotam e que se traduzem numa reconfiguração identitária ao nível familiar e profissional;
- Explicitar os mecanismos de reconfiguração identitária presentes na vida familiar e profissional, designadamente do ponto de vista da parentalidade, da conjugalidade, de competências escolares e profissionais;
- Perceber o(s) sentido(s) que o recluso passa a dar à vida, os significados que atribui ao acontecimento que o levou à prisão; se existe arrependimento ou vontade de mudar e quais os impactos a nível familiar e profissional;
- Perceber o significado que o trabalho tem dentro da prisão e a importância que o próprio recluso lhe atribui, através da abordagem das propostas e práticas de trabalho desempenhadas dentro da prisão;
- Identificar os impactos da prisão na organização e dinâmica familiar, desde as suas implicações emocionais e psicológicas, conjugais e parentais até aos efeitos de alcance social mais vasto.

2. Hipóteses

Como foi referido, a presente investigação pretende identificar possíveis impactos, bem como a diversidade de influências, que o cumprimento de uma pena de prisão acarreta em indivíduos a cumprir pena de prisão efetiva, a qual pode conduzir a um processo de reconstrução identitária. Neste sentido, foi a nosso ver, imprescindível

analisar os dois principais alicerces de coesão social, fundamentais na construção de identidades, nomeadamente a dimensão familiar e a dimensão laboral. Após a revisão da literatura até aqui apresentada, parece-nos fundamental transpor a abordagem teórica para um modelo de análise (Figura 1). Este modelo analítico estrutura-se em torno dos conceitos de reclusão, identidade, estigma e rotulagem, e das dimensões familiar e profissional. A sua definição apresentada nos capítulos anteriores, em articulação com dados recolhidos através de uma abordagem empírica exploratória, permitiu-nos chegar às seguintes hipóteses orientadoras da nossa pesquisa:

1. O recluso aciona um conjunto de estratégias perante as dificuldades que a vida prisional lhe impõe na sua dimensão familiar e/ou profissional/ocupacional.
2. Os constrangimentos que a reclusão provoca na representação identitária do recluso, conduzem-no a uma reconfiguração dos seus hábitos e a adoção de mudanças nas suas atitudes e comportamentos.
3. O trabalho assume um papel fundamental na autoidentificação do recluso dentro do estabelecimento prisional. Por outras palavras, contribui para a sua reabilitação enquanto recluso e para a integração na sociedade após a sua libertação.
4. Existe uma relação entre a reclusão e o declínio da vida familiar e profissional. Por outras palavras, o sujeito fica privado do exercício de uma atividade ocupacional nos termos em que exercia na sociedade civil e de condições de privacidade fundamentais para sustentar as relações familiares pré-existentes.

3. Modelo de Análise

As hipóteses anteriormente mencionadas refletem o conjunto de relações apresentadas no modelo de análise (Figura 1) e que foram essenciais para a abordagem analítica desenvolvida nesta pesquisa. Esta esquematização é composta por um conjunto de dimensões que visam compreender as implicações que a reclusão provoca nos reclusos.

As instituições totais, e em particular as prisões, não permitem qualquer contacto entre o recluso e o mundo exterior. A finalidade é excluir completamente o indivíduo da sociedade, para que este possa absorver totalmente as regras e normas internas com o objetivo de uma reeducação eficaz e consequente reintegração na sociedade.

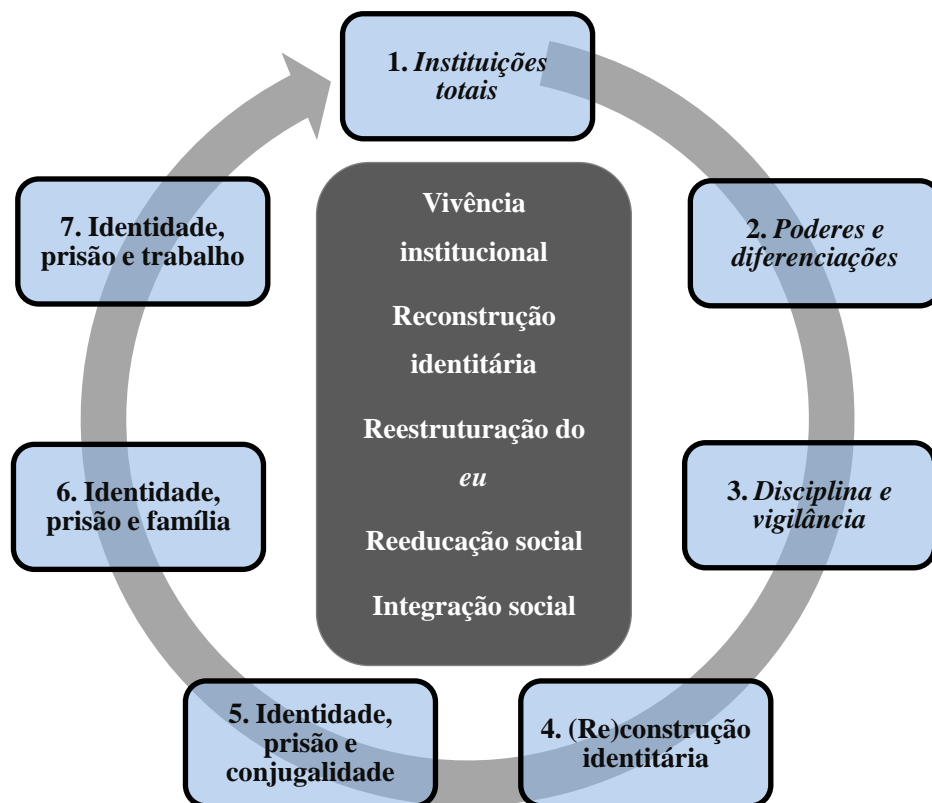
Como resultado do agrupamento das diferentes dimensões da vida (familiar, profissional, lúdica, habitacional), sem que existam distinções de espaço físico ou social, o universo do recluso torna-se “total”. Esta vivência institucional num mesmo espaço e

sob uma mesma autoridade acarreta no recluso poderes e diferenciações às quais ele não estava habituado na vida exterior. Neste sentido, pretendemos compreender: os mecanismos de poder institucionais; a adaptação do recluso à disciplina prisional e o processo de vigilância que a prisão implementa e, assim, identificar e analisar as possíveis alterações no processo de (re)construção identitária. Outros obstáculos enfrentados pela reclusão são a ociosidade e a falta de liberdade e de autonomia, podendo comprometer a própria identidade do indivíduo ao seu nível profissional, pois o recluso passa a dar outro sentido e significado ao trabalho desenvolvido dentro da prisão.

Outra consequência da reclusão no seu processo de (re)construção identitária, dado o afastamento temporário da família, está relacionada com as dificuldades em manter os laços familiares que o indivíduo transportou do exterior e, conseqüentemente, a manutenção dos seus papéis como marido, pai e/ou filho, entre outros. Deste modo, interessa-nos também identificar os possíveis efeitos negativos mais vastos, ou seja, os danos psicológicos e emocionais nos parentes mais próximos dos reclusos.

Como o modelo apresentado de seguida (Figura 1) pretende-se, de alguma forma, ilustrar as pretensões analíticas antes mencionadas e a sua inter-relação.

Figura 1 - Modelo de Análise



Capítulo IV. Metodologia e técnicas de investigação

1. Uma abordagem qualitativa: em busca dos significados da reclusão

Para a concretização dos objetivos da nossa investigação consideramos ser imprescindível na abordagem qualitativa para obtermos, dos indivíduos a cumprir pena de prisão efetiva, as descrições das suas vivências e captar toda a essência e significados que lhes atribuem. Na investigação qualitativa o pesquisador assume-se como o principal instrumento da investigação, já que é ele que concebe o projeto de investigação e que o desenvolve, realiza o trabalho de terreno, analisa e interpreta toda a informação e produz o relatório final. É um tipo de investigação em que a proximidade entre o investigador e o objeto de estudo é acentuada, realçando-se o papel do sujeito enquanto construtor da ação.

As abordagens qualitativas são total ou parcialmente indutivas, caracterizadas pelo vaivém constante entre as diversas fases da investigação. É um tipo de pesquisa tributária de correntes como o Interacionismo Simbólico, a Escola de Chicago ou a Fenomenologia Social, entre outras, que acentuam que os significados são (re)construídos pelos indivíduos em constantes processos de (re)negociação e em interação. Hoje em dia, a pesquisa qualitativa está cientificamente consolidada, apesar das reservas que muitos atribuem à subjetividade que lhe é associada.

A pesquisa qualitativa é igualmente descritiva. Os dados são recolhidos sob a forma de palavras, imagens, ou grelhas de observação, sendo depois apresentados no corpo do relatório sob a forma de transcrições de partes das entrevistas ou sob a forma de notas de campo, fotografias, documentos pessoais, ou outros registos aos quais o investigador recorre e queira apresentar. Neste tipo de pesquisa pretende-se transformar o discurso oral em discurso escrito, com vista a ser analisado e interpretado.

A análise qualitativa interessa-se mais pelo processo do que concretamente pelos resultados. O seu foco é a compreensão mais aprofundada dos problemas, é investigar o que está “por trás” de certos comportamentos, atitudes ou convicções” (Fernandes, 1991). É importante perceber o modo como se processa a criação de significados ou qual a história do que se está a estudar. As metodologias qualitativas dão conta sobre o modo como as expectativas dos sujeitos se traduzem em atividades e interações no dia-a-dia. Para o efeito, os investigadores qualitativos analisam os dados de forma indutiva. Poderão assim, recolher informações com o objetivo de confirmar ou infirmar hipóteses previamente definidas. Tipicamente, as hipóteses e abstrações vão sendo construídas à

medida que os dados são recolhidos e agrupados. É a componente empírica que vai sugerindo hipóteses e a produção de conceitos (Fernandes, 1991).

Ao traçarmos teórica e metodologicamente um trabalho de investigação devemos ter em conta a natureza da problemática em análise, isto é, aquilo que pretendemos captar, a essência do problema e a melhor forma de chegar à realidade social. Os dois caminhos de investigação tradicionalmente seguidos na área da Sociologia são as metodologias quantitativas e as qualitativas. Também é possível a combinação de ambas, mas tendo sempre a noção que “apesar da rivalidade teórica e ontológica que existe entre os dois paradigmas, um não vem substituir o outro” (Hébert-Lessard et al, 1994, p.33).

Para este trabalho, a pesquisa qualitativa parece-nos a mais adequada para nos fornecer explicações mais profundas sobre um fenómeno eminentemente subjetivo e que incide nas vivências e expectativas pessoais. Não descurando os importantes contributos que a pesquisa quantitativa pode dar, a pesquisa qualitativa procura entender a interioridade subjetiva, as razões das ações e que insiste no carácter único de cada ação, de cada circunstância onde se produzem os fenómenos sociais. É precisamente este o nosso objetivo, a reconstituição da história de vida dos reclusos, insistindo no carácter único e particular da sua existência.

Desta forma, tendo em conta os objetivos traçados, a estratégia de investigação qualitativa é a nossa ver a mais adequada para um objeto complexo e ao mesmo tempo diversificado. No seu âmbito, foram operacionalizadas entrevistas com fim de Histórias de Vida a uma amostra de reclusos a cumprir pena de prisão efetiva no EPSCB e uma entrevista de grupo a duas terapeutas, uma da área da Terapia Ocupacional, outra da Psicomotricidade.

2. Instrumentos e estratégia de investigação empírica

A adequação dos métodos e teorias é uma característica fundamental da investigação qualitativa. Deve-se controlar o ajustamento das teorias à investigação e escolher aquelas que possam ser empiricamente estudadas. Ou seja, remete para o facto de se dever ponderar se o objeto a investigar pode ou não ser empiricamente analisado.

Um objeto poderá não ser acessível ou realizável empiricamente. Um critério importante que determina para o investigador a acessibilidade do objeto consiste em perceber se os métodos disponíveis são adequados ao objeto que se quer estudar, traço que é igualmente importante na investigação quantitativa. A investigação qualitativa tem a

grande virtualidade de permitir adotar métodos abertos, que permitem ajustar-se aos fenómenos complexos em estudo. Neste sentido, “não há, em geral, qualquer preocupação com a dimensão das amostras nem com a generalização de resultados. Também não se coloca o problema da validade e da fiabilidade dos instrumentos tal como o que se passa na investigação quantitativa. De facto, no paradigma qualitativo, o investigador é o instrumento de recolha de dados por excelência; a qualidade (validade e fiabilidade) dos dados depende muito da sua sensibilidade, da sua integridade e do seu conhecimento” (Fernandes, 1991). O objeto em estudo é, assim, um importante factor na escolha dos métodos.

2.1. O campo empírico: a amostra qualitativa

Os principais participantes deste estudo são indivíduos que fazem parte da população reclusa do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo (sector masculino). A representatividade da população em estudo não foi para nós uma questão preocupante, pois a investigação qualitativa, baseada em recolha biográfica, tem um modo de pensar o projeto científico bem diferente do que domina a esmagadora produção das ciências sociais. O que poderá provocar mais reticências é normalmente o abandono da ideia de representatividade das amostras. Normalmente, não é isso que se pretende: a abordagem é compreensiva, privilegiando-se uma profunda análise do material recolhido (Tinoco, 2004, p.5).

A nossa amostra é assim composta por nove indivíduos do sexo masculino e duas terapeutas. A amostra de reclusos foi-nos indicada pela Direção do EPSCB, indivíduos esses provavelmente mais disponíveis por já terem participado em estudos anteriores. Depois de abordados e apresentados todos os objetivos e procedimentos da nossa investigação, eles mostraram-se disponíveis e motivados para colaborar. Os entrevistados eram provenientes dos quatro sectores que constituem o EPSCB, nomeadamente o Regime Comum (2 reclusos), a Unidade Livre Drogas – ULD (5 reclusos), a Clínica de Psiquiatria (1 recluso) e a Casa de Santo André (1 recluso). Ainda fizeram parte da nossa amostra duas técnicas do EPSCB, testemunho fundamental para a recolha de uma visão heterogénea para a nossa problemática. Não foram incluídas mulheres na amostra devido ao facto de o Estabelecimento Prisional feminino ser de alta segurança, o que inviabilizou o seu acesso.

Tendo em conta que as diversas fases da vida destes indivíduos são pontuadas por uma série de acontecimentos marcantes que os encaminharam para a situação de reclusão, e partindo do pressuposto que essa situação influenciará o seu processo de construção identitária devido ao afastamento de contextos de relacionamento familiar e a alterações no significado que o trabalho poderá continuar ou passar a ter dentro da vida intramuros, pareceu-nos relevante o estudo das suas trajetórias de vivência pessoal. Por isso, através da realização de entrevistas com fim de histórias de vida, foi nossa intenção aceder às vivências e experiências da prisão deste conjunto de reclusos.

2.2. A recolha de informação: histórias de vida e entrevista de grupo

O processo de recolha dos dados decorreu entre Maio e Agosto de 2013 e foi precedida de uma autorização da Direção-Geral dos Serviços Prisionais⁵.

A entrevista foi a principal técnica de recolha de informação na nossa investigação. Trata-se de uma conversa com um objetivo, que ocorre num “encontro interpessoal que se desenrola num contexto e numa situação social determinados, implicando a presença de um profissional e de um sujeito *naif*” (Ghiglione; Matalon, 1992, p.64. Através dela o “observador pode obter relatos de situações na própria linguagem dos participantes, o que lhe dá acesso aos conceitos que são usados na vida de todos os dias” (Burgess, 1997, p.86).

Quanto ao grau de estruturação foi utilizada a entrevista semi-directiva que apesar de ser acompanhada por um guião composto pelos principais tópicos a abordar, deixou total liberdade ao entrevistado para abordar as diversas problemáticas tratadas nesta pesquisa. Deste modo, conseguiu-se uma grande fidelidade ao discurso e ao universo representacional dos entrevistados, tendo ainda sido possível aceder ao conjunto de significados por eles atribuídos às diferentes dimensões analisadas. Devido às suas características também é um tipo de entrevista que se adequa à realização de histórias de vida, técnica central no nosso estudo.

Enquadradas no método biográfico, as histórias de vida são uma ótima forma de conhecermos o recluso através das suas palavras e da forma como ele próprio se percebe, dando relevo ao seu papel. É a prática de uma verdadeira maiêutica, arte de fazer o sujeito encontrar, por si, a sua própria verdade e significados. A operacionalização da técnica será enformada por algumas questões prévias, pois pretendemos explorar partes

⁵ Pedido de autorização e respetiva resposta da Direção-Geral dos Serviços Prisionais em anexo.

da vida do narrador (Poirier et al, 1995, p.47). A nossa análise focaliza-se nas perspectivas individuais, mas mais do que isso, em análises que nos dizem muito sobre este contexto particular de reclusos, ou seja, regista-se “um testemunho individual (...) que é aqui tomado como amostra da comunidade” (Vieira, 1999). “Serve-se da história de vida como instrumento de levantamento de regras sociais de determinadas subculturas ou segmentos específicos da sociedade. O interesse do estudo de um caso particular prende-se normalmente por ser especialmente ilustrativo de um fenómeno mais global (...) utilizando a história de vida recolhida para compreender as regras e funcionamento de um certo grupo social. Neste caso, a motivação da investigação não se centra na história de vida propriamente dita, mas no que ela autoriza concluir das relações interpessoais de determinada comunidade” (Tinoco, 2004, p.4).

Aliado a esta técnica principal que usamos para entrevistar os reclusos foi também realizada uma entrevista de grupo a duas terapeutas, nomeadamente a uma terapeuta ocupacional e a uma psicomotricista, de forma a conhecer perspetivas e opiniões de duas profissões que intervêm diretamente no processo de reabilitação dos reclusos. As vantagens deste tipo de entrevista são relevantes para o nosso estudo, pois os participantes dão conta do que pensam e descrevem os significados atribuídos às situações vivenciadas através da troca de experiências e da interação construída ao longo da sua realização. São entrevistas eficientes na fase de recolha e análise de dados, pois um número pequeno de participantes pode gerar um extenso número de ideias e opiniões sobre as categorias em estudo. Permite ao investigador conhecer a linguagem que a população entrevistada usa para descrever as suas experiências, os seus valores e formas de pensar. É utilizada para pesquisar comportamentos complexos e motivações, pois compara diferentes visões sobre o mesmo tema (Carey, 1994; O’Brien, 1993; Morgan & Krueger, 1993).

Outra vantagem deste tipo de entrevista e que fundamentou o seu uso teve a ver com a recolha de informação de dois participantes em simultâneo, dado a reduzida disponibilidade das terapeutas e o difícil acesso à instituição prisional. Desta forma, conseguimos maximizar o próprio processo de recolha de informação, na medida em que num só momento foi possível juntar duas profissões cujo contributo, pela riqueza das suas experiências na prisão, foi fundamental na nossa pesquisa.

A seleção dos atores institucionais justifica-se na medida em que consideramos que as prisões são melhor analisadas quando incluímos um ponto de vista institucional. Por outras palavras, a prisão deve ser estudada examinando-se não só os reclusos, como também os agentes sociais envolvidos, os “guardas, funcionários, técnicos, autoridades

judiciais e penitenciárias, agentes sociais exteriores, familiares e amigos, organizações não-governamentais” (Dores et al., 2003, p. 84).

Ao longo da realização das entrevistas foi assegurada a confidencialidade e o anonimato dos entrevistados, não se colocando em causa, em momento algum, a sua identidade. Nesse sentido, não foram recolhidos dados referentes aos elementos objetivos de identificação dos reclusos que constituíram a nossa amostra tendo-lhes sido, aquando da codificação das entrevistas, atribuído um número e um nome fictício de forma a não serem associados a qualquer indivíduo em concreto.

2.3. O trabalho de campo: a entrada no estabelecimento prisional e o papel do investigador

O acesso ao EPSCB por parte do investigador deu-se em junho de 2012, ainda a frequentar o 1º ano de mestrado e já decidido no tema do nosso trabalho: *“Processos de (re)construção identitária em contexto prisional”*. O despertar para esta problemática surgiu na sequência de um convite para apresentar uma palestra sobre: *“O que é a Sociologia?”*, por parte de uma colega que lá desempenha a função de técnica de reeducação. Este contacto permitiu-nos a entrada numa instituição considerada de difícil acesso para o desenvolvimento de uma investigação académica. Este foi o nosso primeiro contacto com uma prisão, na qual tivemos oportunidade de conviver com alguns reclusos da Unidade Livre de Drogas, o que se transformou numa experiência muito proveitosa e gratificante para ambas as partes. Após o sucesso e entusiasmo da primeira palestra junto dos reclusos, voltamos em setembro, para abordar um tema novo, nomeadamente *“O Hip hop”* e toda a cultura subjacente a esta corrente artística, numa perspectiva sociológica.

Após esta primeira abordagem exploratória ao terreno começamos a desenvolver o projeto de investigação que deu origem a este estudo, dando início às diligências necessárias junto à Direção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP), na qual deu despacho favorável.

A opção pela pesquisa qualitativa para o desenvolvimento do nosso trabalho incidiu na necessidade de concretizar os objetivos pretendidos, ou seja, captar os significados e as descrições que os reclusos atribuem as suas vivências e experiências, testemunho esse captado nas suas palavras. Neste sentido, importante será o papel do investigador no sucesso dos objetivos pretendidos, pois ele assume-se também como sujeito da ação num ambiente natural, mas no qual não está adaptado. A pesquisa

qualitativa é um tipo de investigação em que a proximidade entre o investigador e o objeto de estudo é elevada, destacando-se deste modo o papel do investigador enquanto construtor da ação. São os contextos reais onde os fenómenos e os comportamentos ocorrem que constituem o terreno empírico da pesquisa qualitativa, ou seja, a fonte direta dos dados é o ambiente natural.

Durante a recolha de informação é de destacar a nossa surpresa perante a vontade e entusiasmo por parte dos reclusos em participar na investigação. Tal facto, deveu-se, no nosso entender, ao efeito de novidade e quebra da rotina vivida na prisão, aliado à necessidade que os reclusos sentem em falar com pessoas “novas” portadoras de informações do meio exterior. Conseguimos criar com quase todos, à exceção de alguns mais reservados, uma relação de empatia. Tal, no nosso entender, deveu-se a algum processo de identificação com o investigador quer ao nível da idade, quer ao nível de outras vivências. Falamos de experiências vivenciadas no Serviço Militar, nos Bombeiros e em algumas áreas profissionais. De salientar, ainda, que esse contacto exploratório com a população reclusa permitiu-nos perceber de antemão algumas dinâmicas e regras implementadas naquela instituição prisional em particular, assim como compreender o significado atribuído a algumas palavras que fazem parte da gíria prisional, constituindo, neste sentido, uma ajuda importante para a elaboração dos instrumentos de recolha de informação e consequente análise de resultados. Este tipo de interação permitiu-nos também a aproximação desejada aos participantes sem pôr em causa a validade dos resultados.

2.4. Análise e tratamento da informação recolhida: análise de conteúdo

Após a recolha de informação procedemos à transcrição integral das entrevistas e, de seguida, efetuamos a análise e tratamento das mesmas através de uma análise de conteúdo categorial. A análise de conteúdo é uma técnica que nos permite analisar documentos escritos e que requer um grande esforço de concetualização dos conteúdos. Henry e Moscovici (1968 cit. in Bardin 2011), afirmam que, tudo o que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido a uma análise de conteúdo. Segundo Bardin (2011), o principal objetivo da análise de conteúdo é compreender, para além dos significados, através de procedimentos que contemplam diferentes tipos de modalidades de análise de dados que podem ter como objetivo três níveis, nomeadamente: o nível sintático (forma), semântico (conteúdo) e o pragmático (efeito). No nosso estudo centramo-nos no nível

semântico (conteúdo) do material recolhido, pois pretendíamos analisar o conteúdo e significados das respostas dos reclusos.

Uma dificuldade que naturalmente acompanha qualquer tipo de análise de dados qualitativos tem a ver com o modo de interpretação dos dados, da inferência que resulta destes, e com a tentativa de não perder o “cunho pessoal” que cada um dos sujeitos imprime no seu depoimento (Bardin, 2011, p.90). Para suprir tal dificuldade, optamos por uma análise categorial, mais concretamente, pela definição de várias dimensões de análise ou itens de significação. Ao nível da categorização dos dados, algumas categorias foram pré-definidas, outras emergiram à medida que o material empírico foi sendo analisado. Sinteticamente, fazer uma análise categorial baseia-se em encontrar diferentes “núcleos de sentido” com alguma significação para o estudo, agrupando-os e enumerando-os (Bardin, 2011). No nosso caso, ficamos apenas pelo seu agrupamento e interpretação, abdicando da componente quantitativa que este tipo de análise de conteúdo nos proporciona.

2.5. Caracterização sociodemográfica dos entrevistados

Antes de passarmos à apresentação dos resultados obtidos com a nossa investigação, consideramos pertinente efetuar uma breve caracterização sociodemográfica da nossa amostra a partir da Figura 2, com o objetivo de traçar o seu perfil social.

Não queremos deixar de referir, neste início de abordagem, que a nossa amostra é composta exclusivamente por indivíduos do sexo masculino, oriundos maioritariamente do norte do país, mais precisamente do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Santo Tirso, Ovar, Viana do Castelo, Guimarães e, por último, Ribeira Grande (Açores). São todos indivíduos de nacionalidade portuguesa, destacando-se um com laços familiares ligados à etnia cigana. A média de idades ronda os 40 anos e o nível de escolaridade é relativamente baixo, com a exceção de um caso que possui um doutoramento. Relativamente ao estado civil, apenas um recluso se encontra casado, mas é de realçar um outro caso em que apesar de estar divorciado se encontra com a mesma mulher.

Quanto ao número de filhos, apenas dois entrevistados indicaram não ter, apesar de fazer parte dos seus projetos de vida. A situação profissional de alguns indivíduos é pautada pela desqualificação e precariedade dos vínculos laborais, o que se explica talvez, pelos percursos de vida associados ao consumo e tráfico de droga. A única exceção quanto à situação na profissão é o recluso que tem um doutoramento em que, apesar da sua idade avançada e de já se encontrar reformado, continua a exercer advocacia e a

publicar livros. Por último, relativamente à carreira criminal da nossa amostra esta oscila entre os casos primário e reincidente na reclusão.

Tabela 2. – Perfil sociodemográfico dos reclusos entrevistados

	Idade	Naturalidade	Habilitações	Estado civil	Filhos	Profissão	Carreira criminal
R1	38	Viana do Castelo	10º ano	Solteiro	3	Pescador	Reincidente
R2	24	Porto	5ºano	Solteiro	2	Feirante	Primário
R3	37	Matosinhos	10º	Divorciado	1	Eletricista	Reincidente
R4	39	Gaia	4ºano	Separado	4	Ajudante de trolha	Reincidente
R5	75	Porto	Doutoramento	Divorciado	2	Advogado	Reincidente
R6	32	Santo Tirso	12ºano	Solteiro	0	Comercial	Primário
R7	58	Ribeira Grande - Açores	4ºano	Casado	3	Motorista de pesados	Primário
R8	34	Ovar	9ºano	Solteiro	1	Pintor	Primário
R9	31	Guimarães	9ºano	Solteiro	0	Hotelaria	Primário

PARTE III – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Capítulo V. Olhares dos reclusos: vivências e significados

No presente capítulo serão apresentados os dados recolhidos, primeiro sob a forma de história de vida, depois a partir da análise de um conjunto de dimensões relevantes para a operacionalização das nossas hipóteses de pesquisa. Neste caso os excertos das entrevistas foram usados para reforçar e fundamentar as descrições e interpretações do investigador a propósito das dimensões analíticas em causa.

1. Trilhos da vida: marcos e trajetórias do *eu*

Olhar de dentro o trajeto vivencial dos nossos entrevistados, particularmente a experiência prisional foi assumido, no presente estudo, como uma tentativa de identificar momentos marcantes das suas experiências de vida e consequentes influências no processo de (re)construção identitária. Assim, no plano metodológicos, foi necessário atribuir ao sujeito a “condição de autor da sua vida” (Dias, 2010, p.375). Assumir este desafio “implicou olhar para o sujeito não apenas como objeto, mas como produtor ativo de conhecimento”(ibidem). Neste sentido, o narrador ao expor a representação que tem de si, “pinta-se a si próprio”, construindo, desta forma, “uma narrativa aberta para ganhar uma vida infinita de significações”(ibidem).

Os percalços e vivências dos nossos entrevistados são, no nosso entender, reflexos de trajetórias de vida complexas e diversificadas, vincadas por fatores de teor familiar, profissional, criminal e social. Deste modo, elaborámos pequenas narrativas com o objetivo de entender as razões e o significado que os sujeitos atribuem às suas ações, assim como as implicações que a reclusão provoca não só no processo de (re)construção identitária do *eu*, mas também no círculo familiar e social do recluso. Para o efeito, foram analisadas algumas histórias de vida que consideramos de maior relevância e que são seguidamente apresentadas.

Joca: «a vontade de mudar»

De origens piscatórias, a vida de Joca tomou outro sentido. Nas suas palavras narra que: *«O descalabro foi quando a minha mãe faleceu(...) a minha mãe com 36 anos faleceu e a partir de aí o meu percurso de vida mudou totalmente»*. Apesar de ter tido uma infância e adolescência onde nunca nada lhe faltou, continua dizendo que: *«o meu comportamento foi diferente, a partir de aí começou, aos 15 anos, mas até aos 15 anos nunca me faltou nada em casa, sempre tive uma vida acima da média normal, o meu pai sempre ganhou bastante bem, tínhamos empregada, tínhamos casa própria...temos uma*

família enorme, nunca me faltou nada». Embora lhe tenha sido transmitido uma boa educação, Joca refere que dos 3 irmãos que tem foi o único a enveredar pelo mundo das drogas: *«o meu pai, a educação que ele me deu, foi sempre de respeito acima de tudo, respeitar o próximo sempre, trabalhar...sempre!(...) e nunca ninguém na minha família teve relacionamento com as drogas a não ser eu, fui o único que tive contacto direto com a toxicodependência, as minhas irmãs estão bem de vida*». Já dedito, um dos momentos mais marcantes da vida de Joca aconteceu quando o seu irmão mais novo matou um indivíduo: *«Um puto de 26 anos!(...) Matou-o...e agora o que posso fazer pelo meu irmão? Nada!! Onde está o meu irmão? Não sei!(...) o meu irmão pegou na mulher e no filho e fugiu, não sei dele...em Portugal não está!! Isto parte-me ainda mais a cabeça(...) sei lá quando vou ver o meu irmão...o meu irmão tão cedo...tão cedo não! Não pode aparecer em Portugal...um homicídio é um homicídio...»*

Mergulhado nos hábitos de consumo de droga, Joca começou a ir para o mar com o seu pai: *«andei no barco pequeno e no barco grande. Comecei a andar no barco grande quando a minha mãe faleceu...já tínhamos o barco grande e fazíamos viagens de 27 dias, íamos para a Madeira pescar espadarte e ganhava bem...por 30...27 dias ganhava 300, 400 contos e depois foi o descalabro*», arrecadando assim grandes quantias de dinheiro para sustentar o seu vício.

Atualmente a frequentar um tratamento de desintoxicação na Unidade Livre de Drogas do EPSCB, ele afirma que: *«por um lado veio-me fazer bem, pôr as ideias no sítio, saber o que quero, reconstruir outra vez a minha vida, saber escolher as minhas amizades e as minhas companhias, evitar certos sítios que sei que me vão levar a outros tipos de comportamentos que não quero voltar a ter...e quero construir um futuro melhor! Quero construir uma casa à minha maneira!»*. Este processo de reconfiguração dos seus hábitos baseia-se na vontade do próprio em refazer a sua vida quando sair da prisão e começar uma vida nova. Afirma não sentir muito os impactos da prisão e, por isso, considera-se uma pessoa forte: *«(...) a reclusão...pra mim não tem grande impacto, pois eu não sou uma pessoa que me deixa abater por estar fechado*». Empenhado em reproduzir os valores transmitidos pelo pai e pela mudança positiva que sofreu na cadeia, Joca afirma que é: *«(...) mais determinado, penso mais nas consequências que dantes não pensava, hoje se estou a pensar, conto até 20 ou até 30...ou até 40. Mudei bastante...uma coisa que o meu pai nunca me ensinou a fazer foi tirar aquilo que não é meu! (...) Temos que trabalhar, tem que ser suado!»*

Pai de 3 filhos, de duas relações distintas e desvinculado de ambas, Joca afirma que quer manter o contacto com o seu filho Dinis, mas em relação às duas filhas que tem de uma relação anterior: *«(...) das meninas olha...tenho pena, são as minhas filhas, mas não quero mais ligação com aquela família! (...) Não as vou procurar...olha pra mim, uma coisa é certa não as vou procurar! Custou-me muito...acredita, chorei muito!»*

A narrativa de Joca sobre a sua experiência prisional revela a vontade do mesmo em mudar de vida e de lhe dar outro sentido. Assim, corrobora a ideia socialmente construída de que a função da pena é ressocializar, sendo que este processo é assumido como um interesse próprio em mudar de vida.

José: «os filhos e o arrependimento»

José teve uma trajetória infantil e juvenil fora da família, numa instituição de apoio e guarda de crianças por impossibilidades económicas de sustento por parte da mãe, tendo crescido sem a presença paterna: *«quando morreu o meu pai eu tinha meses, depois praí com 4 anos a minha mãe meteu-me num colégio nos Carvalhos»*. Ele é proveniente de uma família monoparental extensa, marcada por dificuldades económicas e pela precariedade dos laços familiares. Atualmente, com 39 anos e com 4 filhos, José afirma: *«(...) eu casei para assumir a paternidade do meu filho porque aquilo foi um casamento forçado tanto da parte da mãe dela como da minha mãe. Forçaram para eu casar...»*. Desse casamento resultou o seu filho mais velho, hoje com 20 anos, *«desde que me separei da minha ex-mulher nunca mais tive contacto com ele, só quando tive a primeira precária em dezembro, no Natal, foi quando o vi.»* Revela ainda: *«sinto-me arrependido por não ter acompanhado este meu filho a crescer como acompanhei estes que tenho agora.»* O arrependimento baseia-se nos trilhos ilícitos que este já enveredou: *«pelo aquilo que me tenho apercebido só consome haxixe. Só que anda aí a fazer roubos, no tráfico, já apanhou 3 anos e meio por tráfico de droga»*. Esta trajetória de reprodução do comportamento delinquente é vista de forma muito negativa por José, sendo que um dos seus objetivos atuais é promover uma aproximação a esse filho e dar-lhe conselhos fundados numa experiência onde a opção por negócios ilícitos só tem ditado o fracasso.

A segunda mulher conheceu-a através de um cunhado dela. Foi no quadro das sociabilidades com a etnia cigana que José começou a traficar *«para esse cunhado»*. Casou, referindo que *«foi uma mulher que me marcou muito, e para além de ser uma mulher que me marcou muito, foram 15 anos, e 15 anos não é 15 dias não é?! 15 anos é uma vida, e para além de ser 15 anos temos 3 filhos! Tenho um com 16, outro com 10 e*

outro com 3 anos.» Relativamente ao tráfico, José declara que tal é uma prática corrente dentro deste grupo social, o que reforça os estereótipos sociais construídos acerca desta questão. No entanto, tece considerações muito positivas sobre a sua permanência junto da população cigana, afirmando: *«fui bem aceite por todos! Tanto pela mãe dela, como pelos irmãos, fui bem aceite por todos! Ainda hoje depois de separados, quando vou de precária é pra casa do meu cunhado que eu vou, que é o irmão dela. E falo com todos os meus cunhados, sou bem aceite por eles.»*

No presente, José está em processo de reconfiguração dos seus hábitos para poder transmitir aos seus filhos formas de estar na vida decentes e integradas: *«quero mudar e não quero ser a mesma pessoa porque quero sair daqui livre das drogas pra chegar lá fora e dar o exemplo aos meus filhos.»* Pretende mudar, ver-se livre das drogas para que os seus *«filhos tenham orgulho no pai que têm (...), e que tenham um bom exemplo a seguir, afirmando: «Eu não, quero sair daqui mas quero sair daqui de cabeça levantada e quero mostrar aos meus filhos que eu mudei, que já não sou o que era há uns anos atrás!»*

Refere que pretende reconquistar as pessoas mais significativas que perdeu com a sua entrada na prisão: *«tentar recuperar certas coisas que perdi, e essas coisas que perdi uma delas foi a minha mulher. Quero um dia que sair daqui tentar recupera-la, pelo menos vou tentar fazer por isso, tentar recuperar a minha mulher»*, sendo portanto, a sua estratégia, a reabilitação. José sente hoje: *«uma aproximação muito mais forte por parte dos filhos, principalmente do filho que tem 16 anos.»* Relata enunciando uma história que ilustra esse desejo de aproximação, em que seu filho numa sessão de karaoke: *«primeiro começou a cantar pra tia, que é a minha irmã, depois começou a cantar com essa rapariga com quem estou e depois começou a cantar pra mim. Mas quando começou a cantar pra mim começou a chorar e agarrou-se a mim a chorar.»*

Denota-se durante o discurso de José uma enorme vontade em querer mudar e servir de exemplo aos filhos: *«o meu filho hoje tem orgulho de mim porque como acabei de dizer, vou de precária, gozo porque sei que tenho o meu filho ao meu lado»*. Ao mesmo tempo tem mais consciência dos maus hábitos que tinha. *«Além de ter o meu filho ao lado, sei que estou a gozar e a festejar sem ter que consumir drogas!* Neste sentido, as saídas precárias e consequentes idas a casa são consideradas como sendo positivas e como pontos de ancoragem à família e ao mundo.

David: «a solidão e a escrita»

David, hoje com 75 anos, nasceu «(...)na freguesia de Bonfim, quando o pai tinha vindo de Moimenta da Beira, onde conheceu a minha mãe». Passou a sua infância e juventude num vaivém entre o Porto, onde vivia e estudava com a sua família de origem, e a casa dos seus avós maternos em Moimenta da Beira onde passava todas as férias, afirmando: *«gostava muito... E os meus avós gostavam muito de eu lá estar!»* Relativamente ao pai, considera ter sido sempre uma pessoa distante, no entanto era: *«(...) uma pessoa extraordinária, muito inteligente e muito culto, mas tinha uma certa dose de autoridade para com os filhos e um bocado de distância»*. Enquanto a mãe *«(...)era muito extrovertida, muito diferente!»*. Salientando os «conflitos domésticos» que assolavam o seu lar pela incompatibilidade conjugal dos seus pais, David diz que *«efetivamente isso influencia as pessoas e tornam-se agressivas. Eu nunca tive isso! Talvez pelo teto bom que eu tinha com os meus avós! Eles eram uma maravilha, aquilo era um céu lá! Não havia um ruído em casa, não havia uma discordância entre a minha avó e o meu avô! Tudo sossegado! (...) lá era outro mundo»*.

Sempre bom aluno, David relata, emocionado, que sofreu uma grande desilusão quando o pai, «diretor de finanças do distrito do Porto», o matriculou em letras, pois ressalva que foi contra a sua vontade: *«(...) eu queria o curso de medicina»*. Ironicamente acabou por ter sido a experiência *«mais marcante, foi indiscutivelmente a licenciatura em direito na faculdade de direito da universidade de Coimbra! Eu gostei muito de lá andar, participei muito nas atividades académicas de então e gostei muito do curso»*. Ainda por influências do pai tirou *«(...) uma especialidade. Fui para a Alemanha com uma bolsa e tirei uma especialidade em direito fiscal, na Alemanha, uma faculdade internacional, internacional mesmo, onde estavam vários cidadãos de vários países!»*

Após o seu doutoramento na Alemanha, David construiu a sua vida no Porto. Já casado e com uma filha antes de ter ido para fora, exerceu advocacia até se reformar. Foi bem-sucedido profissionalmente, pois: *«(...) não havia ninguém especializado e poucos se dedicavam ao direito fiscal. De maneira que eu tinha muitos clientes, muitos clientes, sobretudo advogados, não clientes particulares, advogados, que vinham tirar pareceres para casos em que efetivamente se encontravam envolvidos, em nome dos clientes»*. Aliado ao exercício de advocacia, David escreveu e publicou durante toda a sua vida *« (...)imensos, imensos livros! Mas mesmo muitos! Sobre processo civil e direito fiscal. Direito fiscal porque é a minha especialidade, processo civil porque é o suporte do processo tributário»*. Atualmente, mesmo detido, continua a atualizar e a publicar.

Encontra na leitura e na escrita, uma forma de refúgio solitário para ocupar o seu tempo: *«ainda hoje, eu aqui por exemplo, trabalho entre 10, 11, 12 horas às vezes por dia, sempre a escrever (...)*», *«eu leio imenso, sou um leitor compulsivo e um escritor compulsivo e eu leio imenso(...) mas eu estou envolvido num projeto que é uma maravilha!»*

A solidão que David refere na sua narrativa é derivada de sentir uma grande discrepância cultural com quem partilha a vida de reclusão: *«passo horas no gabinete a escrever, mas é a possibilidade de falar com pessoas, que me entendam, nós aqui não podemos falar com ninguém! É um outro mundo! (...) Eu estou aqui sem estar aqui. Convivo aqui, no mesmo espaço, mas não estou. É uma autêntica solidão! Eu não tenho a solidão toda propriamente, é acabrunhante, toda, 100%, porque estou sempre a escrever como lhe digo, não é? E às vezes desabafo na escrita. Mas o resto não. Eu não posso falar absolutamente nada, não entendem sequer o que a gente diz.»* David sente uma grande revolta contra o sistema prisional, pois considera o seu tratamento injusto por ter que viver com pessoas que possuem níveis culturais e académicos inferiores ao dele, levando-o a ter grandes dificuldades de comunicação e, por isso, também de relacionamento. Nas suas palavras: *«(...) bom eu acho que o meio prisional não tem em atenção muito a parte humana... pouco tem em atenção. Porque por exemplo, há uma coisa muito interessante que aqui dizem: “ah você aqui é um preso como os outros, são todos iguais!” Bom, e todos devem ser tratados de igual e iguala-se esta ideia de que todos têm que ser tratados iguais, a uma ideia de justiça. Só que eu acho tudo isso errado. A justiça não é isso. A justiça é tratar por igual o que é igual e por desigual o que é desigual! Na diversidade está um ganho e está realmente uma riqueza, que aqui não é aproveitada».* Mesmo sendo a sua pena pequena, David sente-se humilhado e estigmatizado dentro da prisão: *«é terrível! É terrível, é terrível! É acabrunhante, é tudo... é desumano, absolutamente tudo! Então, eu sou aqui estigmatizado! Acho que sou aqui humilhado.»*

O maior flagelo da vida intramuros, segundo David *«é a falta de liberdade. É o que me custa imenso»*. Sobre as visitas na prisão, refere não querer receber visitas dos seus amigos que *«são muito importantes do ponto de vista cultural (...) e se são amigos eu teria que sujeitá-los a isso e eu, entre aspas, sujeitá-los-ia a isso (...)chegam aqui e começa a apalpá-las (...)mas era se tivesse uma pena grande não é? Agora não vale, eu tenho precárias, não se justifica estar a submetê-los a uma prova dessas que é muito dolorosa. E contundente.»*

David assume completamente o crime que cometeu. Foi condenado por *«burla qualificada porque era advogado»*. Pretende *«ressarcir o mais possível a senhora ofendida»*, comprometendo-se a *«dar-lhe um tanto por mês»*. *«Sem dúvida, não tenho dúvidas nenhuma disso!»*

A vida intramuros de David é aproveitada ao máximo. Usa como estratégia contra os efeitos nefastos da prisão a ocupação na escrita e na leitura que, segundo ele, o leva para uma evasão solitária que lhe dá uma satisfação que não encontra com mais ninguém dentro da cadeia.

Paulo: «o voluntariado como forma de remissão»

Nascido em São Miguel nos Açores, Paulo diz que: *«vivía com a minha mãe, o meu pai e os meus 3 irmãos. Um rapaz com menos 3 anos, uma rapariga com menos 7 e outra mais moça, 10 anos mais nova»*. Passou a infância e adolescência a trabalhar no campo com o pai. Teve que desistir dos estudos, pois segundo Paulo: *«ele tirou-me da escola para poder ajudá-lo e como era o filho mais velho aos 10 anos já estava a trabalhar com o meu pai, na agricultura, fazia tudo, fazíamos tudo um pouco. Foi essa a minha vida até ir para a tropa.»* Sempre muito próximo do progenitor na vida de campo acabou por criar laços de amizade e muita cumplicidade com o pai. Já falecido, Paulo refere: *«O meu pai, acho que foi uma perda irreparável, portanto eu, sempre tive muito afeto do meu pai, pela moral que me dava e pra além de ser meu pai era muito meu amigo, nós eramos amigos, falávamos, tínhamos uma abertura muito grande (...) quando vinha do trabalho falávamos sempre, tínhamos criação de animais, sempre juntos.»* Percebe-se, pelas palavras de Paulo, que ele ficou muito afetado pela morte do pai. *«Tive um pai, a melhor herança que um filho tem. Um excelente pai, muito querido pela sociedade (...) eu não estava preparado pra isso»*.

Com uma vida profissional ligada à condução de camiões e equipamento pesado, Paulo deparou-se com uma depressão para a qual contribuiu um colega de trabalho: *«foi-me massacrando, massacrando...e o meu mal foi ter-me fechado! Eu devia ter pedido ajuda (...) um dia quis falar com ele e ele portou-se mal comigo, disse que não queria conversas comigo e eu perdi a cabeça...tinha a arma dentro do carro! Peguei na arma e atirei contra ele! (...) não tenho explicação, eu só me lembro depois de ter pegado na arma e depois entreguei a um colega meu»*. Hoje está a cumprir pena de prisão por *«homicídio qualificado»* afirmando *«não tenho explicação para isso, não me identifico com isto e não tenho explicação pra isso!»*

Paulo encontra em Deus e na família o seu grande apoio emocional e espiritual. A vida na prisão tem sido, segundo ele, «*muito difícil*». «*Eu a e a minha mulher, não tenho explicação para dizer o que passei! E estou aqui na dádiva de Deus, passei por muito, muito, muito, mas consegui ultrapassar sempre com o amor da minha mulher, da minha filha, tudo a apoiar-me...com os meus filhos a apoiar-me, os meus sobrinhos.*» Todo o apoio familiar tem sido para ele «*muito importante!*» «*É a minha garrafa de oxigénio!*» Ancorado nesse apoio, é o amor que recebe da família «*que me faz lutar e ter a esperança de um dia sair daqui e retribuir a eles amor, não posso retribuir com outra coisa, mas com o amor que me estão a dar agora*». Questionado sobre a reação da sua família a reclusão, conta o quanto isso foi importante para ele: «*A minha família reagiu de uma maneira que é impressionante, eu acho que tenho a melhor família do mundo! Porque eu tentei fazer mais um disparate e...pronto, não fiz...porque a minha família está sempre comigo, sempre...sempre! Portanto, é um apoio incondicional!*»

Dado a sua idade e os anos que ainda tem que passar atrás das grades Paulo, referindo-se as netas, sente «*um vazio*». «*Não vê-las crescer para mim é uma morte! Vai-me amputar a vida inteira, já quando vim preso o meu filho tinha 16 anos, a idade que precisa mais de mim, agora tem 18 vai fazer 19 anos!*»

Quando questionado sobre os efeitos negativos da prisão Paulo diz que: «*é tudo difícil aqui. Numa altura em que digo, eu tenho tudo aqui, não me falta nada aqui, mas falta-me tudo! Falta-me a liberdade que é a coisa mais bonita que podemos ter*». Mas, já conseguiu ultrapassar o período depressivo pelo qual passou após a sua entrada na cadeia afirmando: «*(...) agora dou outro sentido à vida, a vida pra mim não fazia sentido e agora faz! Agora faz sentido e com mais persistência e tento viver a vida com mais persistência do que vivia! Pronto porque também não tinha problemas, e os problemas do dia-a-dia não se comparem com este*». Admitindo mesmo que esta experiência: «*(...) tem sido uma lição de vida que custa muito, mas vou tirar lucro disso.*»

No seu processo de recuperação, Paulo encontrou no voluntariado uma forma de se redimir do mal que causou e de ocupar o tempo, referindo a este propósito: «*(...) é importante ajudar os outros e assim o dia passa rápido! (...)Eu acho que sim, eu ao fazer isso sinto-me bem comigo. Porque levanto-me por uma boa causa, porque eu acho que não estou a fazer nenhum favor, faço porque é uma exigência. Sinto-me bem para comigo (...) e agora o ajudar o próximo para mim é muito importante! Eu era capaz de fazer um voluntarismo em qualquer parte um dia que sair daqui, primeiro quero organizar a minha*

vida, quero fazer um voluntariado num hospital ou numa casa de caridade, tirar 2 ou 3 horas do meu tempo para fazer um voluntariado.»

Atualmente encontra-se a auxiliar os técnicos da clínica de psiquiatria prisional, pois a sua boa condição física é uma mais-valia na mobilidade dos inimputáveis daquela secção. Este serviço que faz voluntariamente, é o ponto de ancoragem para a mudança que opera em si: *«Isso para mim é que é importante, vai-me dar mais liberdade de contacto com a pessoa e ver as realidades que a gente não vê, não sabe! Só lidando com as coisas! Tem sido uma lição de aprendizagem que nunca sonhei a pensar nisso, e agora tenho tempo!»*

Júlio: «a prisão e o teatro»

Júlio é proveniente de uma família monoparental extensa, constituída pelos pais e 8 irmãos. Viveu «num bairro social» em condições «humildes». *«Eu venho de uma família humilde, uma família modesta, humilde, sem grandes dinheiros, sem grandes recursos»*. Existe um reconhecimento do esforço da mãe em sustentar e suportar toda a família, não obstante as imensas dificuldades. Já o pai, mesmo trabalhando e ajudando nas despesas da casa, afundava-se no vício do álcool. Acabou por ter dois problemas de saúde, o último com danos irreversíveis: *«uma virose e depois teve um AVC»*. A violência doméstica marcou a infância de Júlio. Os filhos não chegaram a ser vítimas diretas desse tormento: *«(...) infelizmente a minha mãe, que anda há 20 anos sob a alçada dele e claro, andam à porrada...quase todos os dias! Bebia, chegava a casa, pronto...descarregava nela, frustrações, sei lá, crises!»*

Mesmo assumindo os erros que o levaram à prisão, o que mais custou a Júlio, *«se calhar, foi a falta de presença do pai, no sentido de estar presente e ajudar-nos mais, se calhar não estaria aqui, não sei, não posso culpá-lo por isso, culpo-me a mim por tudo»*. Marcada por vários episódios de violência doméstica, a família de Júlio viveu um vaivém por parte da mãe de saídas do lar: *«com 7 anos a minha mãe separou-se do meu pai, porque já estava cansada de estar com ele. Há 20 anos que o meu pai lhe batia! E claro, deixou-nos crescer um bocadinho para depois nos levar com ela para a Póvoa de Lanhoso, estivemos lá 1 ano, entretanto depois o meu pai pediu perdão e essas coisas todas, pronto e reataram a situação, nós todos, claro...pequeninhos, acabamos por: “oh mãe, anda lá e tal, o pai mudou e não sei quê!” A minha mãe deu-lhe mais uma oportunidade, voltamos outra vez para Guimarães»*, mas após *«mais 1 ano, durante 8 meses praí, depois voltou tudo ao mesmo, claro! Como era previsível, supostamente por*

causa do álcool. E pronto, a partir daí, dos 8 anos a minha mãe acabou por sair do meu pai. Portanto, uma coisa marcante mesmo da minha vida acho que é isto, é a falta da presença do meu pai».

Atravessada por momentos de grandes dificuldades, a família de Júlio sobrevivia com a participação de todos e era alicerçada pela ajuda mútua: *«cuidávamos uns dos outros porque era assim, tinha que ser assim, as minhas irmãs mais velhas com 15, 16 também trabalhavam para ajudar em casa! Por isso, quem não trabalhava fora, trabalhava em casa a cuidar de nós! Cuidar uns dos outros, por isso é que existe entre nós uma relação muito próxima, muito amiga, muito sincera...felizmente, felizmente! Eu tenho uma família espetacular!»*

A adolescência de Júlio também é marcada pelo insucesso escolar: *«com 15 anitos, saí da escola, não quis estudar mais!»* A partir de então, o seu trajeto profissional caracterizou-se por uma relação com o trabalho desqualificado, devido às suas fracas qualificações escolares e profissionais. Assim, Júlio trabalhou: *«numa serralharia, em cafés, já trabalhei em restaurantes...(...) já trabalhei na Universidade do Minho.»*

Júlio refere que a sua entrada em caminhos ilícitos, nomeadamente no consumo de droga, surgiu na sua adolescência: *«comecei a consumir com 17, 18, drogas pesadas, cocaína, heroína...claro que se começa sempre pelo haxixe, comecei pelo haxixe...normal, cânabis e tudo! Passei por essas drogas todas, pelo álcool, pelas pastilhas, pelos ácidos, por tudo, mas a heroína é que leva sempre a gente à ruína (...) depois fui para a tropa, fiz a tropa, vim da tropa, fui detido».*

Foi durante a sua primeira reclusão, entre 2002 e 2009, que Júlio descobriu a sua vocação, encontrou na representação teatral e cinematográfica a libertação interior: *«foi na reclusão, foi na reclusão...tenho esse documentário de 4 horas, gravado, está na internet, nós fomos na altura a Lisboa, era para irmos a Cannes, mas depois acabamos por não ir, ganhamos um prémio em Lisboa.»* Questionado sobre se tinha um sonho quando saísse da prisão respondeu: *«Tenho, tenho um sonho de fazer, que eu acho que consigo, até porque conheço pessoas desse meio, de fazer pelo menos teatro...teatro, fiz 3 anos de teatro, fiz 2 anos de cinema também. Tenho um documentário gravado».*

Durante a sua reabilitação e participação em atividades teatrais intercadeias, ele foi mudando a sua forma de pensar e hoje considera que: *«(...) tanto lá fora, como cá dentro a gente tem que trabalhar, trabalhar é dignidade e só isso é que nos trás as nossas coisas, portanto é através do trabalho que a gente há-de conseguir as coisas e conseguir viver em paz, pelo menos com nós próprios».* Para além de considerar o trabalho como

importante para a autoestima e equilíbrio pessoal, Júlio refere: *«o trabalho só nos trás coisas maravilhosas, porque a gente consegue aprender, relacionar-se com outras pessoas, conhecer outras pessoas, aprende outras atividades e consegue fazer mais do que aquilo que a gente às vezes imagina! Acho que o trabalho é fundamental»*.

Interrogado se se sentia revoltado, ele responde: *«(...) simplesmente não tenho que me sentir revoltado com nada nem com ninguém, nem comigo próprio eu me sinto. Acho que são fases da vida e a gente vai aprendendo com os erros»*.

Pelo seu discurso, podemos concluir que ele está a atravessar um processo de reconfiguração identitária e de transformação dos seus hábitos, traçando objetivos bem vinculados acerca do que pretende para o seu futuro.

2. Reclusão: impactos ao nível da família e do trabalho

Com o objetivo de identificar e caraterizar as implicações que a pena de prisão tem na construção identitária dos condenados, sustentado nos possíveis impactos familiares e profissionais, realizamos, pelo que já foi referido, uma análise de conteúdo categorial.

Foram consideradas seis dimensões de análise com o objetivo de podermos conhecer as distintas trajetórias familiares dos reclusos (família de origem e família de constituição); as suas diversas trajetórias escolares, profissionais e ocupacionais; o significado e as estratégias por eles adotadas face às mudanças que a vida prisional acarretou nas suas vidas e as reconfigurações identitárias sofridas; a apreciação que os reclusos têm sobre a reclusão e o tipo de pena; o trabalho em meio prisional e por último, os possíveis impactos que a prisão tem na organização e dinâmica familiar.

2.1. Trajetória familiar: família de origem e de constituição

Começando pela trajetória familiar, procurámos que os entrevistados nos falassem da sua infância e adolescência, nomeadamente da família de origem e da família de constituição. Foi, a nosso ver, importante perceber as experiências e dinâmicas familiares dos nossos entrevistados, desde o nascimento até ao momento em que decidiram sair de casa e tornarem-se independentes.

Família de origem

Segundo Mirabete (1988), os presos são na sua maioria oriundos de classes sociais mais humildes e com baixa escolaridade. Indivíduos que geralmente foram criados com

escassez de recursos económicos ou com atitudes contraditórias por parte dos seus progenitores, em famílias recompostas ou monoparentais. Nos casos seguidamente apresentados observamos que todos os entrevistados, de uma forma ou de outra, são provenientes de famílias desestruturadas e com dinâmicas complexas. Adversidades que contribuíram para o surgimento de tensões familiares com origem em “acontecimentos negativos, como, por exemplo, o divórcio dos pais, a morte de um deles” (Roché, 2010) e consequente ausência de um dos pais, a institucionalização em colégios por impossibilidades de sustento, o álcool, a violência doméstica, a existência de relações extraconjugais de um dos pais e ainda o consumo de drogas são fatores caracterizadores das famílias de origem de alguns dos reclusos, como se ilustra nos seguintes casos:

“Fiquei infelizmente sem mãe aos 15 anos, a minha mãe com 36 anos faleceu e a partir de aí o percurso de vida mudou totalmente.”

(Joca, 38 anos, 4 anos de pena)

“A minha infância foi um bocado complicada porque...os meus pais separaram-se quando eu tinha 10 anos...e eu fui metido numa instituição! Estive lá até aos 16 anos...(...)e depois vim outra vez pra beira da minha mãe! E foi aí que comecei a perceber as coisas, a minha mãe contou-me o que se estava a passar com o meu pai...(...)estava com outra companheira...a viver junto com à minha mãe! (...) e depois enterrou-se no álcool e...daí pra frente, com 16 anos é que comecei a ver as coisas e...a endireitar a situação!”

(André, 24 anos, 3 anos e 3 meses de pena)

“Eu nasci no hospital de Matosinhos só que aos 3 meses de idade fui para Barcelos, para a beira da minha avó e do meu padrinho com quem sempre vivi...porque eu sou filho de namoro e...prontos, as situações da vida assim o fizeram!”

(Tomané, 37 anos, 4 anos e 7 meses de pena)

“O meu pai, quando casou com a minha mãe, era viúvo e tinha 2 filhos desse casamento.” Era muito fechado, muito introvertido. Mas atencioso e muito bom para os filhos. (...)A minha mãe era muito extrovertida, muito diferente! “Eles davam-se muito mal, mesmo muito mal! Coisas absolutamente estranhas, de darem-se pessimamente mal. Depois o meu pai teve uma senhora, depois outra senhora e a minha mãe sabia, claro!”

(David, 75 anos, 2 anos de pena)

“Foi... um bocado pesada... porque eu trabalhava... estudava... a infância em si, pronto, tou a falar já dos 8 para a frente... Os meus pais eram lavradores e eu tinha de ir para a escola e nas horas vagas ajudava os meus pais. Dos 8 anos em diante.”

(Vicente, 34 anos, 4 anos de pena)

Relativamente ao relacionamento familiar, observamos que os entrevistados em geral mantinham uma boa relação com pais e irmãos, sendo em alguns casos, laços de afeto ainda mais reforçados após a reclusão.

“Aconteceu uma coisa na minha família que é impressionante, para além de sermos muito amigos, juntaram-se mais! Tornou-se mais unida, a união faz a força!”

(Paulo, 58 anos, 16 anos e meio de pena)

“E eu tenho mais 3 irmãos por parte do meu verdadeiro pai que ainda é vivo! (...) Mantenho, ainda quando vou de precária telefono-os, vou comer a casa deles e tudo, está tudo bem! Nós não temos culpa dos erros dos nossos pais não é?!”

(Tomané, 37 anos, 4 anos e 7 meses de pena)

Apesar de distintas, existem fatores comuns nas trajetórias de alguns reclusos, é o caso de José, proveniente de uma família monoparental extensa e de André oriundo de uma família recomposta. Com efeito, ambos cresceram sem presença e apoio do pai. Também ambos foram entregues a uma instituição de apoio e guarda de crianças por impossibilidade de sustento por parte da mãe e reconhecem o esforço da mesma em sustentar toda a família, apesar das dificuldades sentidas por ela.

“Sempre foi uma mãe presente, penso que ela deu o melhor para os filhos porque sempre nos deu boa educação, podia não nos dar muitas coisas a nível material mas a nível familiar sempre tivemos!”

(José, 39 anos, 5 anos e meio de pena)

“Houveram momentos marcantes porque a minha mãe sofreu um bom bocado derivado a estar sozinha e ter uma vida complicada sem apoio do meu pai, sem apoio de ninguém e sem rendimentos nenhuns!”

(André, 24 anos, 3 anos e 3 meses de pena)

Família de constituição

O percurso familiar problemático que a maioria dos entrevistados vivenciou durante a infância e adolescência poderá ter sido transportado negativamente para as suas relações e famílias de constituição ao longo da vida. Ansiosos por sair de ambientes

penosos e carregando uma série de *handicaps*, resolveram sair de casa cedo em busca de uma vida independente e autônoma.

“Tive um relacionamento com uma das minhas primeiras namoradas, comecei a namorar com ela tinha eu 17 e ela 15 na qual nasceram duas filhas. Passando 4 anos meti-me...meti-me não, envolvi-me com uma porteira de uma discoteca lá de Viana da qual nasceu o meu filho que está no Canadá. Depois juntaram-se as duas contra mim e uma coisa puxa a outra...e aí separei-me e fui viver com o meu irmão para um apartamento que já era de família, do meu avô.”

(Joca, 38 anos, 4 anos de pena)

Identificamos na nossa amostra vários casos de casamentos e relacionamentos diluídos ao longo do tempo, alguns deles resultaram filhos de relações diferentes. Torres (2002) afirma que “a conjugalidade constitui uma das etapas do ciclo de vida dos indivíduos, não se inscrevendo por isso num vazio de experiências pessoais e sociais. Importa ter presente que, aquando do início da relação conjugal existe, em regra, um percurso pessoal, social e cultural já vivido e que ele tende a ter sido experienciado de forma diferente consoante o protagonista seja homem ou mulher. Daqui resulta que as trajetórias individuais condicionam decisivamente as expectativas e representações da conjugalidade e a sua própria vivência, e que se deve evitar olhar para o indivíduo de forma isolada, sem ter em conta condicionantes sociais e de género” (cit. in Carmo, 2009, p.4).

“Foi a partir dos 16 anos que comecei a cuidar de mim porque a minha mãe não tinha grandes possibilidades e tive que arranjar um trabalho...consegui arranjar uma mulher e tentei fazer vida com ela!(...) Quando fiz o primeiro filho tentei fazer vida e depois...não consegui fazer vida! Tive outro filho logo aos 22, de mães diferentes!”

(André, 24 anos, 3 anos e 3 meses de pena)

“Já a conhecia desde os 16 anos. Depois andamos, andamos, andamos e chegamos a um ponto e juntamo-nos. Tenho 1 filho, tem 6 anos, vai fazer 7.”

(Vicente, 34 anos, 4 anos de pena)

“(...) mesmo ela grávida eu não queria casar, porque ia ser um casamento forçado porque eu não queria casar, ia sim assumir a paternidade do meu filho porque ele é o meu filho, não queria casar com ela porque não me sentia preparado pra casar.(...) Tenho 4 filhos, tenho 3 com esta mulher e um com 20 anos da primeira relação que tive.”

(José, 39 anos, 5 anos e meio de pena)

Neste último caso, de salientar que José voltou a casar, e posteriormente a separar-se, com uma mulher de etnia cigana, sendo os seus restantes 3 filhos provenientes dessa sua segunda relação. José assume uma pertença cigana por casamento, isto é, integrou-se e adaptou-se aos costumes e modos de vida ciganos com relativa facilidade, mantendo relações de sociabilidade próximas com os parentes da mulher e demais pessoas dessa etnia.

“Sim, fui bem aceite por todos! Tanto pela mãe dela, como pelos irmãos, fui bem aceite por todos! Ainda hoje depois de separados, quando vou de precária é pra casa do meu cunhado que eu vou, que é o irmão dela. E falo com todos os meus cunhados...sou bem aceite por eles.”

(José, 39 anos, 5 anos e meio de pena)

Nos casos particulares de Paulo e de David, constatamos que são os únicos que atualmente se encontram com a mesma mulher, mãe dos seus filhos. David, apesar de divorciado da primeira mulher é com esta que continua a viver.

“Eu fui para Coimbra estudar.(...) E depois, nessa circunstância, eu conheci a minha mulher, de quem estou divorciado mas continuo a morar com ela, é um projeto muito interessante! (...)Eu casei sem dizer nada aos meus pais...(...) “E entretanto, a minha mulher ficou grávida e nós tivemos uma filha, a minha filha mais velha, que eu tenho duas.(...) A mais velha tem 50 e esta tem 38, um bocado de diferença! (...) Entretanto, eu divorciei-me da minha mulher mais tarde. Os conflitos, não é, entre nós, nada de grave, mas (...) Nós estivemos separados pouco tempo, um ano e qualquer coisa! Nesse ano e tal eu vivi com uma senhora ligada ao direito, magistratura e a minha filha de Inglaterra esteve a viver connosco também 1 ou 2 meses. A mais nova! (...) Portanto, eu depois juntei-me outra vez com a minha mulher, não chegamos a “recasar” digamos assim. (...) Há 40 e tal anos que estamos casados.”

(David, 75 anos, 2 anos de pena)

“É mãe dos meus filhos, somos casados há 36 anos. Tenho 3 filhos, 2 netas, tenho um filho formado. (...) Um deles tem 36, o outro que está formado tem 26 e o que está a estudar agora tem 18.”

(Paulo, 58 anos, 16 anos e meio de pena)

Bairros sociais e delinquência

Após a análise e exposição das trajetórias familiares, consideramos pertinente destacar o tipo de residência onde alguns reclusos cresceram e outros ainda permanecem,

factor que poderá ter influenciado negativamente as trajetórias de vida identificadas na nossa amostra. Nesta linha de pensamento, os resultados de um estudo (Roché, 2010, p.16) apontam para o facto de a família ser o principal eixo orientador para o comportamento delinquente dos jovens, não tanto em relação à estrutura, mas principalmente no que se refere ao seu funcionamento, apontando neste sentido a importância de fatores extrafamiliares. Nos casos analisados identificamos algumas variáveis explicativas desse fenómeno, nomeadamente o grupo de pares delinquentes e o tipo de habitação, sendo este último provocado pela desordem e desorganização social que prevalece no local de residência, como se pode constatar nos seguintes testemunhos:

“Por causa das drogas, sempre por causa das drogas. Eram todos meus amigos, amigos no sentido que faziam parte daquele círculo de amigos que existia naquele bairro onde eu morava.”

(Júlio, 31 anos, 2 anos de pena)

“Eu nasci no Porto, no bairro do regado, nasci num ambiente de droga!”

(André, 24 anos, 3 anos e 3 meses de pena)

“Os antigos amigos, os antigos sítios onde as pessoas frequentam, isso é evitar, pois quem me diz que saí da cadeia e vai viver para o mesmo bairro e que vai frequentar o mesmo tipo de pessoas e não que não se vai meter nelas está a mentir!”

(Joca, 38 anos, 4 anos de pena)

2.2. Trajetória escolar e profissional

Assumindo que a escola e o trabalho fazem parte da vida em sociedade e representarem alicerces fundamentais para a estabilização familiar, económica e social dos indivíduos, debruçamo-nos de seguida na análise dos trajetos escolares e profissionais dos nossos entrevistados.

Escola

Assumindo-se como um trampolim de sucesso profissional, a escola possibilita ao indivíduo a sua ascensão social e consequente integração na sociedade. Nos casos seguidamente apresentados, podemos constatar que o insucesso escolar e os baixos níveis de escolaridade levaram a um abandono prematuro da escola pelos nossos entrevistados.

“Um curso profissional, só fiz um ano e tal...foi o tal 11º que ficou incompleto.”

(Joca, 38 anos, 4 anos de pena)

“Eu saí da escola com 16 anos.”

(Tomané, 37 anos, 4 anos e 7 meses de pena)

“Fiz a 4ª classe, saí da escola e foi quando comecei a trabalhar! Trabalhei em casa de uma antiga professora minha!”

(José, 39 anos, 5 anos e meio de pena)

“Com 15 anitos, saí da escola, não quis estudar mais!(...) Depois da escola? Trabalhei...fui trabalhar para uma serralharia (...) Agora já tenho mais, já tenho até ao 9º, porque depois quando tive detido a primeira vez, em Paços, fiz o 6º, 7º, 8º e 9º...pronto, tive essa oportunidade!”

(Júlio, 31 anos, 2 anos de pena)

De ressaltar o caso de Miguel que completou o secundário numa escola profissional, tendo ido de seguida trabalhar para uma empresa alemã onde esteve a desempenhar funções como técnico de eletrónica.

“(...) no colégio andei até a 4ª classe, depois fui para a escola normal, mas até a 4ª classe andei num colégio inglês. Andei lá e depois passei para o Nunes Alves(...) quando acabei a escola ainda trabalhei durante...um ano e qualquer coisa,(...) numa empresa na Trofa! No ramo automóvel, uma empresa Alemã, trabalhei lá como técnico eletrónica.”

(Miguel, 32 anos, 4 anos e 2 meses de pena)

O entrevistado com maior grau de escolaridade da nossa amostra é David, um advogado de sucesso e com vários livros publicados que se encontra atualmente reformado.

“Fui um aluno bastante razoável e fiquei até, quando acabei o curso, fui convidado para assistente da faculdade de direito, na área do direito privado (...)Depois, por influência do meu pai(...) fui tirar uma especialidade e fui para a Alemanha com uma bolsa e tirei uma especialidade em direito fiscal(...)”

(David, 75 anos, 2 anos de pena)

Trabalho

Após verificar que na maioria dos casos apresentados anteriormente predomina o fracasso escolar, podemos afirmar que o resultado desse insucesso traduziu-se numa relação com o trabalho desqualificada e instável. Assim, identificamos casos com atividades laborais informais durante a infância e adolescência para complementar o sustento familiar ou adquirir objetos que todos os jovens desejam (Mirabete, 1988). De

qualquer modo as trajetórias de emprego estudadas são muito marcadas pela volatilidade e precariedade, como refletem os seguintes testemunhos:

“Andei no barco pequeno e no barco grande. Comecei a andar no barco grande quando a minha mãe faleceu, já tínhamos o barco grande e fazíamos viagens de 27 dias, íamos para a Madeira pescar espadarte (...) Tive em Paris, no Luxemburgo, tive a trabalhar nas obras(...) trabalho temporário, por exemplo trabalhava 15 dias num sítio, tentava noutro sítio(...). Era na limpeza ou na construção, tive lá a trabalhar como servente! Depois também ajudava a minha irmã aos fins-de-semana...as ambulâncias tem que ter condutor e ajudante...por causa de sair com a maca.”

(Joca, 38 anos, 4 anos de pena)

“Trabalhava numa serralharia, na carpintaria, no campo, fazia um pouco de tudo, trabalhos manuais e estava a aprender de tudo e era bom em tudo! Já fui feirante, que era uma das coisas que eu fazia mais, andei durante 3 ou 4 anos nas feiras! Tive a trabalhar um ano e meio a batateiro que é o patrão do meu pai e andei a meter pladur também! Era carpinteiro!”

(André, 24 anos, 3 anos e 3 meses de pena)

“Saí da escola porque queria ter as minhas coisas! Tirar a carta de motorizada, ter motorizada, depois tirar a carta de carro, comprar um carro e consegui isso tudo! (...) Na altura com uma boa Yamaha DT e eu também queria ter igual, não queria ser inferior. Depois de sair da escola, o meu irmão já trabalhava numa empresa onde continua a trabalhar e o meu pai também e eu consegui ir para lá trabalhar. (...) De pintura. Construção, pintura, metalomecânica, decapagem, tudo! (...) muito tempo que passei com o meu pai, nas terras que é mesmo assim! depois andei a trabalhar, a fazer uns biscates!”

(Vicente, 34 anos, 4 anos de pena)

“Trabalhei em casa de uma antiga professora minha, tinha uma fábrica de produtos químicos, o marido era columbófilo, eu de manhã tratava dos pombais e das pombas, à tarde ia pra lá pra o escritório(...) Ajudante de trolha, estava a trabalhar na construção civil e depois fui trabalhar para um restaurante e depois comecei a trabalhar numa fábrica de plissados. Já fui pasteleiro, já fui cozinheiro, ainda fiz alguns espetáculos de circo, já fui feirante, já estive em Espanha a trabalhar como carpinteiro de cofragem! Mas o meu sonho mesmo, é querer trabalhar numa cozinha!”

(José, 39 anos, 5 anos e meio de pena)

De salientar o caso de José, este último caso, pois declara que o primeiro trabalho que teve, após ter saído da primeira vez da prisão, foi de *“cobranças difíceis”*. Neste sentido, a passagem pela prisão reforçou, no caso de José, a sua trajetória de criminalidade. Assim, ao contrário do que é a missão do EP, a prisão foi para ele um espaço de sociabilidade e de aprofundamento no mundo do crime.

“Quando sai da prisão comecei a fazer cobranças difíceis, só que também era uma coisa que não me agradava muito, não dava muitos resultados, depois foi quando fui pra essa tal roulotte do circo.”

(José, 39 anos, 5 anos e meio de pena)

No caso de David a ascensão e o sucesso profissional durante o seu trajeto de vida são bem notórios, pois após a conclusão do seu doutoramento na Alemanha até a atualidade nunca deixou de se dedicar ao trabalho.

“(...)regressei a Portugal, depois de 2 anos e 7 meses, regressei a Portugal e fiz o estágio, com o já falecido professor Dr. Manuel Mesquita(...) A partir daí e até ao fim do exercício da advocacia (agora estou reformado) fiz sempre só e só a área do dever tributário, direito fiscal, portanto, relativamente aos impostos, empresas, etc. Fui um advogado marcante do direito fiscal da altura, porque não havia ninguém especializado e poucos se dedicavam ao direito fiscal.”

(David, 75 anos, 2 anos de pena)

De realçar ainda, o caso de Tomané em que apesar de não ter concluído o secundário foi-se especializando ao longo do seu percurso profissional, tirou um curso de pedreiro e de uma carteira profissional de eletricista certificada, o que lhe permitiu desempenhar trabalhos técnicos qualificados.

“Fui trabalhar para um senhor que tinha uma empresa de pichelaria e de eletricidade, saí de lá fui para a tropa com 17 anos, fiz os meus 18 anos tinha eu 2 meses de recruta, vim da tropa fui trabalhar para um senhor que ainda hoje me dá trabalho. É uma empresa de reciclagem no qual eu trabalhei com máquinas retroescavadoras, mudava motores, tirei a carta de pesados que foi ele que me pagou, cheguei a andar com um camião, cheguei a levar ferro daqui pra Espanha, trabalhava com giratórias. Cursos profissionais tenho um de pedreiro, tirei lá em Barcelos e tenho a carteira profissional de eletricista, vim tirá-la na Efacec aqui no Porto. É uma carta profissional assinada pela Efacec que, por exemplo, se eu quiser construir uma casa e quiser fazer tanto o sistema

elétrico como o de canalização eu tenho que chegar ao final da obra assinar como aquilo tudo está bem!”

(Tomané, 37 anos, 4 anos e 7 meses de pena)

É ainda de salientar a influência intergeracional na trajetória profissional de Joca, pois o seu grande sonho é voltar ao mar à pesca, nomeadamente à Noruega onde o seu avô foi nas suas palavras um “campeão” de pesca e o seu pai um grande exemplo a seguir. “O meu pai para mim é o melhor! O meu pai é mesmo profissional.(...) Estou a pensar sair daqui e ir para a Noruega, o meu avô foi lá um grande campeão na Noruega!”

(Joca, 38 anos, 4 anos de pena)

2.3. Reclusão: significados e estratégias adotadas - reconfigurações e mudanças sofridas

A maior parte dos reclusos cria as suas próprias defesas e modos de acomodação numa tentativa de sobreviver à vida prisional, acumulando e misturando diferentes estratégias de adaptação. Goffman (2003), como já vimos, debruça-se sobre o que se passa no interior da prisão e analisa as estratégias de resistência utilizadas pelos reclusos para preservarem a sua autonomia pessoal. Estar encarcerado é uma situação “contranatura”. O Homem não foi concebido para viver num espaço reduzido e fechado que o priva do exercício normal das suas funções. É pois expectável que em tais condições ele sofra alterações e desenvolva estratégias adaptativas para sobreviver num contexto que lhe é adverso e onde, em princípio, não quereria estar (Gonçalves & Vieira, 1995). Neste sentido, apresentaremos situações ilustrativas dos impactos que a reclusão acarreta na personalidade dos reclusos e nas suas vidas.

O contacto com o exterior

Segundo Goffman (2003), as prisões não autorizam qualquer contacto entre o internado e o mundo exterior, com o objetivo de excluir totalmente o indivíduo do mundo exterior, para que este possa absorver totalmente as regras e normas internas. Nas prisões a vida organiza-se e estrutura-se em função da distinção delimitada entre o interior e o exterior, cujo acesso se torna impossível ou estritamente regulamentado e selecionado.

Atualmente, e no caso particular da Unidade Livre de Drogas (ULD), as visitas são limitadas aos familiares diretos. Pressupõe-se que este facto seja para minimizar a possibilidade de entrada de droga ou evitar manterem-se ligados a redes de tráfico e

consumo de droga, pondo, deste modo, em risco o sucesso do programa da ULD, que é a desintoxicação.

“Somos privados de ver primos, tios, só familiares diretos, pai, mãe, irmão, mulher, namorada e mais nada...e filhos.”

(Tomané, 37 anos, 4 anos e 7 meses de pena)

“Eles não deixam entrar sobrinhos, tenho sobrinhos meus que gostavam de vir cá e não podem vir por não deixar entrar aqui na ULD (...). Sim, ajudava a levar melhor a cadeia. Está certo que tenho precárias, mas as visitas também ajudam! Só que lá está, aqui só é permitido família direta.”

(José, 39 anos, 5 anos e meio de pena)

Relativamente aos contactos telefónicos, todos os reclusos possuem um cartão telefónico limitado a 10 números, acrescidos da limitação do tempo da chamada. Esta restrição levou a família de Paulo a estabelecer um circuito entre todos, logo após a sua chamada a informação é passada entre familiares e amigos.

“É muito importante e...eu vivo com isso, isso é o meu alimento, eu vivo com isso(...) tenho 10 números de telefone...nós aqui, aquilo é sempre seguido! Fica sempre a rodar, só para dizer que está tudo bem, para além de ligar pra ela, faz um circuito todo!”

(Paulo, 58 anos, 16 anos e meio de pena)

E ainda David, que não pôde ajudar a sua mulher a divulgar a sua exposição pelas restrições impostas pela prisão.

“Mesmo agora, a minha mulher expôs uma exposição chamada “A magia das marafonas(...)Depois ela queria que eu, porque eu tenho muita gente conhecida, muita, muita, muita! No ramo cultural! Queria que eu dissesse às pessoas para lá irem ver, mas eu aqui não o posso fazer, eu aqui só posso falar para os telefones que estão inscritos no nosso cartão!”

(David, 75 anos, 2 anos de pena)

A greve dos guardas

Durante a nossa investigação decorreu uma greve dos guardas prisionais, assegurando os serviços mínimos obrigatórios, conduzindo a que os reclusos ficassem impossibilitados de tomar café e completamente desligados do mundo exterior, não podendo efetuar chamadas telefónicas.

“Mas nós não temos culpa, estamos num tratamento, o nosso contrato da ULD diz que temos direito a 20 cigarros e 4 cafés por dia, após as refeições de manhã, às duas e às quatro, eles tiraram-nos o café...mas porquê?!”

(Joca, 38 anos, 4 anos de pena)

“(...) é isso e o telefone é muito limitado, só temos 5 minutos de telefone e não é todos os dias! Ao sábado prontos...agora vai entrar de greve não há telefones, não há nada!”

(Paulo, 58 anos, 16 anos e meio de pena)

Esta limitação de comunicação com familiares e amigos é vista como sendo negativa pelos reclusos, agravando deste modo a manutenção das relações afetivas. Nesta linha de pensamento Lafortune (et al, 2004), afirma que “le nombre limite de contacts autorisés (visites, téléphones et lettres), le stress quotidien et l’absence d’intimité sexuelle font en sorte qu’il est évidemment difficile de maintenir une relation amoureuse en de telles circonstances”(p.4).

A injustiça e a diferenciação cultural

Para David a prisão condicionou amplamente a sua integridade intelectual e cultural, pois para além de não ter acesso a um computador, que lhe permite desenvolver e trabalhar nos seus livros e projetos, vê-se afundado na solidão por não conseguir relacionar-se com ninguém...

“Absolutamente. Isto é uma desolação autêntica! Isto é um micro mundo aqui que mostra bem como é que está a cultura em Portugal. Eu digo num livro meu, como se costuma dizer, que a economia bateu no fundo. É uma coisa terrível! Terrível, terrível, terrível...(...) Bom eu acho que o meio prisional não tem em atenção muito a parte humana... pouco tem em atenção. Porque por exemplo, há uma coisa muito interessante, aqui dizem: «ah você aqui é um preso como os outros, são todos iguais!» Bom e todos devem ser tratados de igual e iguala-se esta ideia de que todos têm que ser tratados iguais, a uma ideia de justiça. Só que eu acho tudo isso errado. A justiça não é isso. A justiça é tratar por igual o que é igual e por desigual o que é desigual! Na diversidade está um ganho e está realmente uma riqueza, que aqui não é aproveitada...(...) Eu estou num quarto com 3 pessoas que não me entendem! Não falo com eles. Eu por exemplo, eu não tenho condições para escrever! (...) eu não tenho condições de absolutamente nada! Eu nem estou a falar no computador, nem nada disso, nada! (...) Absolutamente! Então, eu sou aqui estigmatizado! Acho que sou aqui humilhado!”

(David, 75 anos, 2 anos de pena)

A rutura criada pela prisão leva a que todos os aspetos da vida sejam realizados no mesmo espaço e que as rotinas diárias sejam realizadas na companhia de todos os outros reclusos, todos eles obrigados a fazer em conjunto as mesmas coisas e serem tratadas da mesma forma (Goffman, 2003). Nesta linha de pensamento, identificamos neste último caso uma profanação ao *eu* pela forma como David é tratado dentro da prisão, impossibilitando o mesmo de fazer valer o seu nível cultural e intelectual, assim como de poder fazer valer os seus direitos perante um grupo independente relativamente à instituição totalitária, como são os seus leitores.

“Exatamente... Merecia estar num quarto... evidentemente, para trabalhar, não é? Porque eu estou a prejudicar-me a mim, mas sobretudo o que eu acho que estou a prejudicar as pessoas para quem escrevo (...)”

(David, 75 anos, 2 anos de pena)

Goffman (2003) afirma que as mudanças nas crenças do indivíduo sobre si mesmo e dos outros em relação a ele dentro da prisão levam ao processo de mortificação do *eu*. Neste sentido a prisão pode comprometer o referencial identitário do recluso, privando-o das disposições sociais estabelecidas nas suas relações anteriores.

A superioridade e a rebeldia

Goffman (2003) afirma que as prisões criam, muita das vezes, um fosso inultrapassável entre todo o corpo profissional e os reclusos, onde cada grupo tende a fazer do outro uma imagem redutora e estereotipada. Os guardas prisionais apresentam-se, na maior parte das vezes, aos reclusos como condescendentes ou autoritários com tendência a considerarem-se superiores. A este propósito, Miguel afirma:

“Eu acho que eles se acham superiores à gente. Os guardas prisionais, mesmo qualquer um, secretárias e tudo, acham-se normalmente superiores à gente!”

(Miguel, 32 anos, 4 anos e 2 meses de pena)

Já os reclusos fazem-se ver como sujeitos virados para si próprios, reivindicativos e desleais, com tendência a sentir-se inferiores, fracos e culpados. Como se ilustra no caso apresentado em que é de salientar o lado reivindicativo e o sentimento de inferioridade e de desvalorização do recluso.

“A comida não prestava, aproveitei essa situação do comer, fizemos um abaixo-assinado que a comida não estava boa e não se podia comer aquilo, ninguém comeu! E reunimos veja lá, numa cadeia que leva 62 homens estavam lá 104 ou 105, nas duas alas, ala A e ala B, nós reunimos 96 assinaturas! Fui eu a ter logo iniciativa! (...) Nós temos direito à

habitação, temos direito a uma refeição ou duas e fosse ao que fosse! Por isso, se nós não podemos comer porque na cantina não se pode comprar nada, é só bolachas de água e sal e chocolates! Isso não é alimentação pra mim, vocês são obrigados a dar-nos de comer!”

(Tomané, 37 anos, 4 anos e 7 meses de pena)

A “morte” do nome

Na entrada na prisão, o detido sofre um processo de admissão denominado por Goffman (2003) de “programação”, sendo codificado em algo que pode ser colocado na “máquina administrativa do estabelecimento”. Considerado uma perda de propriedade, algo que se torna indispensável na atribuição de sentimentos do *eu* àquilo que possuímos, o nome é banido. Essa posse, com uma grande carga simbólica, não importando a forma como é chamado ou numerado, constitui a primeira mutilação do *eu*, ignorando assim o principal atributo de autoidentificação. Este processo foi visível no caso de Miguel, quando foi solicitada a sua presença por um dos guardas para a realização da entrevista, em que foi necessário dizer o número de recluso, pois pelo nome o guarda não conseguiu identificá-lo.

(...)se falar no 123 já sabem quem é! (...) e pra além disso ninguém me conhece pelo nome, é tudo “sumois” que me chamam!”

(Miguel, 32 anos, 4 anos e 2 meses de pena)

“Nós somos tratados pelos números, é mais um número ou mais uma cabeça, “quantas cabeças são? São 1000 cabeças!”. Porque eles não vão decorar o nome de todos nem o número de todos! Portanto é uma questão de cabeças! Portanto é como tomar conta de 50 vacas, ovelhas ou seja o que for, a gente também conta por cabeça!”

(Júlio, 31 anos, 2 anos de pena)

Ainda relativamente à perda de identidade, os internados podem ser obrigados a mudar de cela regularmente para que não fiquem ligados a elas.

“Aqui na ULD temos que mudar regularmente de cela, assim como de companheiros de cela!”

(Joca, 38 anos, 4 anos de pena)

Medidas de segurança: A humilhação

Não bastando a privação de liberdade, os reclusos são por vezes expostos a situações humilhantes. Miguel narra a sua entrada na prisão após o gozo de uma precária:

“Quando vimos de precária é certo, agachamentos, é normal, para ver se caí alguma coisa do rabo(...) É assim, por exemplo, quem se dobrar aquilo não caí, só mesmo...se aquilo tiver a portinha, mas prontos é uma técnica que eles têm!”

(Miguel, 32 anos, 4 anos e 2 meses de pena)

Os objetos pessoais são algo que na prisão pode estar sujeito a profanações. O seguinte caso ilustra bem o quanto uma simples rusga pode provocar o sentimento de violação da privacidade e uma relativa desumanização.

“(...) uma pessoa levar rusgas, isso incomoda, por exemplo, numa rusga, você tem as suas coisas todas arrumadas, vão lá num dia que lhes apetece, chegam lá desarrumam tudo, pra cima das suas coisas. (...) Chegam lá, por exemplo, uma Nivea nova, pegam num prego com ferrugem a ver se tem alguma coisa lá dentro, acha que isso é correto?!”

(Miguel, 32 anos, 4 anos e 2 meses de pena)

A liberdade e a solidão

Relativamente ao significado que a reclusão tem e quando questionados sobre o que lhes custava mais na vida da prisão responderam que era a falta de liberdade e a solidão.

“O que custa mais é a liberdade, é tudo!”

(André, 24 anos, 3 anos e 3 meses de pena)

“É, a falta de liberdade.”

(Miguel, 32 anos, 4 anos e 2 meses de pena)

“É difícil aqui. Numa altura em que digo, eu tenho tudo aqui, não me falta nada aqui, mas falta-me tudo!”

(Paulo, 58 anos, 16 anos e meio de pena)

“Eu acho que é a solidão!”

(Vicente, 34 anos, 4 anos de pena)

Mudanças e estratégias adotadas

Perante adversidades e obstáculos, o indivíduo dentro da prisão deve ser apoiado a ajudar-se, de modo que assuma as responsabilidades dos seus delitos e da sua conduta, que não venha a reincidir e que se apresente reabilitado para o convívio social. Segundo Miotto (1992), o recluso deve ser passivo no seu processo de mudança para a resolução dos seus problemas. Dono da sua conduta deve escolher consciente e voluntariamente as alternativas que considerar melhor para ele. Neste sentido, compete ao próprio recluso ser

o principal autor da sua mudança, desenvolvendo estratégias e formas de reintegração. A este propósito, apresentaremos de seguida alguns casos que consideramos pertinentes.

“Sim, quero mudar e não quero ser a mesma pessoa porque quero sair daqui livre das drogas pra chegar lá fora e dar o exemplo aos meus filhos. Quero mostrar aos meus filhos que eu mudei, que já não sou o que era há uns anos atrás! E depois quero tentar recuperar certas coisas que perdi, e essas coisas que perdi uma delas foi a minha mulher. Quero um dia que sair daqui tentar recuperá-la, pelo menos vou tentar fazer por isso, tentar recuperar a minha mulher.”

(José, 39 anos, 5 anos e meio de pena)

No presente, José está em processo de reconfiguração dos seus hábitos para poder transmitir aos filhos formas de estar na vida decentes e integradas. Pretende mudar, ver-se livre das drogas para que os seus filhos também sintam orgulho dele e tenham um bom exemplo a seguir. Refere que pretende tentar recuperar a sua mulher, e portanto, a sua estratégia é a reabilitação.

Ainda foram identificados, nos relatos dos nossos entrevistados, situações de interajuda e de solidariedade dentro da prisão. Podemos entender estes gestos como formas de se redimirem pelo mal cometido indo ao encontro do esperado pela sociedade, que é a reabilitação. Assim, podemos afirmar que estas atitudes se assumem como sinais claros de mudança, constituindo marcos fundamentais no processo de reconstrução identitária destes indivíduos.

“Agora dou outro sentido à vida, a vida pra mim não fazia sentido e agora faz! Agora faz sentido e com mais persistência e tento viver a vida com mais persistência do que vivia! Ajudar o próximo para mim é muito importante!”

(Paulo, 58 anos, 16 anos e meio de pena)

“Ajudamos, não falta nada, tudo o que a gente precisar...se precisar de um cigarro, de umas sapatilhas, de um café, há sempre alguém disposto. Aqui há uns tempos fizemos uma ação, que achei espetacular, achei extraordinário, achei muito bonito fazerem isso, pagamos a multa a um colega nosso para ir embora, 150 euros, não é nada, ...só nos competia a nós fazer isto! É um ato humano, um ato solidário, uma coisa que é importante e é preciso fazer este tipo de situações, é preciso é! É preciso e há muita gente que precisa, é uma forma de diminuir o carma que a gente carrega às vezes!”

(Júlio, 31 anos, 2 anos de pena)

2.4. Trajetória criminal: apreciação da reclusão e tipo de pena

Antes de iniciarmos uma análise de trajetória criminal dos reclusos entrevistados elaboramos a sua caracterização criminal (Figura 3).

Figura 3 – Perfil criminal dos reclusos

	Idade	Crime cometido	Tempo de pena	Fim da pena	Carreira criminal
R1	38	Furto qualificado, posse ilegal de arma e falsificação de documentos.	4 anos	2014	Reincidente
R2	24	Furto, condução perigosa e condução sem carta	3 anos e 3 meses	2014	Primário
R3	37	Tráfico de quantidades diminutas, tráfico agravado e atropelamento a um agente da autoridade	4 anos e 7 meses	2014	Reincidente
R4	39	Tráfico de droga	5 anos e meio	2014	Reincidente
R5	75	Burla qualificada	2 anos	2013	Reincidente
R6	32	Tentativa de homicídio e furto	4 anos e 2 meses	2013	Primário
R7	58	Homicídio qualificado	16 anos e meio	2026	Primário
R8	34	Burla, falsificação e posse ilegal de documento	4 anos	2014	Primário
R9	31	Aceitação de material furtado	2 anos	2014	Reincidente

Este quadro permitiu-nos constatar que os crimes mais comuns na nossa população são crimes relacionados com o tráfico de droga, burla e furtos. Relativamente ao tempo de cumprimento das penas ronda os 4 anos de prisão, destacando-se um caso com 16 anos e meio de pena por homicídio qualificado.

De seguida, propomo-nos abordar as consequências das sociabilidades ligadas ao mundo criminal assim como destacar o sentimento de arrependimento e o reconhecimento

da dívida a pagar pelo crime cometido. A culpa e a vergonha sentida pelo crime cometido por alguns reclusos recém-admitidos, associado à abstinência de álcool e droga, rapidamente se tornam um forte depressor, podendo precipitar o recluso a um comportamento suicidário (Danto, 1997; Lester, 1997; Hayes, 2000).

A droga e os roubos

Relativamente as trajetórias criminais dos entrevistados, importante será realçar que a sua maioria surgiu pela convivência em grupos de pertença associados ao consumo de droga, sociabilidades essas que implicaram uma entrada facilitada para redes de tráfico de droga e consequentemente para crimes ligados ao roubo e outros delitos. Como podemos verificar no quadro anterior (Figura.3) alguns desses crimes estão indiretamente ligados aos estupefacientes, levando a que “as drogas e tudo o que está relacionado com o comércio e circulação dessas substâncias e com o seu consumo, dominam o panorama prisional” (Torres & Gomes, 2002, p.78).

“Eramos quase todos de Viana, viviam todos na Ribeira em Viana, quase toda a gente, conhecíamos-nos todos...quando acabávamos às cinco da tarde, olha vamos para o Rossio, íamos todos para o Rossio (...)em Lisboa eram só consumos. Tinha dinheiro comprava droga e fumava, não andava lá em Lisboa a fazer filmes! Tráfico foi em Viana, era mais furtos qualificados, isso sim! (...) Roubos...ainda bem grandes, tenho que cumprir os 4 anos, não há nada a fazer! Recorri veio para trás!”

(Joca, 38 anos, 4 anos de pena)

A situação de André e de Júlio é comum a outros reclusos, pelo que demonstram nos seguintes testemunhos:

“Foi a droga e o álcool...e os roubos! Comecei com o álcool, depois a droga...e a droga levou-me aos roubos!”

(André, 24 anos, 3 anos e 3 meses de pena)

“20 anos, 18 anos, a gente pouco mais sabe...ainda por cima com drogas envolvidas, ainda por cima com um grupo de amigos delinquentes, pronto, é o que a gente andava a fazer como pode imaginar e tal, fazíamos umas loucuras.(...) Sempre drogas pesadas, cocaína, heroína...claro que se começa sempre pelo haxixe, comecei pelo haxixe...normal, canábis e tudo!”

(Júlio, 31 anos, 2 anos de pena)

A vida intramuros é considerada como sendo de muito sacrifício. Porém, também representa uma espécie de campânula que protege o recluso da vida que tinha anteriormente, sobretudo do consumo e do tráfico de drogas.

Tentativa de suicídio

Por vezes, acompanhados do exterior por trajetórias complexas motivando variadíssimas perturbações de foro psíquico, a entrada para a prisão agrava-se criando profundas depressões provocadas pelo *stress* da vida intramuros, tornando os reclusos ainda mais vulneráveis e alguns a terem comportamentos suicidários. No nosso estudo identificamos dois casos de tentativa de suicídio após a entrada para a prisão, como se ilustra de seguida:

“A precisar de dinheiro, a ressacar, desgostos, desse drama! Foi tudo mesmo! Eu entrei em Custóias e tive para me matar, por isso meteram-me em observações e acompanhamento durante meio ano numa camarata de 10 reclusos!”

(André, 24 anos, 3 anos e 3 meses de pena)

“Quando pedi transferência. (...) Um ano e meio, mais ou menos, vim para aqui em Junho do ano passado. E quando apanhei o avião, vinha com essa intenção, a minha vida acabou...não sabia o que ia encontrar(...) A tentativa de suicídio era aquela coisa de dizer que a vida já não fazia sentido!”

(Paulo, 58 anos, 16 anos e meio de pena)

Arrependimento

Em alguns casos, os indivíduos manifestam arrependimento pelos crimes cometidos e alimentam um sentimento de culpa própria. O que se tem refletido nas mudanças operadas nos seus processos de reabilitação, como referem Paulo e André:

“Muito, muito...muito arrependido! Não faz ideia, não faz ideia, eu destruí a minha vida, destruí a vida dos meus filhos...eu destruí tudo!”

(Paulo, 58 anos, 16 anos e meio de pena)

“Claro que me sinto arrependido, claro que me sinto arrependido...”

(André, 24 anos, 3 anos e 3 meses de pena)

Neste sentido, Vicente acrescenta que a prisão lhe veio tempo que devia ser vivido junto da família:

“Tempo que eu não estou com o meu filho, tempo que eu não estou com a minha família, a minha ex-mulher também! Tudo isso! Tudo o que eu tinha e perdi! Ao vir detido... e só

encaixei isso quando sou detido(...) A toxicodependência, a mim a droga já me fez sofrer muito! Mas muito mesmo!”

(Vicente, 34 anos, 4 anos de pena)

Por seu turno, Júlio ao recordar o momento em que foi detido refere:

“Senti-me muito triste. (...) Senti-me muito triste, senti que o mundo tinha parado e que me tinham tirado tudo, o tapete...tudo!”

(Júlio, 31 anos, 2 anos de pena)

A dívida a pagar

O discurso de Vicente vai de encontro ao esperado pela sociedade, que vê no espaço de reclusão, ao mesmo tempo, uma forma de o recluso “pagar” a sua dívida para com a sociedade e um meio de reabilitação. Aliado a isto, o sucesso da sua passagem na ULD, permitiu-lhe ver-se livre do vício das drogas e mudar as representações que a família tinha dele podendo doravante orgulhar-se dele. Tal mudança em Vicente baseou-se na necessidade de reconquistar a confiança que depositavam nele, como afirma de seguida:

“Ir a baixo não vale a pena! Para quem queira mudar, como no meu caso, muda! (...) Tem que haver mudança! É preciso força de vontade! Porque quem quiser... um preso, um recluso... nesta vida, cá dentro, se quiser aprender a ser o maior delinquente do mundo, consegue! (...) Hoje para mim e para a minha família, (...) conseguem dizer, pronto, é um período de reclusão, é difícil! Que é! Mas eles dizem-me mesmo e com orgulho, que para mim foi melhor!”

(Vicente, 34 anos, 4 anos de pena)

O estar preso ajudou Vicente a mudar de várias formas. Refere que fez mudar a sua maneira de pensar, de agir e de ver as coisas, mas que isso só depende da força de vontade de cada um, fazem do sujeito o principal responsável pela sua mudança. Em suma, considerando a vida de reclusão como difícil, acredita que foi uma lição, não só porque está na cadeia de momento, mas também pelo reconhecimento da sua família como sendo o melhor para ele e para a sua reabilitação.

2.5. Trabalho em meio prisional

Para além da dimensão de realização pessoal, o trabalho representa nas nossas sociedades uma forma de sustentabilidade e de sobrevivência. Neste sentido, e aliado à função reintegradora e reeducativa que o trabalho assume dentro da prisão, o trabalho

prisional retribui também alguma dignidade e estabilidade interior ao preso, com repercussões no seu processo identitário.

Na nossa amostra verificamos que existe uma diversidade de atividades laborais e ocupacionais desenvolvidas no EPSCB, nomeadamente: faxina; cozinheiro e ajudantes; trabalho em hortas e campos agrícolas; na vacaria; na padaria; em oficinas; apoio aos auxiliares da clínica psiquiátrica. Para além destas atividades laborais existem outras mas com uma componente mais lúdica, designadamente: a escrita; a leitura; o teatro e o desporto, nomeadamente a prática de musculação e de futebol, que se inscrevem mais em práticas de lazer.

Quisemos, de seguida, conhecer a importância do valor que os reclusos atribuem ao trabalho em contexto prisional.

Trabalho, ociosidade e ocupação

O trabalho prisional para além de ocupar o tempo dos reclusos e ser uma forma de ocupar o tempo que é *“difícil de passar”*, contribuiu para a estabilidade do ambiente prisional, diminuindo os níveis de *stress*. Para além da componente remuneratória, também é uma forma de evitar a ociosidade, considerado como um dos elementos cruciais da “escola do crime”(Souza, 2002). Neste sentido, alguns reclusos referem:

“Quando vim transferido prá cá, andava ali no pavilhão a pedir trabalho, a pedir trabalho ao chefe...sempre a pedir-lhe trabalho...é que aqui há dois chefes! Há o chefe daqui e há o chefe lá de baixo do regime comum! “Chefe arranje-me trabalho, não me importo de ir para as obras, de andar no campo!”

(André, 24 anos, 3 anos e 3 meses de pena)

“No começo não há este problema é para passar o tempo e para viver aqui chegava-me, trabalho na padaria e o que ganho chega para viver cá dentro(...) tanto que quando me prepuseram para passar para ali eu não quis que não queria deixar a padaria.(...) Não consigo estar ali fixado a pensar numa situação, não...mas agora, ajuda-me com o tempo, ajuda-me monetariamente não é?!”

(Miguel, 32 anos, 4 anos e 2 meses de pena)

“Gosto de andar sempre a trabalhar, no campo, ocupado! Gosto de estar sempre ocupado! Os dias passam, o tempo passa e massacra, um dia aqui dentro equivale a um mês lá fora! Quem não quiser ocupar o tempo a fazer alguma coisita, as horas não passam!”

(Vicente, 34 anos, 4 anos de pena)

Outras vantagens que o trabalho em meio prisional auferiu foram identificadas nos casos estudados, nomeadamente a dimensão gratificante, a dignidade e o reforço da personalidade são enfatizadas por José e Júlio:

“Não fazia nada, no regime comum não fazia nada! Cheguei a trabalhar nas molas, a fazer molas só que entretanto saí(...) Pra mim é uma satisfação enorme, saber que os meus colegas estão a comer uma comida feita por mim e saber que a comida lhes está a saber bem! Sinto-me feliz e realizado a ver os meus colegas comerem uma comida feita por mim, sinto-me bem com isso!”

(José, 39 anos, 5 anos e meio de pena)

“Completamente, completamente, para além de nos dar uma autonomia, dá-nos personalidade, dá-nos dignidade, dá-nos uma ocupação e uma forma de invasão, de tudo! (...) Eu acho que tanto lá fora como cá dentro a gente tem que trabalhar, trabalhar é dignidade e só isso é que nos trás as nossas coisas, portanto é através do trabalho que a gente há-de conseguir as coisas e conseguir viver em paz, pelo menos com nós próprios. (...) O trabalho só nos trás coisas maravilhosas, porque a gente consegue aprender, relacionar-se com outras pessoas, conhecer outras pessoas, aprende outras atividades e consegue fazer mais do que aquilo que a gente as vezes imagina!”

(Júlio, 31 anos, 2 anos de pena)

O tempo morto a que os reclusos aludem e que querem evitar leva-os a atribuir um “alto valor dado às chamadas atividades de distração, isto é, atividades intencionalmente desprovidas de seriedade mas suficientemente excitantes para tirar o participante de seu “ensinamento”, fazendo-o esquecer momentaneamente a sua situação real” (Goffman, 2003, p.65).

Ocupação: a escrita e solidão

A ocupação do tempo dos indivíduos a cumprir pena de prisão pode assumir outros contornos e outras finalidades do que a mera passagem do tempo. Neste sentido, a escrita, para além de assumir a função de ocupação “física”, serve para David dar continuidade ao seu trabalho “pessoal” na atualização e edição de livros por ele publicados. Permite-lhe ainda desenvolver projetos em que está envolvido, porém não poupa fortes críticas às péssimas condições que lhe são facultas, referindo:

“Aqui não tenho meios absolutamente nenhuns, não tenho nenhum apoio digamos assim, de computadores, por exemplo, aqui não se pode usar; não sei porquê mas não interessa,

ou sei mas não interessa dizer e portanto eu escrevo à mão, como na idade média digamos assim!(...) Sim, até mesmo de ocupação! De ocupação física!(...) “Exatamente... Merecia estar num quarto... evidentemente, para trabalhar, não é?(...) É uma autêntica solidão! Eu não tenho a solidão toda propriamente, a acabrunhante, toda, 100%, porque estou sempre a escrever como lhe digo, não é?! E às vezes desabafo na escrita.”

(David, 75 anos, 2 anos de pena)

Para Júlio, a escrita e a leitura abraçam uma vertente de ocupação da mente e da alma:

“É muito importante! É das coisas mais importantes, é a gente saber ocupar a mente, ocupar o tempo, porque o que dói às vezes na solidão é mesmo isso, a falta de uma palavra! Por exemplo, quando estou a ler consigo evadir-me, completamente!(...) Acabo por me abstrair disto tudo e entro mesmo ali no livro e estou ali! Principalmente falando na poesia(...) Eu também escrevo qualquer coisita de vez em quando, uns rascunhos, claro que influenciado, sempre não é?! Por este poeta, por este ou por outro.”

(Júlio, 31 anos, 2 anos de pena)

Trabalho e liberdade

O trabalho intramuros também é importante no exterior da prisão, pois confere-lhes uma qualificação que lhes pode ser útil para reingressar no mercado de trabalho, e pode ainda ter um papel decisivo no momento da decisão jurídica da sua libertação, como acrescenta Tomané:

“Uma pessoa é avaliada no meio ou nos dois terços e se uma pessoa tiver uma proposta de trabalho junto com esse processo o juiz vê isso com outros olhos, quer dizer que vai pôr aquele sujeito na rua e vai ter trabalho. Se tiver trabalho melhor!”

(Tomané, 37 anos, 4 anos e 7 meses de pena)

Foi o que aconteceu com Júlio quando lhe prepuseram participar numa peça teatral:

“Disseram-nos que poderia ser uma oportunidade, para pensarmos que podia ser uma oportunidade de um dia irmos para a frente, nesse sentido, se gostássemos!”

(Júlio, 31 anos, 2 anos de pena)

O trabalho dentro da cadeia permite manter a comunicação com o mundo exterior e assim acompanhar o que acontece (Santos, 2003). Neste sentido, possibilita que os

reclusos se mantenham atualizados e criarem novos laços sociais. A participação em atividades de lazer, desportivas e culturais desempenham muito este papel. Tal aconteceu com Miguel e Paulo, através do futebol:

“(...) campeonatos de inserção, dantes havia intercadeias, agora de inserção, só há 3 cadeias a jogar. Aqui na zona norte e jogamos contra todas as associações, pode ser...às vezes até apanhamos associações(...) Somos bem tratados. Por acaso, mesmo pelas pessoas que estão lá, os árbitros e tudo!”

(Miguel, 32 anos, 4 anos e 2 meses de pena)

“Pratico desporto, faço parte da seleção de veteranos!”

(Paulo, 58 anos, 16 anos e meio de pena)

O teatro também desempenha uma função idêntica, no caso de Júlio, para além de ter encontrado a sua vocação, permitiu-lhe o acesso privilegiado ao mundo exterior.

“Tenho um sonho de fazer pelo menos teatro, fiz 3 anos de teatro, fiz 2 anos de cinema também. Tenho um documentário gravado(...) foi na reclusão, tenho esse documentário de 4 horas, gravado, está na internet, nós fomos na altura a lisboa, era para irmos a Cannes, mas depois acabamos por não ir, ganhamos um prémio em Lisboa(...) fizemos no Estabelecimento Prisional, porreiro, toda a gente gostou. Entretanto começamos e receber convites, da Casa da Música, da Fundação Serralves, da GTF, do grupo de teatro Freamundense, quer se dizer, íamos a uns sítios porreiros fazer fora, para nós era ótimo, sair do Estabelecimento Prisional para nós está bom, era espetacular! Prontos ainda conheci imensa gente!”

(Júlio, 31 anos, 2 anos de pena)

Para além de lhe ter dado a oportunidade, após a sua libertação, de continuar no projeto teatral que tinha integrado na sua primeira reclusão, esta atividade teve um papel fundamental no seu processo de reabilitação, pois Júlio admite:

“Hoje em dia sou uma pessoa diferente, sou uma pessoa mais madura, aprendi muitas mais coisas, aprendi a conhecer-me muito melhor, aprendi a limar umas arestas da minha índole que fazia falta e depois como pode imaginar, os estudos, a leitura, o teatro, essas coisas todas acabaram por me dar um maior discernimento!”

(Júlio, 31 anos, 2 anos de pena)

A desvantagem do trabalho em meio prisional

A vida dentro de uma prisão está sujeita a uma permanente vigilância dos comportamentos e controlo da ação do recluso, originando uma privação de liberdade e de

autonomia que “entra no domínio da punição inconsciente, através de sistemas de autopunição das mentes (Foucault, 1987, p.164). Esta permanente vigilância está bem patente quando Joca refere o facto de andar sempre um guarda a supervisionar todos os seus passos. Por outro lado, Vicente relata a vantagem de um recluso trabalhar na vacaria, permitindo-lhe maior autonomia.

“Oh pah e também começa a cansar, porque o próximo passo é a casa de Santo André, lá temos mais autonomia...já não tem guardas atrás dele...por exemplo já posso ir trabalhar para o campo e já não tem um guarda atrás de mim...pois qualquer lado tem sempre um guarda(...) Por exemplo, vou à lavandaria tem que vir um guarda atrás de mim!”

(Joca, 38 anos, 4 anos de pena)

“A bem dizer aquelas horitas no campo são as horas melhores que a gente tem! De resto é tudo horas mortas!(...) Na vacaria tive quase 6 meses, é o local onde os reclusos andam mais à vontade! Não há guardas, não há nada!(...) Sentia-me mais livre. Sentia-me mais livre. Mesmo ao sábado, domingo ou ao fim do dia, durante a tarde, podia correr a cadeia toda que não tinha que dizer ao guarda!”

(Vicente, 34 anos, 4 anos de pena)

Segundo Foucault (1987), o trabalho juntamente com o isolamento, funciona como agente de transformação penitenciária. Este princípio não deve ser entendido como um corretivo ou como um acréscimo da pena, mas sim como uma forma de tirar os reclusos da ociosidade que o regime de detenção causa. O trabalho faz com que os reclusos se movimentem e ocupem o seu tempo, diminuindo a agitação e facilitando que as regras da prisão sejam introduzidas. No entanto, o trabalho não pode transformar a prisão numa fábrica, deve ser uma atividade de reconstrução identitária. Geralmente, o trabalho desenvolvido pelos reclusos é muito pouco valorizado, mas vimos no caso de David que na clínica de psiquiatria o seu voluntariado é reconhecido e valorizado por todos os técnicos e guardas, ou de José que encontra no trabalho da cozinha uma grande satisfação pelas opiniões dos colegas da ULD, tal não deve ser operado.

2.6.Reclusão: impactos na organização e dinâmica familiar

Para além da dimensão profissional e ocupacional anteriormente abordada, analisamos de seguida os impactos da reclusão na dimensão familiar enquanto principal suporte de coesão social e de autoidentificação do indivíduo. Segundo Carmo (2009) a

reclusão prolongada “tende a afetar de forma negativa os agregados familiares dos condenados. No entanto, quer os fatores associados à probabilidade de “dissociação familiar” quer as dificuldades enfrentadas pelos reclusos no exercício dos seus papéis parentais, devem ser perspetivados tendo em conta a complexidade das situações familiares”(p.18).

Neste sentido tentamos perceber o tipo de apoio dado pela família ao recluso, assim como os efeitos de reclusão na conjugalidade, nas relações com os filhos, bem como a representação dos reclusos sobre o tipo de exposição que os familiares passam a estar sujeito aquando das visitas.

Apoio incondicional

O apoio prestado pelos familiares e pelos grupos de pertença do recluso tornam-se um factor fundamental para a sua estabilidade emocional e psicológica, contribuindo decisivamente para o sucesso da sua reabilitação.

“Tenho muito apoio da minha irmã mais nova e do meu irmão...da minha irmã que me compreende mais e da minha mãe também, muito ou pouco que tenha dá-me muito apoio mesmo! Ela pode tar no estado que está (...) que a minha mãe é doente das pernas!(...) E apesar do meu pai estar separado da minha mãe também tenho o apoio dele!”

(André, 24 anos, 3 anos e 3 meses de pena)

A minha família está sempre comigo, sempre...sempre! Tudo!(...) Portanto, é um apoio incondicional!”

(Paulo, 58 anos, 16 anos e meio de pena)

“O máximo mesmo! Até a minha ex-mulher apoia...”

(Vicente, 34 anos, 4 anos de pena)

“Nunca me senti abandonado, felizmente não e mesmo que aconteça uma próxima vez pois a gente já nunca sabe o dia de amanhã não é, tenho a certeza absoluta que vão continuar a apoiar-me porque sabem a pessoa que sou e sabem o coração que tenho!”

(Júlio, 31 anos, 2 anos de pena)

Joca também recebe apoio da sua família, no entanto esta sofre profundamente, pois para além dos impactos da sua reclusão, acumulam a angústia de saber que o seu irmão está foragido à Justiça por ter assassinado um indivíduo. Este desgosto é vivido de uma forma intensa pelo pai, que procura em Joca apoio emocional, observando-se aqui uma inversão de papéis.

“Posso dizer que nunca tive dificuldade, nunca tive, mesmo ainda hoje o apoio familiar que ele me dá, e as minhas irmãs. Não posso dizer que sobre este aspeto financeiro e de apoio de afeto nunca tive esse tipo problema, e ainda bem, isso é muito importante aqui dentro(...) Quando aconteceu isto com o meu irmão...puf...ficou de rastos o homem! O meu pai entrava aqui e começava a chorar...quando vejo o meu pai a chorar...o meu pai é do mar, o meu pai é forte! Sou eu que...é como ele diz: em vez de ser ele a dar-me força, sou eu que acabo por dar-lhe força a ele para se aguentar!”

(Joca, 38 anos, 4 anos de pena)

Prisão e conjugalidade

O afastamento físico do casal é outra consequência negativa imposta pela reclusão o qual tende a deteriorar, progressivamente, o suporte afetivo do relacionamento conjugal, podendo mesmo conduzir à dissolução da relação (Lafortune et al, 2004). Esse afastamento do seio familiar imposta pela vida intramuros de um dos cônjuges pressupõe ainda o acréscimo de responsabilidades para o outro e a desregulação dos papéis sociais do preso (Pai/Marido). Tomané por exemplo, interrompeu o seu casamento durante a sua primeira reclusão, no desespero de viver o resto da sua vida num vaivém atrás das grades, preferiu abandoná-la e deixá-la ser feliz, mesmo contra a sua vontade. Atualmente tem outra companheira, que refere ser um suporte incondicional na sua recuperação:

“(...) entretanto arranjei outra mulher porque pensei assim pra mim: “bem a minha vida vai ser esta, ao menos que sejas feliz, tá bem que temos um filho juntos mas faz a tua vida que eu faço a minha, porque tu não vais andar toda a vida nisto. Cheguei a um ponto que só que tava a ver que a minha vida ia ser isto... cadeia, cadeia, cadeia, e eu não quero esse mal e sujeitá-la a isso e ao meu filho! Tenho esta companheira com quem estou e na altura que eu estava mesmo mal, mal, mal, mesmo mal, foi ela que me botou a mão, foi ela que me ajudou a não consumir mais, foi ela que me deu apoio, prontos, devo muito a esta rapariga com quem estou agora!”

(Tomané, 37 anos, 4 anos e 7 meses de pena)

Vários estudos têm demonstrado que a reclusão provoca um impacto significativo nos reclusos e nas suas famílias, em particular, uma certa decadência nas relações conjugais (Lafortune et al, 2004; Tulkens, 1977; Hairston, 2002; Travis, Cincotta e Salomon, 2001; Western, 2004). Para além das possíveis implicações psicológicas no próprio preso censurando o comportamento que o levou à reclusão, também pode provocar danos paralelos mais vastos, nomeadamente na condição de saúde dos seus

familiares, “gerando uma sensação de perda e podendo dar azo a eventuais implicações psicológicas e psicossomáticas em familiares próximos, confrontados com dificuldades em se adaptarem a tal situação” (Carmo, 2008, p.15). David narra o comportamento suicidário da mulher e o impacto que a reclusão provocou na sua saúde:

“Ela vem aqui visitar-me, com muito custo, de locomoção, esquece-se de tudo, troca tudo! (...) Ela já era um bocadinho, digamos, perturbada psiquicamente, mas nada disto agora! Foi afetada profundamente, profundamente! É indiscutível! Às vezes ameaça que vai matar-se(...) ela tomou uma série de comprimidos, para se matar... E eu não posso fazer nada... Eu nem sequer lhe posso falar, a não ser naquelas horas estabelecidas!”

(David, 75 anos, 2 anos de pena)

Já Paulo, cuja relação conjugal se mantém há 36 anos e se fortaleceu após a sua detenção, alimenta um casamento assente no *amor como factor de encontro e continuidade*, ou seja, o que diz respeito à afetividade, num sentido mais amplo, ocupando lugar de destaque a vertente amorosa da relação e a concretização da sexualidade (Torres, 2002). Apesar da reclusão criar uma distância física impossibilitando Paulo e a esposa de manter uma vida sexual ativa, estes não deixam de dar continuidade ao amor que os une. A este propósito refere:

“(...) nós namoramos por carta, mas agora também namoramos! Costumo escrever 2 ou 3 cartas por mês para ela. Uns poemazinhos e tal...(...) Mesmo falando pelo telefone, mas pelo telefone não é privado, o guarda vai sentar na cadeira e tudo, portanto...coisas íntimas não! Então para me abrir mais com ela escrevo uma carta nem que seja como quando tinha 19 anos e namorava uma rapariga(...)Eu estou apaixonado, é verdade, eu sinto-me apaixonado pela minha esposa, eu agora sinto-me apaixonado por ela e transmito-lhe isso nas cartas! Tenho tanta vontade de beijá-la, tanta vontade de abraçá-la que sei lá! Ela veio cá há dias mais a minha neta e beijava-a como sei lá...beijava-a como quando tinha 20 anos! Mas pronto dava-lhe um beijo, um abraço que a minha neta estava aqui, não passava disso!(...) mas isso é uma necessidade muito grande.”

(Paulo, 58 anos, 16 anos e meio de pena)

No seu estudo, Ramos (2011) afirma que “relativamente às visitas na prisão, constata-se, que as condições para o diálogo conjugal problematizam-se, ao nível da frequência e privacidade, gerando insatisfação generalizada. A conversação tende a centrar-se em matérias relativas ao círculo familiar nuclear, focalizando-se mais na

parentalidade, na intimidade conjugal e nas rotinas além-muros dos(as) parceiros(as)” (2011, p.15).

Prisão e filhos

As saídas precárias e as idas a casa são representadas como positivas e pontos de ancoragem à família e ao mundo. Estas saídas são lutas contra o despojamento do *eu* operado no espaço da prisão, são formas de manter o mundo inicial e de ter resistência face à normalização da prisão. Os filhos continuam a ter uma grande centralidade na vida dos reclusos:

“Telefone sempre ao miúdo, já alterei a minha precária, porque ele vem ao início de agosto, e é pra estar com ele! (...) As miúdas é que é pena! (...) a Clarinha vai-me procurar um dia! Eu tenho quase a certeza que ela me vai procurar, sabes quando tu gostas mesmo muito de uma pessoa e depois....desligas, não é por ti, é não envolvê-las pra não sofrer mais, não é desprezá-las porque eu sei que elas são minhas filhas mas... (...) eu ao envolver-me com a minha filha, ao ter contacto com a minha filha vou ter contacto com a mãe dela! (...) Custou-me muito acreditar, chorei muito! Ainda hoje falo na Clarinha e é uma coisa que me dói!”

(Joca, 38 anos, 4 anos de pena)

“(...) fui de precária e as minhas primeiras preocupações foram logo: buscar o meu filho, não é? Fui logo buscar o meu filho que disse não abri mão!”

(Tomané, 37 anos, 4 anos e 7 meses de pena)

“Também nunca deixei de ter responsabilidade sobre o meu filho... (...) Quando tinha as precárias também, estava sempre com ele, quando ia de precária dormia comigo e tudo... não me quero afastar dele! É mesmo assim... (...) Apoio dos meus pais, das minhas irmãs e do meu filho também. O meu filho vem aqui muitas vezes... (...) Mesmo para o meu filho é muito pesado!”

(Vicente, 34 anos, 4 anos de pena)

Segundo Seymour (1998, p.472), as crianças, cujos pais estão presos, experienciam uma variedade de consequências negativas, principalmente em termos de sua saúde emocional e de seu bem-estar. A maioria das crianças, filhos de reclusos, pode apresentar uma variedade de emoções, que incluem desde medo, ansiedade, raiva, tristeza, solidão e culpa. Podem também começar a agir de modo impróprio, tornando-se descontroladas na sala de aula ou apresentando comportamentos antissociais.

Frequentemente o seu desempenho escolar deteriora-se. Estas dificuldades emocionais e comportamentais estão ligadas a vários fatores, incluindo o *stress* da separação pais/filhos, a identificação com o progenitor detido e o estigma social” (cit in.Kosminsky et al, 2005). No nosso estudo identificamos é de salientar o caso de André que refere o estado emocional e psicológico de um dos seus descendentes, assim como o facto de não ver os filhos por imposição da mãe, pois esta não quer sujeitá-los ao ambiente prisional.

“(...) o miúdo andava a ser acompanhado em psicólogos porque ia pra escola dizer: «ai eu não tenho pai...eu não tenho pai, o meu pai morreu!»(...) Só o vi duas vezes desde que estou preso!(...) Ao mais novo só o vi uma vez quando tinha ele 3 meses, ela devia ter consciência disso! Por muito que tivesse preso, não adianta! Já mandei mais de 15 cartas ao mais novo e não vale a pena! O que o meu pai me fez a mim eu não quero fazê-lo aos meus filhos! É uma coisa que me está a magoar muito!”

(André, 24 anos, 3 anos e 3 meses de pena)

Outro impacto é o estigma social que se pode abater sobre os familiares do recluso, resultante da detenção de um dos seus elementos. “Este labéu tende a afetar as redes de sociabilidade familiar e comunitária do agregado, fragilizando eventuais suportes materiais e afetivos delas decorrentes e problematizando as condições de integração social devido a atitudes e práticas de humilhação, evitamento e segregação tendo como alvo elementos da família do condenado”(Carmo, 2009, p.16). Um dos casos da nossa amostra, designadamente David, diz sentir-se estigmatizado pela filha mais velha pelo facto de esta não aceitar a sua reclusão:

“Em termos familiares, a minha filha mais velha ficou estigmatizada e estigmatiza-me a mim!”

(David, 75 anos, 2 anos de pena)

Visitas e revistas na prisão

As visitas tornam-se um importante elo de ligação entre o condenado e os seus familiares e amigos, mas nem sempre este sistema comporta as melhores condições de dignidade humana, pois vários *handicaps* dificultam o seu legítimo e correto funcionamento. Problemas como: “a insuficiência de espaços destinados ao acolhimento de visitantes (salas de espera, abrigos no exterior dos estabelecimentos prisionais), o desconforto e humilhação decorrentes da sujeição a procedimentos de segurança (revista de visitantes), a qualidade dos locais de realização das visitas, preocupações quanto á

reação das crianças no decurso das visitas, entre outros”(Carmo, 2009, p.16). Em alguns casos verificamos a recusa em receber visitas de familiares e amigos, pelo desconforto e pela forma constrangedora como as visitas são efetuadas. Tal é referido pelos seguintes entrevistados:

“Por isso é que eu digo que não tenho que ter visitas de nenhum, prefiro não ter, acho que não tem que ser expostos a este tipo de sistema de revista, tá a perceber? Acho um bocado injusto para com eles, mas tenho amigos, neste caso amigas que gostariam às vezes de me vir ver e a mulher na altura, a primeira vez. E a mulher não lhe ia pedir para vir cá, acho que não merecem! Pessoas de quem eu gosto não vale a pena expô-las a situações mais difíceis, até porque somos amigos e como pode imaginar ver um amigo numa situação destas é doloroso para essa pessoa não é?!”

(Júlio, 31 anos, 2 anos de pena)

“(...)chegam aqui e começa a apalpá-las, sabe como é que é... e eu não vou estar a sujeitar as pessoas assim a isso. Ora bem, devo dizer-lhe, ou são amigos ou não são amigos, e se são amigos eu teria que sujeitá-los a isso e eu entre aspas sujeitá-los-ia a isso, mas era se tivesse uma pena grande não é? Agora não vale a pena, eu tenho precárias...(...) Não se justifica estar a submetê-los a uma prova dessas que é muito dolorosa. É contundente.”

(David, 75 anos, 2 anos de pena)

A este propósito Tomané conta que a suspeita por parte do corpo da guarda prisional que este estivesse a introduzir “coisas lá dentro”, através das visitas da sua ex-mulher, obrigavam-na a uma revista pormenorizada de cada vez que lá ia. Este processo embaraçoso e humilhante fez com que desistissem das visitas íntimas.

“Entretanto um ano e meio depois de eu estar preso, todos os fins-de-semana, sistematicamente eles tinham que levar a minha mulher ao strip...à revista pormenorizada! Todos os fins-de-semana a minha mulher tinha que se por nua em frente a uma guarda porque havia uma desconfiança que era o Tomané que metia as coisas lá dentro! Entretanto, claro, a mulher começou-se a encher daquilo e tal, mas prontos lá aguentou os 3 anos e meio!”

(Tomané, 37 anos, 4 anos e 7 meses de pena)

Como referimos anteriormente, em termos de visitas na UDL só pode haver visitas de parentes próximos, excluindo primos, sobrinhos e amigos. José considera esta

limitação negativa, pois tem sobrinhos e amigos com quem gostava de poder estar e falar, facilitando a estadia na prisão.

“Sim, ajudava a levar melhor a cadeia. Está certo que tenho precárias, mas as visitas também ajudam! Só que lá está, aqui só é permitido família direta.”

(José, 39 anos, 5 anos e meio de pena)

Já Miguel relata o distanciamento que a reclusão provoca nos laços familiares, criando ao longo do tempo uma desvinculação das relações afetivas, pois as rotinas e a vida fechada da prisão tornam as conversas pouco motivantes.

“(...) eu vim preso, no primeiro ano uma pessoa tem visitas de montes de pessoas, no segundo ano, conforme os anos passam(...)mas, depois de 4 anos e tal é complicado uma pessoa já não tem muito assunto para....eu por exemplo, estou com o meu pai, para uma hora consigo ter assunto, mas imagine estar ali uma tarde inteira? Não tenho assunto para estar a tarde inteira como era dantes, não é?! Depois de uns anos aqui a rotina é sempre a mesma.”

(Miguel, 32 anos, 4 anos e 2 meses de pena)

Visitas íntimas

As visitas íntimas podem assumir um papel importante para mitigar o afastamento físico de um dos cônjuges ou parceiros, fortalecendo os laços afetivos do casal enfraquecidos pela estada na prisão. Miguel relata que existe um entendimento e uma consonância mútua com a sua companheira relativamente às visitas íntimas, pois a difamação e a humilhação pela qual não querem passar são fatores que os levaram a recusar a possibilidade de ter este tipo visitas.

“A mim? A ela e a mim, aos dois, pensamos muito da mesma maneira, é um bocado...eu por exemplo, a minha namorada não queria ter visita íntima, por exemplo, vou-lhe dar uma situação:...uma vez um ouviu o guarda a dizer assim: «ah, vou levá-lo hoje ao cobrimento», se for com a sua mulher?! Dizer levá-la ao “cobrimento” é chamar-lhe “vacas”...é preferível não colocar gente nessas situações. E leva-se bem a vida.”

(Miguel, 32 anos, 4 anos e 2 meses de pena)

Enquanto não lhe eram concedidas as precárias, Tomané teve cinco visitas íntimas com a sua ex-mulher da primeira vez que esteve preso, e afirma que tal aconteceu pela necessidade e satisfação sexual e não tanto pela vertente afetiva.

“Já tive visitas íntimas aqui, enquanto não tive precárias! (...) Seja homem ou seja mulher claro que é bom a visita, a minha companheira, era fixe, então uma pessoa tá presa, há dois anos nunca tive relações, prontos nas visitas há beijinhos, conversas de como está a vida, conversas sobre a família, como está como não está, mas contacto físico é diferente, é bom! (...) Prontos mas nessas 5 vezes que a minha mulher veio cá, ora bem, eu não quer se dizer que eu não me sentia bem, não é um sentir bem, aquilo é mais uma necessidade praticamente não é? Porque um homem...! (...) ora bem pra mim era chato porque a minha mulher ao vir era praticamente como um objeto sexual! (...) Tá a ver o que é as guardas verem aquela mulher que vem pra ter relações sexuais com o homem e daqui a duas horas vai embora?!”

(Tomané, 37 anos, 4 anos e 7 meses de pena)

As visitas íntimas abarcam uma importância considerável para a materialização da dignidade humana e para a materialização da igualdade dos reclusos e respetivas companheiras. No caso apresentado anteriormente verificamos a desistência deste tipo de visitas devido à humilhação sofrida perante tal exposição e por manifestarem vontade de ter “desejo”, talvez aqui representada por alguma promiscuidade por parte das guardas prisionais que efetuam a revista.

A prisão e a distância

Uma das maiores dificuldades apontadas para a manutenção dos laços sociais é a distância entre as prisões e a sociedade, resultantes do isolamento da generalidade dos estabelecimentos prisionais face à comunidade onde estão inseridos. Esse isolamento “deveria ser medido (...) pela distância a que os reclusos são colocados da comunidade de origem e, de uma forma menos explícita, pelo grau de pertença que as comunidades locais expressam em relação aos reclusos que delas faziam parte” (Roberts, 1996, p. 231).

A separação e distância que a prisão provoca acentuam as dificuldades enfrentadas pelos familiares na tentativa de manter contacto com o recluso durante a sua estada prisional. Tais dificuldades advêm da escassez de apoio, dada as “restrições quanto à frequência das visitas, a distância geográfica entre o estabelecimento prisional e o local de residência dos visitantes, entre outros⁶. Na nossa amostra identificamos os seguintes casos:

⁶ No caso português consultar sobre esta matéria os Relatórios do Provedor de Justiça sobre o sistema prisional de 1996 e 2003.

“Só quero da minha companheira e de mais ninguém...(…) Falo todos os dias pelo telefone, não vem ninguém porque também sou de Barcelos e é longe. E vem cá um primo meu...é a tal situação, o meu primo é que traz a minha mulher porque ela não tem carta, o carro é do meu primo!”

(Tomané, 37 anos, 4 anos e 7 meses de pena)

“Já tive amigos que já vieram dos Açores de propósito aqui pra me visitar e alguns...prontos, porque a vida não tá para brincadeira, mas tá prometido que depois do verão vêm cá...”

(Paulo, 58 anos, 16 anos e meio de pena)

A importância dos laços vicinais

O impacto emocional e as dificuldades económicas provocadas pela prisão de um dos cônjuges tende a ativar solidariedades e apoio ao nível da rede social do casal. Este foi o caso da esposa de David que vive sozinha, pois o seu estado psicológico, afetado pela doença que possui, tornou-se um obstáculo acrescido na manutenção e gestão da lida doméstica, pelo que o apoio dos amigos tem sido essencial.

“Ela vive sozinha porque a filha mais velha está em Lisboa e a mais nova em Londres e vive sozinha com uma funcionária muito nossa amiga, que vai lá muita vez, mas tem a vida dela, tem os filhos, etc... e pessoas amigas que vão lá, ontem por exemplo tava lá um senhor amigo dela!”

(David, 75 anos, 2 anos de pena)

Capítulo VI – Olhares dos profissionais: práticas e representações

1. A “voz” dos terapeutas

Com o objetivo de termos uma perspectiva institucional, optamos por entrevistar duas terapeutas que acompanham e intervêm no processo de reabilitação dos reclusos, sendo que alguns integram a nossa amostra. Os terapeutas desempenham um papel fundamental no processo de reabilitação e reintegração dos reclusos, assim como no desenvolvimento de terapias para combater os impactos negativos que a reclusão provoca nos indivíduos. Mantêm relações de proximidade com o recluso, dado o papel ativo que têm na prática e desenvolvimento das suas terapias. Relativamente à formação profissional das terapeutas entrevistadas, uma é terapeuta ocupacional (TO) e a outra é psicomotricista (PS).

Tipo de relação

Interrogadas sobre o tipo de relação que procuram ter com os reclusos no trabalho interventivo que desenvolvem no EP, a psicomotricista (PS) afirma que: *“é mesmo uma relação de profissional/recluso, neste caso psicomotricista/utente! Eu pelo menos vejo-os como utentes e não como reclusos”*. Reforçam: *“acho que nunca, nunca, aliás quase nunca os devemos ver como reclusos! Mesmo para a relação profissional acho que isso é muito importante. Porque o papel deles enquanto reclusos aqui é o que menos importa!”* (TO). No desempenho das suas funções procuram neste sentido *“criar laços terapêuticos”* (TO), o que é fundamental para a concretização dos objetivos definidos e consequentemente nos resultados obtidos. Segundo os seus relatos, essa ligação *“traz o respeito”* (TO) e torna-os *“respeitadores”* e *“excelentes pessoas”*, pois *“se conseguires manter uma relação bidirecional com eles, de igual para igual, o resultado terapêutico é significativamente melhor!”* (TO). Esta relação proporciona, no decorrer das terapias desenvolvidas no EP, um sentimento de segurança por parte das terapeutas quando uma delas afirma que *“muitas vezes não preciso de guardas para vigiar”* (PS). Algo que vai muitas vezes contra os estereótipos criados pela sociedade de que os reclusos são pessoas perigosas e problemáticas, um estigma que provoca *“discriminação por desconhecimento.”* *“Temos que compreender que, nós é que estamos cá dentro e nós é que nos relacionamos com eles e vemos que não! Eu nunca me senti desrespeitada aqui dentro!”* (TO).

Não obstante, mantêm com eles uma certa autoridade levando-as a vestir o papel de moderadoras, pois há casos de reclusos a tentarem, de uma forma ou de outra, testar as suas valências e responsabilidades, mais concretamente em se assumirem como líderes.

Liberdade e família

Questionadas sobre o que provoca mais revolta, tristeza e incómodo ao recluso, ambas referem a *“falta de privacidade e de liberdade”*, que estas duas dimensões são consideradas como dois impactos *“gigantescos!”* (TO).

A opinião das técnicas sobre o que sentiram no início das suas experiências profissionais dentro de uma prisão, vai ao encontro do que é descrito por Goffman (2003), nomeadamente referem que: *“um sujeito que vem do exterior para trabalhar numa prisão não tem uma noção assim tão real das coisas, que isto podia ser algo que provocasse grande tristeza e grande revolta! Porque tu vens de fora, com uma rotina completamente diferente, com hábitos completamente diferentes e chegas aqui dentro e tens de obedecer a rotinas que tu próprio se calhar nem dás valor, tens que tomar banho à horas que as outras pessoas querem, tens que comer à hora que toda a gente vai, tens que ir ao recreio, se te deixarem ir, quer dizer, isto sem dúvida deve ser a maior revolta deles!”* (TO). *“Coisas que eles faziam lá fora, que não davam valor, que não atribuíam qualquer tipo de valor, chegam cá e começam a atribuir algum significado!”* (PS).

Estes momentos iniciais de socialização, aquando da chegada à prisão, pressupõem processos de admissão e testes de obediência, algo que poderiam não estar habituados no exterior, mas que agora falam: *“mesmo disso, da liberdade que já tiveram e não aproveitaram”* (PS).

As “regras da casa”, fundamentadas nas próprias rotinas e regras de funcionamento de uma prisão, são uma das primeiras formas de iniciação da vida prisional. Este conjunto de prescrições e exigências pressupõe uma certa autoridade e regulação quanto à conduta do internado, importante no nosso entender para a sua reabilitação e reintegração na sociedade. Interrogadas sobre o que os reclusos sentiam mais falta, estas responderam que, atracado à falta de liberdade, está *“também a falta de autonomia, e eu acho que isso a eles lhes faz imensa confusão e eles começam a valorizar a autonomia que tinham lá fora!”* (TO).

Outro impacto identificado pelas entrevistadas tem a ver com a ausência da família. *“A falta da família. Em alguns casos, aliás, na maior parte dos casos, a família está longe, pode visitá-los ou não, depende dos casos. Outros casos, infelizmente, perdem*

o laço familiar” (TO). Este testemunho vai ao encontro do que foi referido por alguns reclusos quando afirmaram que a dificuldade em manter os laços se devia à distância existente entre o EP e o local de residência dos familiares, mas também as restrições no tempo das chamadas telefónicas e a limitação dos números de telefone autorizados para este efeito. Neste sentido e numa vertente crítica, as terapeutas sublinham a necessidade que, mesmo não sendo *“exatamente essa a nossa função, eu acho que devia existir alguém com essa função mais vincada, tipo de aproximar as pessoas, aproximar os familiares”* (TO).

Relativamente a outro factor que poderá estar associado à rutura de laços familiares ou mesmo à fragilidade de tais relações, referem que tal se *“deve muito à vida de toxicodependente que tiveram lá fora!”* (TO). Neste sentido, a instituição prisional assume aqui um papel importante na reconstrução identitária do recluso, na sua vontade de mudar e reconquistar os papéis sociais entretanto diluídos pelo fechamento prisional, pois eles *“procuram novamente reconstruir isso!”* (TO). Esses laços familiares perdidos ao longo da pena de prisão foram sendo mitigados *“principalmente agora com a vinda de algumas técnicas para aqui, viu-se que isso melhorou significativamente!”* (TO).

Mesmo não sendo a função das terapeutas manterem contactos com familiares dos reclusos, elas vão *“estando atentas, nas conversas informais e vamos dando alguns conselhos e informações a outros técnicos que poderão ter o trabalho mais facilitado do que nós, porque nós não temos o contato das famílias!”* (TO). Quem tem esses contatos *“são os técnicos de educação. Portanto são eles que têm o contato direto com a família, a esse nível o que nós podemos é às vezes ouvi-los, que também é muito importante e depois a seguir, se for necessário, dar a informação à família.”* (TO). Neste sentido podemos observar o quanto é importante e significativo o trabalho desenvolvido pelas técnicas nos Estabelecimentos Prisionais para a manutenção dos laços familiares e consequente estabilização emocional e reabilitação dos reclusos.

As saídas precárias e o seu contributo

No decorrer da nossa investigação fomo-nos apercebendo que as saídas precárias que os reclusos usufruem por bom comportamento a partir de metade da pena cumprida têm um impacto importante e significativo na reconstrução identitária do recluso, como afirma a psicomotricista: *“a precária é mesmo algo que eles ambicionam com tanta força e é compreensível, não é? Porque eles na precária vão para junto dos seus! Vão ser autónomos alguns dias e usufruir de 1001 coisas que eles tanto desejam, não é? Às vezes*

uma simples ida à praia, que eles tanto falam, uma simples ida a um restaurante de francesinhas, que eles tanto falam! Que para nós parecem assim coisas tão...! E para eles é... Até porque quando eles regressam de precária, eles mencionam mesmo isso! Mencionam essas pequenas coisas que realizaram e portanto eu compreendo perfeitamente que a precária seja das coisas mais ambicionadas aqui dentro! (...) Relativamente ao mesmo assunto a terapeuta ocupacional refere que: *“A precária ajuda imenso, embora seja 1 dia, 2, 3, eu acho que ajuda imenso nesse aspeto! Porque a própria família consegue observar que ele modificou de alguma forma, não é? Que alterou o seu comportamento... e acho que isso ajuda e eu já conheci casos que dizem isso mesmo, que depois de vir de precária, eles vêm super-contentes, porque o pai ou a mãe ou irmão disse “agora é que tás bem!” “até se nota!” “tás bem”, ou “a tua aparência”. E eles vêm mais motivados! Portanto a precária até por esse pormenor é fantástica!”*. O reconhecimento do impacto positivo das saídas precárias na reabilitação do recluso é um facto que conseguimos identificar no depoimento de alguns dos nossos entrevistados, mas noutros casos não aconteceu o mesmo, conduzindo a uma luta de desolação e discriminação.

A Unidade Livre de Drogas (ULD) do EPSCB é uma divisão isolada do resto da população reclusa do estabelecimento prisional, pois tem como objetivo aniquilar qualquer tentativa de introdução de droga ou mesmo para diminuir as possíveis recaídas dos reclusos em tratamento. Alberga reclusos que voluntariamente se sujeitam a um programa de desintoxicação de drogas com a duração mínima de um ano e máxima de dois anos. Neste sentido, as regras e restrições na ULD são ainda mais acentuadas do que no resto da prisão, como pudemos verificar no caso das visitas que são condicionadas aos parentes diretos. Relativamente à discriminação que os reclusos sentem, seja do exterior, seja da própria instituição, está bem patente no discurso das entrevistadas, pois *“o facto de estarem na ULD não quer dizer que sejam tratados de maneira diferente! São todos tratados de maneira igual e muitas vezes, lá está, a motivação acaba por ir reduzindo por causa disso mesmo, porque não é tão valorizado só o facto deles estarem a dar um passo em frente e eles sentem isso...sentem muito isso...e demonstram-nos mesmo isso!”* (PS)

A terapia ocupacional

Como referimos ao longo do nosso estudo, um dos principais eixos de análise da nossa investigação é o trabalho exercido no EP e a vertente ocupacional que este implica. Sendo uma das nossas entrevistadas terapeuta ocupacional, quisemos conhecer a sua

opinião sobre a importância da ocupação nos reclusos e as suas implicações. Nas suas palavras... *“Eu acho que eles estão muito necessitados de ocupação! Acho que estão muito desocupados! São pessoas que estão em reclusão com algum objetivo e eu acho que deveriam estar mais ocupados para que esse objetivo fosse realmente cumprido (...) ocupar o tempo! Que é importantíssimo! A ocupação é o meu objeto de trabalho! Se eu acho que eles estão pouco ocupados! Porque no fundo eu tento ocupá-los de forma significativa, tento e com a ajuda de outros técnicos que me dizem: ‘olha este indivíduo precisa mais disto ou daquilo!’”* (TO).

Mantendo um contato constante com os reclusos, as terapeutas acabam por ser confidentes e criar laços de alguma proximidade com os reclusos, acabando por se aperceberem que eles têm muita necessidade de comunicar: *“Por incrível que pareça! Porque é assim, tu estás no meio, um recluso está no meio de centenas, poderá estar em determinados momentos, à hora do almoço, à hora do jantar, mas mesmo assim, no meio de 100 ele não consegue expressar-se. Eles defendem-se muito, no meio dos outros! Eles normalmente expressam-se com pessoas como nós, como técnicas, como guardas. Só que nós somos poucas e poucos para tantos reclusos! E eles sentem essa necessidade!”* (TO).

Como forma de quebrar rotinas e aumentar os níveis de motivação dos reclusos, a ocupação do tempo é fundamental e *“serve para que aquele dia seja diferente! Porque se não, é sempre a mesma coisa, o horário já está feito e vamos fazer ora das 9 às 10 é isto, das 10 ao meio dia é isto, do meio-dia às 2 é aquilo, depois das 2 às 4 é outra coisa, se formos a ver, não! Então tentamos sempre fazer atividades diferentes.”* (PS)

Dificuldades e desafios

Tentamos, de igual modo, perceber as dificuldades que as terapeutas sentem para desenvolver as suas atividades e dar resposta a todos os reclusos. Neste sentido, afirmam: *“são quase 150 reclusos e nós não conseguimos... nós somos poucas técnicas para tantos reclusos! (...) Principalmente na clínica! Não estamos cá a tempo inteiro e é complicadíssimo!”* (TO). Tal situação deve-se à sobrelotação da prisão, que acaba por prejudicar os próprios reclusos. A terapeuta ocupacional afirma que *“até mais pelo bem-estar dos reclusos... acho que deviam estar menos reclusos por cela, menos reclusos por estabelecimento prisional (...) deveriam haver mais terapeutas aqui neste estabelecimento e em outros, porque na verdade, eu não consigo estar com toda a gente, infelizmente!”*.

Os escassos recursos materiais que possuem para as atividades terapêuticas e ocupacionais e o espaço exíguo atribuído para as sessões, são outras dificuldades que identificam para o bom funcionamento das suas atividades.

“Enquanto terapeuta, eu necessitava de espaços físicos maiores ou então de outros espaços físicos, porque por exemplo na clínica de psiquiatria temos apenas um e que tem que ser dividido entre mim, entre a psicomotricista e entre a psicóloga, portanto nós temos que arranjar ali forma de toda a gente intervir naquele espaço, que é assim muito complicado!” (TO).

A falta de recursos humanos e de pessoal especializado nas prisões são outros fatores apontados pelas terapeutas. Tecendo considerações sobre a sua especialidade, a terapeuta ocupacional afirma: *“a minha profissão, em contexto prisional, é super importante, apesar de ainda não ser uma coisa muito normal, aqui em Portugal, há poucos terapeutas ocupacionais a trabalhar em estabelecimentos prisionais! (...) E às vezes também se nota um bocadinho a falta de guardas e isso também influencia o nosso trabalho! Porque nós sem eles também não trabalhamos, a verdade é essa.”* Não obstante e tecendo críticas positivas relativamente ao progresso que se tem verificado no EPSCB, nomeadamente no recrutamento de pessoal especializado em várias áreas, afirma que: *“já é de valorizar, dar valor, a terem uma equipa multidisciplinar, porque no fundo é mesmo isso, eles valorizam esta equipa multidisciplinar, portanto só por aí já há que ficar contente, mas claro que sim, há coisas que eu mudaria!” (TO).*

Por último, as terapeutas salientaram uma mudança importante ao nível da própria população reclusa e que tem que ser vista como um desafio à própria instituição, que tem a ver com o facto de existirem indivíduos mais velhos entre a população prisional. Segundo a terapeuta ocupacional *“é importante, se calhar nós, enquanto técnicos, começar a abrir novos horizontes para a área da gerontologia, porque cada vez o número de idosos aumenta mais em contexto prisional!”*. Num tom conclusivo e desafiante para estudos futuros, será necessário destacar que, aliado ao envelhecimento populacional das nossas sociedades e consequentes repercussões, as populações prisionais tenderão também a envelhecer, criando, por isso, a necessidade de haver uma reflexão sobre este fenómeno com vista a uma adaptação e reestruturação de todo o sistema prisional às necessidades desta população.

Conclusão

Após uma abordagem exploratória à prisão, propomo-nos estudar as vivências prisionais e as possíveis repercussões que elas provocam no processo de (re)construção identitária dos reclusos, assumindo de antemão que se trata de um campo de investigação de difícil acesso e com uma carga simbólica sobre a população reclusa que é fortemente rotulada pela sociedade. Não obstante, decidimos avançar com este projeto com vista a concretizar um objetivo bem vincado desde o início, designadamente conhecer a vida dentro de uma prisão.

As diversas trajetórias e fases de vida destes indivíduos são acompanhadas por uma série de acontecimentos marcantes que os encaminharam para a situação de reclusão. Partimos, inicialmente, do pressuposto que essa situação poderia influenciar o seu processo de (re)construção identitária devido ao afastamento forçado de contextos de relacionamento familiar e a alterações no próprio significado do trabalho dentro da vida intramuros. Neste sentido, através de histórias de vida narradas na primeira pessoa, tentamos aceder às suas vivências e experiências, captando o significado que eles atribuem à reclusão e à reabilitação. Tentamos ainda conhecer os obstáculos inerentes à reclusão e as suas expetativas futuras.

Começamos por analisar a vida de cada um dos entrevistados desde a sua infância até a atualidade. Constatamos que a nossa amostra (9 reclusos), em geral, é proveniente de famílias desestruturadas, com laços familiares precários, oriundos de classes sociais com fracos recursos e baixa escolaridade. São indivíduos que cresceram em famílias recompostas e monoparentais, com escassez de recursos económicos, problemas relacionados com o álcool e com casos de violência doméstica. Tais adversidades levaram, em alguns casos, a enveredar por trilhos ilícitos ligados ao mundo do consumo e tráfico de droga. Verificámos também trajetórias de vida ditas “normais” com registo criminal sem antecedentes, a não ser o único que os conduziu à atual situação de reclusão. Observámos, de igual modo, que possuem habilitações escolares baixas provocadas na sua maioria, pelo abandono precoce da escola e pelo insucesso escolar. O abandono da escola é explicado pela vontade em sair do núcleo familiar instável e constituir uma vida autónoma e independente.

A reclusão é assumida como um momento marcante na vida dos indivíduos. Ao chegar à prisão traz consigo uma conceção que tem sobre ele próprio e que os outros esperam dele, influenciando profundamente os papéis sociais que desempenhava até então

(pai, filho, irmão, marido). Esse “despojamento de papéis” (Goffman, 2003) contribui decisivamente para a degradação da sua autoidentificação e declínio da vida familiar (*hipótese 4*). As consequências negativas nos laços familiares da nossa amostra são bem visíveis. Apesar de lhes serem prestados apoios diversificados pelos familiares, o afastamento físico do recluso transporta um conjunto de impactos negativos no seu seio familiar, confirmando-se assim a *hipótese.4* de que a experiência prisional provoca no recluso implicações no seu processo de (re)construção identitária e consequentemente nos padrões familiares.

No decorrer da nossa investigação identificamos os seguintes impactos: a desregulação e desfecho de laços conjugais ao longo da reclusão; problemas de foro emocional e psicológico nos filhos e parentes próximos; situações humilhantes e de grande desconforto vivenciadas nas revistas efetuadas antes das visitas, inclusive visitas íntimas; e ainda a distância entre o domicílio e a instituição prisional onde o indivíduo se encontra detido dificultando, por isso, o contacto físico; e os gastos subjacentes à deslocação para visitar o parente detido. Identificamos, ainda, dois aspetos fundamentais que vêm colmatar os impactos que a reclusão provoca no recluso e respetiva família, designadamente os laços vicinais criados para o apoio aos familiares e a importância das saídas precárias, representando elos de ligação e manutenção dos laços familiares. Estas saídas são vistas, de certa forma, como estratégias adotadas (*hipótese.1*) e aproveitadas, pois é a instituição que as faculta sob certas condições, contra o “despojamento do *eu*” permitindo-lhe manter o mundo inicial e resistir à normalização da prisão. Confirmando-se, neste sentido, a *hipóteses.1*, pois o recluso aciona formas de contrariar ou ultrapassar os constrangimentos que a reclusão lhe impõe na sua dimensão familiar.

A adoção de defesas e criação de estratégias (*hipótese.1*) por parte dos reclusos para mitigar os impactos que a prisão provoca e, por vezes, contribuir para a sua reabilitação e mudança (*hipótese.2*) foram confirmadas nos casos apresentados. Verificamos através dos seus relatos que: a interajuda e a solidariedade são formas de se redimirem pelo crime cometido indo, de certa forma, ao encontro do esperado pela sociedade, reforçando a ideia de que o espaço de reclusão é um espaço de reabilitação; e ainda que as reconfigurações dos hábitos de consumo de droga, aliado à vontade em mudar e transmitir essa mudança aos familiares, assumem-se como formas de reabilitação. Nos seus discursos, percebemos igualmente uma certa interiorização da representação geral de que a reclusão é um espaço de reabilitação e uma forma de “pagar” a dívida para com a sociedade. Validámos assim a *hipótese.2*, que sustenta que as

oposições que a reclusão provoca na representação identitária do recluso, conduzem-no a uma reconfiguração dos seus hábitos e a adoção de uma mudança nas suas atitudes.

Conceptualmente, a identidade profissional deve ser perspectivada no quadro do processo de desenvolvimento do adulto, marcado pelas transições de vida, que incidem com maior ou menor imperatividade, numa perspectiva sistémica, nas diferentes dimensões de vida. De entre estas – trabalho (profissional ou não), formação, estilo de vida (vida pessoal, vida social e vida familiar), relações de intimidade (amor, amizade, relação de paternidade ou maternidade) e do “*eu*” – interessa salientar a última por compreender o sentimento de identidade, a imagem de si próprio e os valores e crenças da pessoa (cit. in Pedro, 2011). Neste sentido, e tendo assumido inicialmente, através da *hipótese.3*, que o trabalho prisional desempenha um papel fundamental na autoidentificação do recluso, constatamos que este serve como forma de ocupação dos “tempos mortos” e como um meio de fugir à ociosidade que a reclusão provoca na vida intramuros.

Tal permite ao recluso reconquistar a sua dignidade, vendo o seu esforço reconhecido por parte dos outros como factor importante no seu processo de (re)construção identitária. Não obstante, a nossa *hipótese.3* é em parte infirmada, pois o trabalho prisional também tem aliado uma componente negativa ligada à permanente vigilância dos comportamentos e controlo da ação do recluso, originando uma privação de liberdade e de autonomia (Foucault, 1987, p.164) prejudiciais para a sua autoidentificação.

Com efeito, vimos que o trabalho na prisão tem importância no processo de autoidentificação do recluso e como meio de ocupação do tempo que é “fragmentado” e “descontínuo no espaço” (Cunha, 1994, p.3). A este propósito do impacto da reclusão na vida profissional do indivíduo, Cunha (1994) refere: “Como o reconheceu Goffman (2003), os campos de vida recriados na prisão não anulam, nem substituem, os exteriores, permanecendo estes como referentes para os internados. Família, residência e profissão continuam no exterior e o que na reclusão se lhes sucede não possui o mesmo significado (pense-se, por exemplo, no trabalho prisional), não define pertenças, nem produz identidades de modo equivalente. Neste sentido, concentrando atividades sem que com elas concordem referências e continuando a representar apenas uma parte da existência, a prisão não é verdadeiramente “totalizante”. Não o é, também, porque a reclusão representa um intervalo na vida dos indivíduos e é vivida como tal, como uma suspensão ou um parêntese no seu percurso, como um tempo de outra natureza. Mesmo a não

existirem outras segmentações, vigora a fragmentação no tempo, associada à descontinuidade no espaço (e “exterior” equivale também a “anterior”)” (p.3).

Tendo em conta os discursos dos nossos entrevistados e pelas várias dimensões analisadas, podemos afirmar que eles conseguiram, de uma forma ou de outra, diminuir os efeitos do processo de absorção imposto pela prisão, encontrando o seu caminho com vista à recuperação e o sentido da sua própria individualidade.

Em jeito conclusivo, não queremos deixar de salientar o proveito pessoal e a satisfação enriquecedora que esta experiência de pesquisa nos proporcionou. Através das entrevistas e das conversas informais desenvolvidas ao longo de todas as visitas ao EPSCB (em especial na ULD), foi possível uma maior aproximação à representação e significados do que é estar dentro de uma prisão. De algum modo, foi possível observar, na primeira pessoa, o lado humano de quem talvez não tenha tido um conjunto de oportunidades de mobilidade social ou então não tenha aproveitado ou ainda os tenha deixado escapar. O indivíduo é construtor da sua realidade.

Para terminar, subscrevemos as palavras de Nelson Mandela, Nobel da Paz em 1993:

“Costuma-se dizer que ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado dentro das suas prisões. Uma nação não deve ser julgada pelo modo como trata os seus cidadãos mais elevados, mas sim pelo modo como trata os seus cidadãos mais baixos” (Nelson Mandela, 1994).

Bibliografia

- ABRANTES, Pedro Abrantes (2011) – *Para uma teoria da socialização*. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXI, 2011, pág. 121-139.
- AGUIAR, Maria da Conceição Carrilho (2006) – *Implicações da formação continuada para a construção da identidade profissional*. Psicologia da educação, nº23, São Paulo.
- BARBOSA, P. (2004) – *O Silêncio das Grades. Histórias de vida numa prisão de mulheres*. Portugal, Prime Books.
- BARDIN, Laurence (2011) – *Análise de conteúdo*. Lisboa. Edições 70.
- BENELLI, Sílvio José (2002) – *Vigiar e punir no manicômio, na prisão e no seminário católico*. Revista de Psicologia da UNESP, 1(1), 2002. pp. 51-68.
- BERGER, Peter; KELLNER, Hansfried. (1993) – *Marriage and the Construction of Reality*, in Byers, B (Eds), *Readings in Social Psychology: Perspective and Method*, Boston, Ailen and Bacon.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. (2004) – *A construção Social da Realidade*. 2ª Ed. Lisboa: Dinalivro.
- BITTENCOURT, César Roberto. (1993) – *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. São Paulo: RT.
- BORILLI, S. P. (2005) – *Análise das circunstâncias econômicas da prática criminosa no Estado do Paraná: estudo de caso nas Penitenciárias Estadual, Central e Feminina de Piraquara*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- BOUILLÉ, Michel (1988) – *L'école, histoire d'une utopie?: XVIIIe – début du XXe siècle*. Paris: Ed. Rivages/Histoire.
- BOZON, Michel (2002) – *Sociologie de la Sexualité*. Paris, Nathan.
- BRAGA, Ana Gabriela Mendes (2008) – *A identidade do preso e as leis do cárcere*. Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo sob a orientação do Prof. Dr. Alvino Augusto de Sá.
- BRANDÃO, Carlos R. (1986) – *Identidade e etnia*. São Paulo: Brasiliense.
- BUORO, Andréa (1998) – *Negociando a dignidade humana*. São Paulo. 196 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BURGESS, Robert G. (1997) – *A Pesquisa de Terreno: uma introdução*. Oeiras. Celta Editora.

- CAREY, M. A. (1994) – *The group effect in focus group: planning, implementing, and interpreting focus group research*. Em M. Morse (Org.), *Critical issues in qualitative research methods* (pp. 224-241). Thousand Oaks: Sage.
- CARMO, I. (2009) – *O impacto da prisão na conjugalidade*. Tese de Mestrado, ISCTE, Lisboa, Portugal.
- CIAMPA, António da Costa (1987) – *A Estória do Severino e a História da Severina - um Ensaio de Psicologia Social*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.
- CIAMPA, António da Costa (2002) – *Políticas de Identidade e Identidades Políticas*. In, Dunker, C. I. L. & Passos, M. C. (orgs). *Uma Psicologia que se interroga: ensaios*. São Paulo: Edicon.
- CIAMPA, António da Costa (2004) – *Identidade*. In: W.Codo & S.T.M. Lane (Orgs.) *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- CLEMMER, Donald (1958) – *The prison community*. New York: Rinehart & Company.
- COMFORT, M. L. (2003) – *In the Tube at San Quentin. The “Secondary Prisonization” of women visiting inmates*. Journal of Contemporary Ethnography, Vol. 32 (1), pp. 77-107.
- COSTA, A. (1999) – *O trabalho prisional e a reintegração social do detento*. Florianópolis: Insular.
- COTES, P. (2005) – *Crime, castigo e trabalho*. Época, Rio de Janeiro, nº 402.
- CRAIB, Ian (1998) – *Experiencing Identity*. Londres: Sage Publication.
- CUNHA, M. Ivone (1994) – *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajetos*. Lisboa: Editora Fim de Século.
- CUNHA, M. Ivone (1994) – *Malhas que a Reclusão Tece. Questões de Identidade numa Prisão Feminina*. Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários.
- DANTO, B. (1997) – *Suicide litigation as an agent of change in jail and prison: An initial report*. Behavioral Sciences and the Law, 15, pp. 415-425.
- DIAS, Isabel (2010) – *Violência na Família. Uma abordagem Sociológica*. Porto, Edições Afrontamento, 2.^a Edição.
- DORES, A. P. et al. (2003) – *Prisões na Europa: Um Debate que Apenas Começa* (1 ed.). Oeiras: Celta Editora, Lda.
- DORES, António Pedro (2010) – *Trabalho e penas. Sistema de penas, problemas político e moral*. [Acesso em: 23 de Agosto de 2013]. Disponível em URL: <http://pt.mondediplo.com/>.
- DUBAR, Claude (2005) – *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.

- FERNANDES, D. (1991) – Notas sobre os paradigmas de investigação em educação. *Noesis* (18), 64-66.
- FILHO, C. de Barros; LOPES, Felipe; ISSLER, Bernardo. (2005) – *Comunicação do Eu – Ética e solidão*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- FOUCAULT, M. (1987) – *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.
- GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin (1992) – *O inquérito: Teoria e Prática*. 1ª ed, Oeiras: Celta Editora.
- GIANNETTI, E. (2002) – *Felicidade*. São Paulo: Companhia das letras.
- GIDDENS, Anthony (1997) – *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras, Celta Editora.
- GOFFMAN, Erving (1974) – *Frame analysis: na essay on the organization of experience*. New York: Harper & Row.
- GOFFMAN, Erving (1982) – *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GOFFMAN, Erving (1999) – *Os momentos e os seus homens*. Lisboa: Relógio d'Água.
- GOFFMAN, Erving (2003) – *A representação do eu na vida cotidiana*. 11.ed. Petrópolis: Editora Vozes. ISBN: 85.326.0875-2.
- GOFFMAN, Erving (2003) – *Manicômios, Prisões e Conventos*. 7ª ed, São Paulo: Editora Perspectiva S.A.. ISBN:85-273-0202-0.
- GONÇALVES, R.; VIEIRA, H. (1995) – *Sobrepovoamento, stress e estratégias de confronto em meio prisional*. In *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 5, pp. 173-207.
- GUERRA, Paula (2010) – *A instável leveza do rock. Génese, dinâmica e consolidação do rock alternativo em Portugal*. Volume II, pp.659-660.
- HAIRSTON, J. (2002) – *Prisoners and Families: Perenting Issues during Incarceration*, paper apresentado na Conferência “From Prison to Home”, promovida pelo US Departement of Health and Human Service, The Urban Institute.
- HAYES, L. M. (2000) – *Suicide risk despite denial or when actions speak louder than words Jail Suicide/Mental Health*
- HÉBERT-LESSARD, M.; GOYETTE, G.; BOUTIN, G. (1994) – *Investigação qualitativa – Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN: 972-9295-75-1.
- HENRY, P; MOSCOVICI, S. (1968) – *Problèmes de l'analyse de contenu*. Em *Langages*, Setembro, II.

IAMAMOTO, Marilda Vilela (1998) – *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 7ª.ed. São Paulo: Cortez.

KAUFMAN, Jean-Claude (1993) – *Sociologie du Couple*, Paris, PUF.

KELLERHALS, Jean ; TROUTOT, Pierre-Yves ; LAZEGA, Emmanuel (1989) – *Microsociologia da Família*, Lisboa, Europa-América.

KOSMINSKY, E. V.; PEIXOTO, F. A.; LÊPINE, C. (Org.) (2005) – *Gilberto Freyre em quatro Tempos*. São Paulo: Editora Unesp; Edusc; Fapesp.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon; PINTO, Rute Bernardo; MIYASHIRO, Sandra Regina Galdino (2005) – *Filhos de presidiários na escola: um estudo de caso em Marília – SP*. Revista de Iniciação Científica da FFC, n.1/2/3, pp. 50-65.

LAFORTUNE, D; Barrette, M; Dubeau, D; Bellemare, D; Brunelle, N; Plourde, C; Cusson, J-F (2004) – *Un père incarcéré: facteur de risque ou de protection pour ses enfants? Psychiatrie & Violence*.

LAGO, Mara. C. de S. (1996) – *Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC.

LEANDRO, Maria Engrácia (2001) – *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*. Lisboa, Universidade Aberta.

LEITE, Carlinda Maria F.A.F. (1989) – *Escola na prisão: Dupla disciplinação? Libertação?* Estudo de caso. Universidade do Minho

LESTER, D. (1997) – *The role of shame in suicide*. Suicide & Life Threatening Behavior, 27, 4, 352-361.

LYRA, Roberto; ARAÚJO, João Marcelo de. (1990) – *Criminologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense.

MANDELA, Nelson (1994) – *Long walk to freedom: the autobiography of Nelson Mandela*. Little Brown & Co.

MATOS, R. & MACHADO, C. (2007) – *Reclusão e laços sociais: discursos no feminino*. Análise Social, Vol. XLII (185), pp. 1041-1054.

MIOTTO, A. B. (1992) – *A violência nas prisões*. 2. ed. Goiás: Ed. da Universidade Federal de Goiás.

MIRABETE, Júlio Fabrini (1988) – *Execução penal*. São Paulo. Atlas.

MORGAN, D. & KRUEGER, R. A. (1993) – *When to use focus group and why*. Em D. Morgan (Org.), *Successful focus group: Advancing the state of the art* (pp. 03-19). Newbury Park, CA: Sage.

- NETO, A. L. Moreira da C. (2006) – *Múltiplas visões sobre as atividades de trabalho remunerado, desenvolvidas na Penitenciária Estadual de Maringá*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração), Universidade Estadual de Maringá.
- O'BRIEN, K. (1993) – *Improving survey questionnaires through focus group*. Em D. Morgan (Org.), *Successful focus group: Advancing the state of the art* (pp.105-117).
- ORTIZ, Juan T.M. (1995) – *Efectos de la reclusion sobre el sujeto y su familia*. Revista Chilena de Ciência Penitenciaria y de derecho pena, Santiago, 3º Epoca, n.21, pp.19-40, mar./dez.
- PAIS, José Machado, coord. (2000) – *Traços e riscos de vida: uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*. Porto: Âmbar.
- PARSONS, Talcott (1971) – *A Estrutura social da família*. In Ruth Ashen (org.), *A família sua função e destino*, Lisboa, Edições Meridiano.
- PEDRO, Adriano de Jesus M.D. (2011) – *A (re)construção da identidade profissional do docente de enfermagem: o olhar dos docentes*. Tese apresentada para a obtenção de doutor. Instituto de Ciências da Educação. Lisboa.
- PINTO, C de M. (2000) – *O trabalho e a execução penal*. Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. v. 1, n. 13.
- POIRIER, Jean; VALLADON-CLAPIER, Simone; RAYBAUT, Paul (1995) – *Histórias de vida – teoria e prática*. 1ª ed, Oeiras: Celta Editora. ISBN: 972-8027-34-6.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan (2005) – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4ª ed. Gradiva – Publicações, Lda.
- RAMOS, Isabel Cristina de Oliveira (2011) – *Contributos da educação: (Re)viver na prisão*. Mestrado em Ciências da Educação (Área de especialização: Educação Intercultural). Relatório de Estágio orientado pela Professora Doutora Helena Marchand.
- ROBERTS, J. (1996) – *The Relationship Between the Community and the Prison*, in Matthews, Roger; Francis, Peter (org.). *Prisons 2000: An internacional Perspective on the Current State and Future of Imprisonment*. Houndmills Macmillan Press.
- ROCHÉ, Sebastian (2010) – *Delinquência, família e desorganização social*. Ousar Integrar- Revista de Reinserção Social e Prova, nº5, pp.9-22.
- SÁ, Alvino Augusto de. (2007) – *Criminologia clínica e Psicologia Criminal*. 1. ed. São Paulo: RT.
- SAINSAULIEU, Renaud (1985) – *L'identité au travail*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1999) – *Pela mão de Alice: o social e o patológico na pós modernidade*. SãoPaulo: Cortez.

SANTOS, Boaventura Sousa (1984) – *Estado e Direito na obra de Foucault*.

SANTOS, Boaventura Sousa (2003) – *A Reinserção Social dos Reclusos - Um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional*. Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

SANTOS, Carlos Oliveira (1984) – *Duas ou três coisas que sei dele*. (Foucault 1926/1984), artigo inserido no jornal semanário, *Jornal de Letras*, nº104, de 03 a 09 de Julho de 1984.

SANTOS, V. L. S. D. dos (2003) – *O papel desempenhado pelo trabalho do(a) preso(a) no seu processo de reinserção social*. Monografia (Especialização em Modalidades de Tratamento Penal e Gestão Prisional). Universidade Federal do Paraná.

SEGALEN, M. (1999) – *Sociologia da Família*. Lisboa: Edições Terramar.

SEYMOUR, Cyntia (1998) – *Children with parents in prison*. *Child Welfare*, v. 77, n. 15, p. 469-511 sept/oct.

SHECAIRA, Sérgio Salomão (2008) – *Criminologia*. 2. ed. São Paulo: RT.

SILVA, Cecília Bibiana Martins (2012) – *A vida de ex-reclusos, por suas palavras: Os liames entre a vida na prisão e a (re)inserção social*. Dissertação de mestrado sob a orientação do Professor Doutor João Teixeira Lopes. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SINGLY, François de (1993) – *Sociologie de la Famille Contemporaine* Paris, Nathan.

SOUZA, Ana Maria Melo (2009) – *Ritual, identidade e metamorfose: representações do Kunumi Pepy entre Índios Kaiowá da aldeia panambizinho*. Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados para obtenção do título de Mestre em História.

SOUZA, C. M. (2002) – *O trabalho no sistema penitenciário*. Brasília, Mimeo.

THOMPSON, Augusto (1993) – *A questão penitenciária*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense.

TINOCO, Rui (2004) – *Histórias de vida: Um método qualitativo de investigação*. – o portal dos psicólogos. PDF disponível em URL: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0349.pdf>

TORRES, Anália Cardoso – (2002) – *Casamento em Portugal. Uma análise sociológica*. Oeiras, Celta Editora.

TORRES, Anália Cardoso (1987) – *Amores e Desamores – para uma análise sociológica das relações afetivas*. *Sociologia. Problemas e Práticas*, 3, pp. 21-33.

TORRES, Anália Cardoso (2000) – *Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos. A relação entre vida conjugal e trabalho*. IV Congresso Português de Sociologia.

TORRES, Anália Cardoso (2001) – *Sociologia do Casamento. Família e a Questão Feminina*. Oeiras, Celta Editora

TORRES, Anália Cardoso; GOMES, Maria do Carmo. (2002) – *Drogas e Prisões em Portugal*. Lisboa: CIES/ISCTE.

TRAVIS, Jeremy; CINCOTTA, Elizabeth; SOLOMON, Amy (2001) – *Families Left Behind: The Hidden Cost of Incarceration and Reentry*, Washington DC, The Urban Institute, Justice Policy Center.

TRAVIS, Jeremy; WAUL, Michelle (2001) – *Prisoners Once Removed. The Impact of Incarceration and Reentry on Children, Families and Communities*, Washington DC, The Urban Institute.

TULKENS, Françoise (1977) – *Les Effets Sociaux liés à la Détention*, Rapport du Conseil de l'Europe sur les Effets de la Détention sur le Plan Familial et Social, Annexe I.

VIEIRA, Ricardo (1999) – *Histórias de Vida e Identidades: Professores e interculturalidade*. Porto: Edições Afrontamento.

WACQUANT, Loïc (2001) – *As Prisões da Miséria*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

WAUTERS, E. (2003) – *A reinserção social pelo trabalho*. Monografia (Especialização em Modalidade de Tratamento Penal e Gestão Prisional) – Universidade Federal do Paraná.

WESTERN, Bruce (2004) – *Incarceration, Marriage and Family Life*, Princeton University, Department of Sociology.

ZACKSESKI, C. (1991) – *Relações de trabalho nos presídios*. Revista do Ministério Público do Trabalho / Procuradoria-Geral do Trabalho, Brasília, v.1, n.1.

ANEXOS

Índice de anexos

Anexo I – Autorização da DGSP

Anexo II – Guião de Entrevista aos reclusos (na forma de História de Vida)

Anexo III – Guião de Entrevista de Grupo aos terapeutas

Anexo IV – Grelha de Análise de Conteúdo (modelo-tipo)

Anexo V – Grelha de Análise de Conteúdo da entrevista aos terapeutas (modelo-tipo)

ANEXO I



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Exmo(a) Senhor(a)
Alexandre Martins Pereira
Rua José Gomes Ferreira

4405-715 Madalena, Vila Nova de Gaia

V/ referência
09.01.2013

N/ referência

Ofício N.º
26/DSPRE/2013

Data
24.01.2013

Assunto: Investigação Académica sobre "Processo de Construção Identitária em Contexto Prisional" no EP de Santa Cruz do Bispo

Tenho a honra de informar que, por despacho do Senhor Director-Geral de 23.01.2013, foi V. Ex.ª autorizado a realizar a investigação em epígrafe, integrada no mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras do Porto, sob orientação do Prof.ª Isabel Dias.

Daqui decorre que poderá V. Ex.ª contactar a Direcção do Estabelecimento Prisional em referência para os devidos efeitos.

Dando cumprimento ao disposto na Circular nº 5 / GDG / 2001 de 18 de Junho – que regula estágios e investigações académicas – chama-se a atenção para o facto da realização deste estudo estar sujeita às condições de que:

- A execução do trabalho decorra no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo e esteja sempre dependente da disponibilidade e coordenação com a respectiva direcção;
- A recolha do consentimento informado por parte dos profissionais e reclusos que colaborarem, nos termos solicitados, reservando-se-lhes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a sua colaboração. O assentimento do recluso e demais profissionais ser passado a escrito, ficando cópia no EP;
- O requerente e respectiva orientadora do estudo fiquem obrigados a preservar o anonimato dos dados e das pessoas que venham a colaborar, através de declaração escrita.

Com os melhores cumprimentos.

PD A Direcção de Serviços de Planeamento
e Relações Externas

José João de Almeida Moreira
JJ Semedo Moreira

VPF/

ANEXO II

GUIÃO DE ENTREVISTA - A RECLUSOS DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SANTA CRUZ DO BISPO (SECTOR MASCULINO)

APRESENTAÇÃO E OBJETIVOS DA ENTREVISTA

Estamos a contactá-lo no sentido de nos facultar uma entrevista sobre a sua experiência de vida. Esta entrevista insere-se numa investigação sociológica subordinada ao tema: “*Processos de (re)construção identitária em contexto prisional*” desenvolvida no âmbito de uma dissertação de mestrado em sociologia. Para além da sua conceção sobre os impactos da reclusão na dimensão familiar e laboral, interessamo-nos conhecer um pouco da sua “história de vida”, em termos das suas vivências mais marcantes, da sua origem familiar e experiências profissionais e ocupacionais que eventualmente já teve.

Esta entrevista será gravada e utilizada exclusivamente para fins académicos, salvaguardando-se o seu direito ao anonimato.

GUIÃO DE ENTREVISTA

I. Caracterização sociodemográfica e origem social/familiar

1. Pode contar-nos, em traços gerais, as principais etapas da sua vida até ao momento atual, começando por referir:

- A sua idade, estado civil, naturalidade, nacionalidade, nível de escolaridade, local de nascimento e escolaridade.
- De onde são oriundos os seus pais? Que profissão tinham? Qual era a escolaridade deles?

II. Trajetória familiar: família de origem e de constituição

1. Fale-nos agora das experiências que considera terem sido marcantes e que influenciaram a sua forma de encarar a vida, assim como a pessoa que é hoje, referindo:

- As condições de vida na sua infância/adolescência onde viviam? Como era a casa onde cresceu? Cresceu no seio da sua família ou alguém cuidou de si? Como era a sua relação com os seus pais e irmãos?

- Quais eram as aspirações que os seus pais tinham em relação a si e aos seus irmãos em termos do grau de escolaridade a atingir e o tipo de profissão que deviam ter? Que tipo de orientação e conselhos os seus pais lhe davam? Eram atenciosos? Foram sempre uns pais presentes ou não?
- Em que momento é que saiu de casa dos seus pais para se tornar uma pessoa independente? Por que razão é que saiu de casa?
- Tem alguma experiência de casamento e/ou união de facto ou relacionamentos conjugais?
- Como conheceu a sua mulher/namorada? Como é que ela reagiu à sua reclusão?
- Tem filhos (número e idade)? Quando é que nasceram? São todos da mesma união conjugal ou não? Como reagiram os seus filhos quando foi preso? Atualmente como lidam com esta situação? Dão-lhe algum tipo de apoio? Que importância eles têm para si? O que está disposto a fazer por eles?

III. Trajetória escolar e profissional/ocupacional

1. Relativamente ao seu percurso escolar e profissional/ocupacional:

- Onde concluiu o seu grau de escolaridade? Foi no ensino Público/Privado, Escola profissional/RVCC/Novas Oportunidades? Como foi o seu percurso escolar?
- Gostava da escola? Houve professores que o marcaram? De que forma? Alcançou o que esperava ou o que sonhava em relação aos estudos?
- Como era o seu comportamento na sala de aulas/escola? Foi castigado (punições ou suspensões)? Como eram as suas relações com os colegas?
- Teve muitas aventuras com amigos? Quer falar de alguma especialmente marcante? Quem eram os seus melhores amigos?
- Era uma pessoa que se envolvia em conflitos com os outros ou não?
- Que profissões já teve até hoje?
- Alcançou o que esperava ou o que sonhava em relação à sua profissão?
- Lá fora trabalhava ou não? Que profissões já teve? Qual delas o realizou mais e porquê?
- Que atividades desenvolvia? Se estava desempregado como sobrevivia?
- Qual foi ou é a profissão que mais gostava de ter?
- O que mais gostava de fazer nos seus tempos livres?
- Já praticou algum desporto? Se sim, que importância tinha/tem o desporto para si?

IV. Trajetória criminal – apreciação da reclusão e tipo de pena

1. Abordando agora o motivo que o levou à prisão, fale-nos agora sobre:

- O tipo de crime que praticou e o que é que o levou a fazê-lo?
- É reincidente ou não?
- Quantos anos apanhou? Quantos lhe faltam cumprir? O que pensa da pena aplicada?
- Aceitou pacificamente ou não a pena que lhe foi atribuída? Como se sentiu no início? Como lida hoje com a situação?
- O que é mais difícil na vida de reclusão?
- Em que regime se encontra neste momento? Como tem sido o seu percurso cá dentro (regime livre/fechado; ULD/Unidade Livre Drogas; Casa de Stº André; regime geral)?

V. Reclusão: significado e estratégias adotadas - reconfigurações e mudanças sofridas

1. Fale-nos agora, por favor, sobre o significado que atribui ao papel de preso, nomeadamente:

- Quais são os efeitos negativos que sentem na sua pessoa decorrente do facto de estar detido?
- Sofre de qualquer tipo de estigma/discriminação? Tem medo de vir a sofrer um dia quando sair da prisão?
- Quais são as defesas que adota contra esta rotulagem/discriminação?
- Acha que é a mesma pessoa do que quando vivia em liberdade? Mudou muito?
- O que considera ter mudado na sua personalidade?
- Mantém boas relações interpessoais no Estabelecimento Prisional?
- Pode-nos dizer se existe da sua parte arrependimento e vontade em mudar?
- Dá agora outro sentido à vida? Acha que será melhor cidadão após o cumprimento da pena ou não mudou a este nível?

VI. Reclusão: trabalho em meio prisional

1. Relativamente às atividades laborais e ocupacionais desenvolvidas no EP, diga-nos qual é a importância que atribui ao trabalho cá dentro, referindo:

- Qual a atividade que mais gosta de desenvolver no EP?
- Que tipo de trabalho desenvolve e que funções lhe são atribuídas? E em termos de competências, o trabalho que desenvolve vai ou não ao encontro do que fazia lá fora?
- Gostava de poder trabalhar noutra área?

- Considera produtivo e reconhecido o seu trabalho? Tem aspirações profissionais para a sua vida após o cumprimento da pena de prisão? O que quer fazer em termos profissionais depois de sair?

VII. Reclusão: impactos na organização e dinâmica familiar

1. Gostaríamos agora de saber a sua opinião relativamente às implicações que a situação de reclusão lhe provocou nas suas relações mais próximas, nomeadamente:

- Após a reclusão que mudanças ocorreram em termos psicológicos, afetivos e emocionais, tanto na sua pessoa como na sua mulher/companheira, filhos, pais, amigos e vizinhos? De que forma essas mudanças ocorreram?

- Acha que o seu papel enquanto pai/marido/filho pode vir a sofrer após o cumprimento da pena? Sente que foi criado algum tipo de distanciamento em termos afetivos e relacionais com a sua mulher, pais e filhos ou pelo contrário, o cumprimento da pena levou a uma maior aproximação entre vocês?

2. Para concluir diga-nos o que pensa das visitas que lhe fazem, nomeadamente:

- O que acha das visitas íntimas e das saídas precárias (aspetos positivos e negativos)?

- De quem recebe mais visitas? Continuam a ser as mesmas pessoas que já lhe eram mais próximas ou não?

- Gostava que o sistema de visitas funcionasse de outra forma? Se sim, como e porquê?

- O que deseja para si no futuro? E para a sua família?

- O que vai fazer para não regressar à prisão? Tem noção das dificuldades que enfrentará? Que projetos tem para o futuro?

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO

ANEXO III

GUIÃO DE ENTREVISTA DE GRUPO - A DUAS TERAPEUTAS DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SANTA CRUZ DO BISPO

(SECTOR MASCULINO)

APRESENTAÇÃO E OBJETIVOS DA ENTREVISTA

Estamos a contactá-las no sentido de nos facultarem uma entrevista de grupo sobre alguns aspetos organizacionais e funcionais desta instituição. Esta entrevista insere-se numa investigação sociológica subordinada ao tema: “*Processos de (re)construção identitária em contexto prisional*”, desenvolvida no âmbito de uma dissertação de mestrado em Sociologia.

Para além da vossa conceção acerca dos impactos da reclusão na dimensão familiar e laboral dos reclusos, interessa-nos conhecer as estratégias e as atividades desenvolvidas no EPSCB para que o serviço prestado nesta instituição amenize tais impactos. O objetivo será de contrapor a vossa opinião com a dos reclusos.

Esta entrevista será gravada e utilizada exclusivamente para fins académicos, salvaguardando-se o Vosso direito ao anonimato.

Agradecia que falassem uma de cada vez para evitar a sobreposição do V. discurso e assim entender melhor a posição de cada uma.

Para começar gostaríamos que se apresentassem respondendo às seguintes questões:

Entrevistada 1:

Idade:____

Categoria profissional:_____

Formação académica:_____

Anos de serviço na função:____

Entrevistada 2:

Idade:____

Categoria profissional:_____

Formação académica:_____

Anos de serviço na função:____

GUIÃO DE ENTREVISTA

1 - Sendo o vosso trabalho aqui no Estabelecimento Prisional muito interventivo e, por isso, em contacto permanente com os reclusos, que tipo de relação procuram manter com eles?

2 - Na vossa opinião, o que é que provoca mais revolta, tristeza e maior incómodo a um indivíduo que está preso?

3 - Quais são as principais necessidades dos reclusos? O quê que eles mais valorizam?

4 - No vosso entender, quais são os impactos a nível familiar e laboral que a reclusão provoca nos reclusos? Existe alguma preocupação especial na preparação das atividades propostas pelo Estabelecimento Prisional para mitigar estes impactos?

5 - Quais são os principais objetivos da intervenção junto destes indivíduos? São intervenções individualizadas ou são feitas em grupo?

6 - Após algum tempo de intervenção quais são as alterações mais significativas que denotam nos reclusos?

7 - Na vossa perspetiva de técnicas existem necessidades não satisfeitas e que merecem reflexão do por parte do sistema? O que mudariam no sistema prisional?

8 - Em que medida consideram que a vossa profissão tem enquadramento nos serviços prisionais e que pode ajudar a melhorar a vida dos reclusos?

9 - Para concluir, gostariam de acrescentar algo mais que não tenha sido abordado e que considerem ser pertinente para a análise dos impactos da prisão nos reclusos?

OBRIGADO PELA VOSSA COLABORAÇÃO

ANEXO IV
ANÁLISE DE CONTEÚDO
(Modelo-tipo)

Processos de (re)construção identitária em contexto prisional

Código entrevistado: Entrevistado 4, José, masculino, 39 anos, separado, 4 filhos, Mafamude, Vila Nova de Gaia, 4.º ano de escolaridade, ajudante de trolha

EIXOS ANALÍTICOS:

1. Trajetória familiar: família de origem e de constituição

Entrevistado	Excerto	Síntese
Entrevistado nº4, José, masculino, 39 anos, separado, 4 filhos, Mafamude, Vila Nova de Gaia, 4.º ano de escolaridade, ajudante de trolha		

2. Trajetória escolar e profissional/ocupacional

Entrevistado	Excerto	Síntese
Entrevistado 4, José, masculino, 39 anos, separado, 4 filhos, Mafamude, Vila Nova de Gaia, 4.º ano de escolaridade, ajudante de trolha		

3. Reclusão: significado e estratégias adotadas – reconfigurações e mudanças sofridas.

Entrevistado	Excerto	Síntese
Entrevistado 4, José, masculino, 39 anos, separado, 4 filhos, Mafamude, Vila Nova de Gaia, 4.º ano de escolaridade, ajudante de trolha		

4. Trajetória criminal – apreciação da reclusão e tipo de pena

Entrevistado	Excerto	Síntese
Entrevistado 4, José, masculino, 39 anos, separado, 4 filhos, Mafamude, Vila Nova de Gaia, 4.º ano de escolaridade, ajudante de trolha		

5. Reclusão: trabalho em meio prisional.

Entrevistado	Excerto	Síntese
Entrevistado 4, José, masculino, 39 anos, separado, 4 filhos, Mafamude, Vila Nova de Gaia, 4.º ano de escolaridade, ajudante de trolha		

6. Reclusão: impactos na organização e dinâmica familiar.

Entrevistado	Excerto	Síntese
Entrevistado 4, José, masculino, 39 anos, separado, 4 filhos, Mafamude, Vila Nova de Gaia, 4.º ano de escolaridade, ajudante de trolha		

ANEXO V
ANÁLISE DE CONTEÚDO
(Modelo-tipo)

Processos de (re)construção identitária em contexto prisional

Códigos dos entrevistados: (PS) – Psicomotricista

(TO) – Terapeuta Ocupacional

EIXOS ANALÍTICOS:

1. Tipo de relação

Entrevistado	Excerto	Síntese
PS – Psicomotricista TO – Terapeuta Ocupacional		

2. Os impactos da reclusão no indivíduo

Entrevistado	Excerto	Síntese

PS – Psicomotricista TO – Terapeuta Ocupacional		
---	--	--

3. A família e a sua importância

Entrevistado	Excerto	Síntese
PS – Psicomotricista TO – Terapeuta Ocupacional		

4. A importância das saídas precárias

Entrevistado	Excerto	Síntese
PS – Psicomotricista TO – Terapeuta Ocupacional		

5. A Terapia Ocupacional e a sua importância no processo de reabilitação dos reclusos

Entrevistado	Excerto	Síntese
PS – Psicomotricista TO – Terapeuta Ocupacional		

6. Lacunas do sistema prisional e novos desafios

Entrevistado	Excerto	Síntese
PS – Psicomotricista TO – Terapeuta Ocupacional		